www.netjen.com.br

Sábado a segunda-feira, 17 a 19 de outubro de 2015

Ano XIII – Nº 3.001

R$ 2,00

Empresas & Negócios

Jogos Indígenas

Começa nesta terça-feira (20) e vai até o dia 31, em Palmas/TO, a primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. Os jogos dos povos tradicionais surgem como um evento esportivo-cultural, apontando para o congraçamento das etnias desde o lema adotado - "o importante não é ganhar, e sim celebrar". Em vez de medalhas de pesos e simbolismo distintos, os quatro melhores receberão o mesmo prêmio.

PGR: há indícios de crime em contas atribuídas a Cunha na Suíça

Arquivo/ABr

Para a PGR, além de Cunha, a mulher dele, Claudia Cruz, era uma das beneficiárias das contas, que movimentaram cerca de US$ 24 milhões.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) informou ao STF que há indícios suficientes de que as contas atribuídas ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha, na Suíça, são produto de crime. A conclusão consta do pedido de abertura de mais um inquérito contra Cunha no âmbito da Operação Lava Jato, aceito pelo Supremo. O ministro Teori Zavascki ainda analisa pedido de quebra do sigilo fiscal do deputado.

O pedido de abertura foi baseado em informações prestadas pelo MP da Suíça, que identificou quatro contas atribuídas a Cunha naquele país. Para a PGR, além de Cunha, a mulher dele, Claudia Cruz, era uma das beneficiárias das contas, que movimentaram cerca de US$ 24 milhões. A suspeita é que os valores são decorrentes de propina recebida por Cunha em um contrato da Petrobras para exploração de petróleo em Benin, na África.

Segundo a procuradoria, não há dúvidas sobre a titularidade das contas e da origem dos valores. "Em relação à titularidade das contas, objeto da transferência de processo por parte da Suíça, não há a menor dúvida de sua vinculação com Eduardo Cunha e Cláudia Cruz. Os elementos nesse sentido são abundantes e evidentes. Há cópias de passaportes - inclusive diplomáticos - do casal, endereço residencial, números de telefones do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto", acrescentou a PGR.

De acordo com levantamento da procuradoria, o patrimônio de Cunha aumentou 214% entre 2002 e 2014. Segundo a declaração de bens entregue à Justiça Eleitoral em 2014, o presidente da Câmara tem R$ 1,6 milhão em bens, mas as contas no exterior não foram declaradas.

O relatório aponta Cunha e sua mulher como proprietários de oito carros de luxo, entre eles dois veículos da marca Posrche, BMW e Land Rover. Os automóveis estão registrados nas empresas atribuídas a Cunha e Claudia Cruz, a C3 Produções e Jesus.com.

A PGR também informou que Cunha tem conta no Banco Merril Lynch, nos EUA, há mais de 20 anos. Conforme o banco, o presidente da Câmara "é um cliente de perfil agressivo e com interesse em crescimento patrimonial". "Sua fortuna seria oriunda de aplicações no mercado financeiro local e do investimento no mercado imobiliário carioca. Há também referências à sua antiga função de presidente da Telerj. Seu patrimônio estimado, à época da abertura da conta, era de aproximadamente US$ 16 milhões", destacou a PGR.

Desde o início das investigações, Cunha reafirma que não recebeu propina e que não tem contas no exterior. Os advogados do deputado pediram ao STF que a investigação seja colocada em sigilo por envolver seus familiares (ABr).

Carmen: "País vive estado democrático em sofrimento"

São Paulo - A ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do STF, afirmou na sexta-feira (16), ao receber um prêmio da Associação Nacional de Jornais, que o Brasil vive em um "Estado Democrático de Direito em sofrimento". Ela acrescentou ainda que seria o momento de os brasileiros se unirem em nome do avanço do País. Questionada sobre a fala ao sair do evento, a ministra disse que, na atual crise, as pessoas têm se mostrado individualistas e que isso não é positivo para o Brasil.

"Nesse momento de crise, vejo muita raiva ao invés de ter discussões, vejo reclamações ao invés de reivindicações. É um momento em que devemos ter clareza do que queremos e de como fazer para conseguir o que queremos. Queremos um Brasil justo para todo mundo", afirmou.

A ministra evitou falar sobre as tentativas de impeachment da presidente Dilma Rousseff ou sobre decisões proferidas por colegas na Corte.

Divulgação

Ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do STF.

Sobre as liminares concedidas por Rosa Weber e Teori Zavascki, que barraram o rito do processo de impeachment, Cármen Lúcia se limitou a defender a atuação do STF. "O Brasil pode ter a mais absoluta segurança de que nós não interferimos em nada que não seja a obrigação do Supremo, de dar cumprimento à Constituição. Tudo que seja dos outros Poderes, nós não entramos" (AE).

Ministro da Justiça é internado

Brasília - O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, internou-se na sexta-feira (16), no Hospital Sírio Libanês. Ele passará por um tratamento pelos próximos três dias em procedimento complementar à cirurgia de retirada de um câncer da tireoide realizada há três meses. "Logo estarei de volta", disse Cardozo. O tratamento é feito a base de iodo e por isso o paciente precisa ficar isolado. Há algumas restrições, mas eventualmente ele pode atender ao telefone.

No começo da semana, Cardozo deve voltar a Brasília para dar expediente normal. O ministro tem sido bombardeado por setores do PT e do PMDB que preferem vê-lo fora do Ministério da Justiça. O ex-presidente Lula e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, têm pedido sua demissão da pasta e até sua transferência para a AGU. Apesar das pressões, Cardozo tem a confiança da presidente Dilma Rousseff (AE).

El Niño provoca chuvas no Sul e calor intenso nas outras regiões

Enquanto moradores de cidades dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina sofrem com as fortes chuvas e tempestades de granizo, os habitantes das demais regiões buscam formas de se proteger do sol, enfrentar as altas temperaturas e a baixa umidade. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), a "culpa" dessa variação climática no país é do El Ninõ, que este ano está mais intenso do que o normal.

"O maior vilão é o El Niño, que está provocando essa intempérie do tempo e do clima. Ele está segurando essa frente fria mais para o Sul e o Sudeste e, na região central, ao não chover, a massa de ar seca começa a se intensificar, provocando a baixa umidade relativa do ar e temperaturas mais altas", explicou o meteorologista do Inmet Mamedes Luiz Melo.

Wilson Dias/ABr

Em Brasília, a onda de calor fez com que os termômetros chegassem a 41°C.

O El Niño é um fenômeno climático caracterizado pelo aquecimento fora do normal das águas superficiais e subsuperficiais do Oceano Pacífico Equatorial. Essa mudança de temperatura provoca uma modificação da circulação geral da atmosfera. No Brasil, o fenômeno se caracteriza por chuvas mais intensas nas regiões Sul e Sudeste e tempo mais seco nas regiões Norte e Nordeste.

"Como o El Niño está muito intenso, a região central do país também está sendo afetada. Normalmente, ele começa a aparecer em novembro, tendo seu pico em dezembro. Este ano, já começou a provocar as anomalias das águas desde maio", explicou o meteorologista.

"No Sul do país essas chuvas deverão continuar em dezembro, janeiro e fevereiro para depois diminuir, quando se espera que as temperaturas do Pacífico voltem ao normal", disse Melo. Já para a Região Sudeste, a previsão que as chuvas fiquem dentro da média para o período, exceto no sul de São Paulo, onde o volume de chuvas deve ficar "ligeiramente acima da média" (ABr).

Indústria demitiu mais até setembro que durante 2014

Reprodução/EPTV

A indústria paulista fechou 18,5 mil vagas na passagem de agosto para setembro, registrando um saldo negativo de 0,94% no mês, na leitura com ajuste sazonal. E nos nove meses iniciais de 2015, o setor demitiu 138 mil trabalhadores, superando o patamar do ano de 2014, quando foram encerrados 128 mil postos de trabalho.

"Ao completarmos esse ano, podemos dizer que será o pior ano da história, que vem desde 2006", disse Paulo Francini, diretor do Depecon, que elabora a Pesquisa de Nível de Emprego do Estado de São Paulo, divulgada pela Fiesp e pelo Ciesp. A pesquisa de setembro traz ainda um fato inédito: é a primeira vez que todas as 36 regiões de São Paulo registram queda na variação acumulada do ano.

"Há muito mau humor. Enquanto o fim do poço não chegar, é agonia. E estamos na agonia ainda", avaliou Francini. Pela sua previsão, a indústria paulista deve encerrar 2015 com um saldo negativo de 250 mil empregos. O levantamento avalia a situação do mercado de trabalho industrial em um universo com 2,5 milhões empregos. Na comparação com setembro de 2014, na variação interanual, a indústria de São Paulo fechou 229 mil postos de trabalho, o equivalente a uma taxa negativa de 8,77%.

Operação da PF combate tráfico interestadual de drogas

A Polícia Federal (PF) deflagrou, em parceria com a Polícia Civil do Distrito Federal, a Operação Tabuleiro para combater o tráfico interestadual de drogas. Ao todo, 150 homens cumpriram 23 mandatos de busca, sete conduções coercitivas e 20 prisões cautelares em Goiás e Mato Grosso do Sul e no DF. O grupo alvo das ações também é investigado pela prática de pelo menos quatro homicídios no entorno do DF – a maioria por acerto de contas ou eliminação de concorrência.

Desde o início das investigações, em fevereiro, a corporação já apreendeu cerca de 5 toneladas de maconha transportadas pela quadrilha em carros roubados. "A droga vinha de Ponta Porã [Mato Grosso do Sul]), provavelmente com origem no Paraguai, atravessava esse estado e o de Goiás e chegava até as imediações do Distrito Federal para ser distribuída", informou o delegado federal Kel Lúcio Nascimento. "Tivemos três ações em flagrante que foram bastante efetivas", disse Nascimento.

DRE/DF
SR/DPF/DF
SR/DPF/DF
DRE
Marcelo Camargo/ABr

Drogas apreendidas no combate ao tráfico interestadual.

Um dos líderes do grupo é o traficante Elias Júnior. No início do ano, ele fugiu de um presídio de Planaltina de Goiás com a ajuda de um agente prisional. "Temos pelo menos 15 presos, até o momento, mas as diligências continuam. Vamos esclarecer tudo e eventualmente efetuar outras prisões", acrescentou o delegado. Os presos serão encaminhados para o Complexo Penitenciário da Papuda, uma vez que existe uma investigação em andamento por parte da Polícia Civil do DF (ABr).

R$ 1,6 trilhão na segunda-feira

São Paulo - A Associação Comercial de São Paulo (ACSP) prevê que o Impostômetro chegará à marca de R$ 1,6 trilhão nesta segunda-feira (19), às 15h30. O valor indica o total de impostos e contribuições pagos pelos brasileiros em 2015 e será atingido 18 dias antes da data em que foi alcançado no ano passado. Para o presidente da associação, Alencar Burti, "a arrecadação tributária continua crescendo, apesar da recessão, e não estaríamos ouvindo conversas sobre a criação de impostos se o governo tivesse controlado seus gastos"(AE).

Lula: Levy tem 'prazo de validade'

Brasília - Em jantar com a presidente Dilma Rousseff na noite da última quinta-feira (15), o ex-presidente Lula pediu mudanças na política econômica para sair da crise, defendeu o afrouxamento do ajuste fiscal e voltou a dizer que o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, tem "prazo de validade".

Levy e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, são alvos constantes do ex-presidente. O Diretório Nacional do PT vai se reunir no próximo dia 29, e cobrará a substituição do ministro da Fazenda, além de um "novo eixo" para a política econômica, com crescimento e distribuição de renda.

Na avaliação Lula, não adianta o PT brigar para derrubar o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, se o governo não arrumar sua base parlamentar de apoio no Congresso e promover mudanças na economia. As articulações para livrar Cunha da cassação abriram uma guerra entre as correntes do PT e, após o vazamento da notícia, o Instituto Lula divulgou nota para desmentir que o ex-presidente tenha feito articulações para proteger o deputado no Conselho de Ética (AE).

> "O conhecimento torna a alma jovem e diminui a amargura da velhice. Colhe, pois a sabedoria. Armazena suavidade para o amanhã".
>
> Leonardo da Vinci (1452/1519)
> Pintor e escultor

BOLSAS

O Ibovespa: +0,16% Pontos: 47.236,10 Máxima de +1,2% : 47.727 pontos Mínima de –1,37%: 46.517 pontos Volume: 6,52 bilhões Variação em 2015: –5,54% Variação no mês: 4,83% Dow Jones: +0,43% (17h55) Pontos: 17.215,97 Nasdaq: +0,34% (17h55) Pontos: 4.886,69 Ibovespa Futuro: –0,13% Pontos: 47.805 Máxima (pontos): 48.475 Mínima (pontos): 47.165. Global 40 Cotação: 757,532 centavos de dólar Variação: –0,18%.

CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R$ 3,8390 Venda: R$ 3,8400 Variação: +1,05% – Dólar Paralelo Compra: R$ 3,96 Venda: R$ 4,06 Variação: +0,08% – Dólar Ptax Compra: R$ 3,8432 Venda: R$ 3,8438 Variação: +0,25% – Dólar Turismo Compra: R$ 3,8130 Venda: R$ 4,0270 Variação: +0,25% – Dólar Futuro (novembro) Cotação: R$ 3.923,00 Variação: +2,51% – Euro (17h55) Compra: US$ 1,135 Venda: US$ 1,1351 Variação: –0,23% – Euro comercial Compra: R$ 4,3610 Venda: R$ 4,3630 Variação: +1,14% – Euro turismo Compra: R$ 4,3130 Venda: R$ 4,5800 Variação: +1,78%.

JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 14,17% ao ano. – Capital de giro, 15,13% ao ano. – Hot money, 1,53% ao mês. – CDI, 14,13% ao ano. – Over a 14,15%.

OURO

Ouro Cotação: US$ 1.183,10 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: –0,37% – Ouro BM&F (à vista) Cotação: 146,000 Variação: +1,74%.

OPINIÃO

Enganados

Mario Enzio (*)

A sensação de traição é uma forma de refletir como essa palavra que traz em si um vasto campo para analise de circunstâncias que ocorrem no cotidiano

O momento em que descobrimos que o que era para ser feito e não foi. Como nos sentimos? Chateados, pois fomos enganados. Demos alguma ordem para que pessoas cumprissem, houve compreensão e todos entenderam o que era para ser feito e todos concordaram. Passado um tempo, fomos conferir a ação. E descobrimos, novamente, que nada foi concretizado. Como ficamos? Compelidos a mandar os responsáveis embora? Não, vamos dar uma chance. Afinal, errar é humano. Mas, nos sentimos enganados.

Deixamos passar? Vamos pensar que a culpa pode ter sido nossa que não explicamos corretamente que era para ser feito. O ser enganado, nesse caso, fica por conta de quem está enganando. Se a pessoa entendeu, compreendeu, sabe o que lhe foi pedido ou confiado e está fazendo de maneira diferente é porque sabe que se não fizer está assumindo a culpa. Sabe que está enganando.

Vamos ao exemplo tradicional: um casal, relativamente de bem um com outro, resolvem ter amantes. Assumem o risco de serem descobertos. Mas, fazem tudo dentro de rituais, senhas, códigos e horários que sejam menos prováveis. Até que um dia, alguém vê o que não era para ser visto: os dois casais se encontram no mesmo espaço em que iam se divertir. E se sentem iludidos, trapaceados, fora de controle com aquela situação.

O que farão? Podem se abraçar e confraternizar, pois conseguiram manter a farsa por algum tempo. Ou podem ficar felizes que de agora em diante cada um irá ficar com que realmente gosta. Dando a possibilidade de tornarem amantes de seus pares oficiais depois dessa revelação. A pessoa que engana tem, de certa forma, muita criatividade para o ato da embromação. Cabe ao enganado aceitar ou não aquela situação por mais ou menos tempo.

Se pudermos ter acesso a determinadas áreas do Direito veremos que o campo da enganação mostra casos concretos em empresas: entre empregados e empregadores ou entre sócios e acionistas. Na área do direito do consumidor é uma constante, tem sempre alguém dizendo que não comprou, não assinou ou autorizou, e, mesmo assim, está sendo cobrada.

Penso que cometer um erro sem querer, por imperícia, impudência ou negligência pode até ser aceito dependendo do tipo de erro, que não fosse com um carro ou uma arma. O que iríamos entrar em um campo penal. Enganar é um ato de quem quer se aproveitar da condição de desinformação, descaso ou desconhecimento do outro. É de alguém que falta com a verdade no que diz, faz, crê ou pensa.

É aí que mora o maior perigo: o tal do autoengano. O que nós achamos que sabemos, mas é pura ilusão. É um equívoco, um erro que reside dentro da sua própria verdade. O que você pensa é um engano. Esse estado pode ser amenizado quando apuramos nossa disposição em buscar a melhor das verdades no que lemos e aprendemos. Por isso, não sei de nada!

(*) - Escritor, Mestre em Direitos Humanos e Doutorando em Direito e Ciências Sociais. Site: (www.marioenzio.com.br).

Equilíbrio e força interior

Livros com dicas preciosas de como alcançar o bem-estar profissional e tomar decisões com simplicidade e leveza.

Mario Enzio

Saiba mais: www.vidaeconsciencia.com.br

O profissional zen
O bom é ter senso

Estresse relacionado à dívidas pode causar ataque cardíaco

A Associação de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional alerta: os departamentos de medicina do trabalho das empresas devem ficar mais atentos a queixas relacionadas a problemas no trato digestivo, dores de cabeça, enxaqueca ou insônia

Divulgação

Estes são alguns dos sintomas do estresse causado por dívidas, o qual pode desencadear problemas bem mais sérios, como depressão e até ataques cardíacos. Segundo dados do Serasa Experian, cerca de 54 milhões de pessoas começaram 2015 inadimplentes, o que representa aproximadamente 40% da população adulta. "Além de ser um grande inimigo da qualidade de vida, o estresse é também um sabotador da produtividade empresarial", alerta Januário Micelli, presidente da Associação. "Face ao alto índice de endividamento da população, é importantíssimo que as empresas fiquem atentas a esse aspecto em relação à saúde de seus colaboradores", ressalta Micelli.

Uma pesquisa conduzida pela Associated Press-AOL Health, nos Estados Unidos, comprovou o impacto do estresse causado por dívidas sobre a saúde. Entre as pessoas que relataram altos níveis de estresse por causa de dívidas, 27% tinham úlceras ou problemas no trato digestivo, comparados a 8% entre os de baixo nível de estresse; 44% sofriam com enxaquecas ou dores de cabeça de outro tipo; 29% sofriam de ansiedade severa; 23% sofriam de depressão severa; e 6% reportaram ataques cardíacos, o dobro da taxa daqueles com baixo estresse. Mais da metade (51%) apresentavam tensão muscular, contra 31% daqueles com baixa taxa de estresse.

Essa pesquisa também indicou que pessoas com altos níveis de estresse também estavam muito mais vulneráveis a problemas do sono e concentração, irritando-se com facilidade. Já o estudo "Financial Education Initiatives in theWorkplace", divulgado pela SHRM (Society for Human Resource Management), apontou que 83% dos profissionais de RH acreditam que os desafios financeiros dos empregados têm impacto na performance da empresa.

and
for the
stress
on a new
or

Essa percepção foi comprovada pelo levantamento "Employee Financial Wellness Survey", feito pela PricewaterhouseCoopers nos Estados Unidos em 2012. Ele indicou que 97% dos funcionários utilizam horas de trabalho para cuidar de questões financeiras pessoais, sendo que 22% despendem pelo menos cinco horas por semana. E um estudo feito por psicólogos e economistas nas Universidades de Princeton e Harvard mostrou que a falta de dinheiro compromete a capacidade de pensar e todas as demais decisões se tornam lentas e imprecisas.

"A medicina do trabalho pode ajudar a minimizar os sintomas causados pelo estresse e contribuir para que eles não evoluam para problemas mais graves. Porém o importante é agir sobre a causa, ou seja, a partir dos dados apresentados pelos médicos do trabalho, a área de recursos humanos poderá programar campanhas, cursos de educação financeira e suporte psicológico para apoiar seus colaboradores no reequilíbrio de suas contas e melhor qualidade de vida", recomenda Gustavo Figueiredo também da Associação.

Fonte e mais informações em (www.agsso.org.br).

Unicef lança campanha mundial contra subnutrição infantil

Divulgação

O Unicef lançou campanha destinada a combater a subnutrição, responsável pela morte diária de 8 mil crianças no mundo.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) lançou, em Madri, a campanha Agora Não Podemos Parar, destinada a combater a subnutrição infantil, responsável pela morte diária de 8 mil crianças no mundo. No Dia Mundial da Alimentação, comemorado na sexta-feira (16), o Unicef informou que a ideia é melhorar as condições de vida das crianças mais vulneráveis.

Em nota, o Comitê Espanhol do fundo destaca que a subnutrição aguda é "grave" e que continua a pôr em perigo mais de 17 milhões de crianças e é responsável por mais da metade das mortes na faixa etária até 5 anos. "A subnutrição infantil tem efeitos devastadores na infância", disse o presidente do Comitê Espanhol, Carmelo Angulo, que pediu a união da sociedade na luta contra essa "tragédia crônica".

A campanha de combate à subnutrição tem foco sobretudo na prevenção, por meio de ações de conscientização e da oferta, entre outros produtos, de suplementos alimentares, tratamentos terapêuticos e leite a hospitais e centros de saúde. A campanha prevê ainda maior trabalho das organizações da sociedade civil com comunidades locais sobre hábitos alimentares e promoção do leite materno.

O Unicef lembrou que campanhas anteriores sobre o mesmo tema, em colaboração com governos e organizações da sociedade civil, permitiram, de 2000 e 2013, diminuir a subnutrição crônica no mundo de 33% para 25%. Em 2014, a agência das Nações Unidas apoiou mais de 2,3 milhões de crianças subnutridas em situações de emergência humanitária (Ag. Lusa).

Alitalia anuncia novidades no serviço ao cliente

A companhia aérea italiana Alitalia apresentou uma série de melhorias para aperfeiçoar seu atendimento ao cliente. Entre as novidades, estão um serviço de motorista para passageiros de classe executiva, a abertura de novas salas VIP, a implantação de Internet a bordo em toda a sua frota e a renovação dos interiores das cabines dos aviões.

Além disso, a empresa anunciou a abertura de voos de Roma para Santiago do Chile e Cidade do México, que devem entrar em operação a partir de maio e junho de 2016, respectivamente. Em um encontro com 2 mil funcionários na capital italiana, o presidente da Alitalia, Luca di Montezemolo, ainda confirmou o objetivo de voltar a ter lucro em 2017. "Nosso desempenho está alinhado com o plano industrial de negócios, e, pela primeira vez desde 2009, a taxa de ocupação no trimestre superou 80%", disse.

Adquirida pela Etihad Airways, a principal companhia aérea da Itália planeja investir 700 milhões de euros no próximo triênio, sendo 300 milhões para modernizar sua frota, 100 milhões em tecnologia e o restante em desenvolvimento (ANSA).

Blatter: Dinheiro a Platini foi 'acordo de cavalheiros'

O presidente da Fifa, Joseph Blatter, disse que o pagamento de 2 milhões de francos suíços realizado em 2011 em favor do chefe da Uefa, Michel Platini, foi baseado em um "acordo de cavalheiros". O desembolso, feito com recursos da entidade máxima do futebol mundial, teve como justificativa trabalhos supostamente realizados entre 1999 e 2002 e acabou entrando na mira da Justiça da Suíça.

Por conta disso, tanto Blatter quanto Platini foram suspensos preventivamente por 90 dias pelo Comitê de Ética da Fifa. À emissora "RRO", Blatter explicou que, como o pagamento se baseava em um pacto apalavrado, não foi redigido nenhum contrato sobre a operação. Já Platini alega que o desembolso aconteceu quase 10 anos depois porque, em 2002, a Fifa não tinha como quitá-lo. O caso colocou em risco a candidatura do francês à entidade, embora ele tenha garantido que não desistirá da disputa (ANSA).

Rússia analisa montar base militar na Síria

Divulgação

Pilotos russos ao lado de um caça Su-24 na Síria.

A Rússia pretende construir uma base militar na Síria para combater o grupo extremista Estado Islâmico, informou uma fonte oficial. Em entrevista ao tabloide "Komsomolskaya Pravda", o vice-chefe de Estado Maior de Moscou, Andrei Kartapolov, disse que a base deve incluir oficiais marítimos, terrestres e aéreos.

A Rússia também estaria avaliando a possibilidade de usar sua frota no Mar Mediterrâneo para atingir alvos do EI. O país já lançou mísseis do Mar Cáspio em direção à Síria. Desde o início da intervenção militar russa na Síria, em 30 de setembro, Moscou fez 600 lançou 600 bombardeios e atingiu 380 alvos do EI.

O presidente russo, Vladimir Putin, afirmou que entre cinco e sete mil pessoas provenientes da Rússia e de ex-países da URSS estariam combatendo ao lado do EI. "Nós não podemos consentir que apliquem na nossa casa a experiência adquirida na Síria", afirmou o mandatário durante uma cúpula no Cazaquistão.

Apesar da Rússia justificar suas ações na Síria como medidas para conter o avanço do EI, países europeus e os Estados Unidos acusam Moscou de usar o grupo como pretexto para, na verdade, bombardear opositores ao regime do ditador Bashar al-Assad, aliado de Putin (ANSA).

Canadá retira exigência de vistos

O governo canadense, a partir de março de 2016, vai facilitar a viagem para os brasileiros que querem visitar o país. Quem já passou pelo Canadá nos últimos 10 anos ou teve um visto norte-americano válido nesse período poderá apenas fazer online uma pré-autorização antes de viajar.

A decisão exclui a necessidade do visitante brasileiro ter um visto no passaporte. A medida só é válida para via aérea e, além do Brasil, abrange outros países como Bulgária, México e Romênia. O objetivo da mudança é expandir o programa ETA (Autorização Eletrônica de Viagem) e trazer benefícios para o visitante que terá acesso ao serviço de forma online, rápida e sem custo. Para fazer o cadastro é só acessar o site oficial do governo canadense: (http://www.cic.gc.ca/english/visit/eta-start.asp) (ANSA).

Empresas & Negócios

Diretor Responsável: **José Hamilton Mancuso**
DRT/SP 48679
mancuso@netjen.com.br

Diretora Administrativa-Financeira
Laurinda M. Lobato
DRT/SP 48681
laurinda@netjen.com.br

Editora
Laura R. M. Lobato De Baptisti
DRT/SP 46219

Marketing
J. L. Lobato
lobato@netjen.com.br

Diretor Comercial
José Hamilton Mancuso
mancuso@netjen.com.br

Webmaster e TI:
VillaDartes

Editoração Eletrônica
Marizete Souza
Ricardo Souza
Walter de Almeida

Impressão
LTJ- Gráfica Ltda

ABRARJ
Associação Brasileira de Revistas e Jornais
Matrícula, SP-555

Colaboradores

André Souza
Andressa Thomaz
Antônio Delfim Netto
Armando Rovai
Cícero Augusto
Cláudio Tomanini
Dalcides Biscalquin
Eduardo Moreira
Geraldo Nunes
José Rubens D'Elia
Dr. Lair Ribeiro
Leslie Amendolara
Luiz Flávio Borges D'Urso
Ralph Peter
Rosângela Demetrio
Sandra Falcone
Sergio Monte Alegre
Sergio Valezin

Jornal Empresas & Negócios Ltda
CNPJ: 05.687.343/0001-90 - Registro na JUCESP sob NIRE 35218211731 em 06/06 de 2003 e matriculado no 3º Registro Civil da Pessoa Jurídica sob nº 103
Administração, Publicidade e Redação: Rua Boa Vista, 84 - 9º Andar - Conj. 909
Cep: 01014-000 - Tel: 3106-4171-FAX: 3107-2570 -
e-mail: netjen@netjen.com.br - site: www.netjen.com.br

Auditoria de tiragem: Cokinos Auditores e Consultores

Serviço informativo editorial fornecido pela Agência Estado e Agência Brasil. Artigos e colunas assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, que não recebem remuneração direta do jornal.

IGP-10 tem alta de 1,88% em outubro, mostra FGV

A inflação medida pelo Índice Geral de Preços-10 (IGP-10) fechou outubro em alta, em relação a setembro, ao chegar a 1,88%, crescimento de 1,27% na comparação aos 0,61% da taxa de setembro

Os dados foram divulgados pelo Ibre/FGV. Com essa alta, o IGP-10 fechou os primeiros dez meses do ano com alta acumulada de 7,88%. Em 12 meses, o IGP-10 acumula alta de 9,83%. Em agosto do ano passado, o índice registrou 0,02% de alta.

Segundo a FGV, em outubro, o IGP-10 foi fortemente influenciado pelos preços ao produtor. O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que tem peso de 60% na composição do IGP-10, variou 2,62%, em outubro. Em setembro, a variação foi de 0,82%. Os Bens Finais registraram taxa de variação de 1,47%, em outubro, ante 0,10%, em setembro. O principal responsável por este movimento foi o subgrupo alimentos processados, cuja taxa passou de 0,91% para 2,85%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), com peso de 30% na formação do IGP-10, registrou variação de 0,59%, em outubro, ante 0,15%, em setembro. Cinco das oito classes de despesa componentes do índice registraram acréscimo em suas taxas de variação, com destaque para o grupo alimentação (-0,33% para 0,58%). Em contrapartida, apresentaram decréscimo em suas taxas de variação os grupos saúde e cuidados pessoais (0,65% para 0,52%), comunicação (0,36% para 0,19%) e despesas diversas (0,21% para 0,08%) (ABr).

Arquivo/ABr

O grupo alimentação apresentou acréscimo de -0,33% para 0,58% de setembro para outubro.

Atividade econômica caiu 0,76% em agosto

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) apresentou queda de 0,76% em agosto, na comparação com julho. Esse dado é dessazonalizado (ajustado para o período). De acordo com os dados revisados em julho, comparado ao mês anterior, a atividade econômica ficou praticamente estável (-0,01%). Neste ano, houve crescimento somente em maio (0,03%) e em fevereiro (0,57%).

Em agosto, comparado ao mesmo mês de 2014, houve de queda de 4,47%, de acordo os dados sem ajustes, pois a comparação é feita entre meses iguais. Nos oito meses do ano, em relação ao igual período de 2014, houve queda de 2,99%. Em 12 meses encerrados em agosto, a retração chegou a 2,16% (dados sem ajuste).

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira a cada mês. Mas o indicador oficial sobre o desempenho da economia é o PIB, elaborado pelo IBGE e divulgado trimestralmente. Na avaliação do mercado financeiro, o PIB deve ter queda de 2,97%, este ano (ABr).

90
80
70
60
50
40
30
20
Reprodução

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira a cada mês.

BNDES aumenta em 5% investimentos em infraestrutura

O setor de infraestrutura foi um dos menos impactados com as reduções de financiamentos do BNDES. Mesmo diante da queda de desembolsos prevista para esse ano, o setor vai receber mais recursos que em anos anteriores, com aumento de 5% em relação à 2014. A informação é do diretor de Planejamento Econômico do BNDES, João Carlos Ferraz.

Segundo ele, o aumento dos desembolsos em infraestrutura refletem o potencial da economia brasileira e miram no crescimento sustentado, com oportunidades competitivas de baixo risco para os empresários.

João Ferraz aposta no mercado interno, exportações e infraestrutura como "vetores do crescimento" no país. Para ele, a alavancagem da economia brasileira é uma questão de tempo.

O setor de infraestrutura ajuda a criar condições para o crescimento da economia. Financiando obras de empresas brasileiras na África e a na América Latina, como o metrô de Caracas, na Venezuela, e o porto Mariel, em Cuba, o BNDES também movimenta a economia no Brasil, acresentou o diretor. Ele disse aos empresários que as criticas a esses financiamentos são "ideológicas" (ABr).

Segredos para ter sucesso numa negociação

José Ricardo Noronha (*)

Você já parou para pensar que negociamos o tempo todo? Com nossas esposas, nossos maridos, filhos, clientes, fornecedores...

Entretanto, muitas vezes fazemos isso sem técnica. Para ajudar você a negociar melhor e ter impacto imediato em todas as suas negociações, compartilho duas dicas inspiradas na mais importante metodologia de negociação do mundo: a famosa técnica de negociação "ganha-ganha", da prestigiada Harvard Law School.

Primeira dica: separe os problemas das pessoas. Em boa parte das nossas negociações, muitas vezes nos deixamos controlar pelas nossas emoções. Quando fazemos isso, colocamos a razão de lado, o que faz com que sejamos duros com as pessoas e leves com os problemas, quando o correto é fazer o contrário.

Lembre-se sempre de que a boa negociação deve privilegiar o relacionamento de longo prazo. Por isso, é fundamental manter o controle emocional e trabalhar o tempo todo em conjunto com a outra parte, para que vocês possam criar, juntos e da forma mais racional possível, uma negociação que verdadeiramente seja boa para todos.

Portanto, a partir de agora, seja sempre duro com o problema e leve com as pessoas.

Segunda dica: concentre-se sempre nos interesses e não nas posições. Imagine uma situação na qual duas pessoas brigam pela mesma laranja. Diante de uma situação assim, como você reagiria?

Neste caso específico, uma das pessoas queria a laranja porque estava com fome.

Já a outra queria a laranja para tirar a casca e usar em uma cobertura de bolo. Se as duas partes explorassem os interesses escondidos por trás das posições iniciais, teriam saído satisfeitas dessa negociação.

Portanto, a partir de agora, foque sempre nos interesses e não nas posições. Para fazer isso, utilize a sua habilidade de fazer boas perguntas abertas. Fazendo isso, fica muito mais fácil fechar uma negociação onde todos ganham.

Sucesso!

(*) - Marketing, Empreendedorismo Social e Vendas pela Vanderbilt University e professor de MBA da FIA e Educação Continuada do Corretor de Imóveis do CRECI/SP (www.josericardonoronha.com.br).

Indicador de tendência econômica cai 1,4%

O Indicador Antecedente Composto da Economia (Iace) para o Brasil, que agrega componentes econômicos para medir a atividade econômica do país, caiu 1,4% em setembro, para 86,2 pontos. O dado foi divulgado pelo Ibre/FGV e pela instituição The Conference Board.

Segundo o levantamento, seis das oito variáveis integrantes do indicador contribuíram negativamente para o resultado: os índices de Expectativas do Consumidor, da Indústria, do Setor de Serviços, a Taxa Referencial de Swaps, o Índice de Produção Física de Bens de Consumo Duráveis, e o Ibovespa.

"A queda do Iace continuou forte em setembro, sugerindo ser improvável um arrefecimento do quadro recessivo atual no futuro próximo. Com a tendência declinante do consumo doméstico, o momento ainda desfavorável para a demanda externa e a persistência de incertezas acerca do ajuste fiscal, a recuperação da economia brasileira continua enfrentando obstáculos consideráveis", disse o economista da FGV Paulo Picchetti.

Em contrapartida, o Indicador Coincidente Composto da Economia do Brasil, que mede as condições econômicas atuais, mostrou pequena melhora: avançou 0,2% em agosto, registrando 101,7 pontos. Em agosto, houve recuo de 0,7% e, em julho, de 0,3% (ABr).

NEGÓCIOS em PAUTA

lobato@netjen.com.br

A - Amantes da Pesca

A 31ª edição da Festa Nacional da Truta acontece entre 30 de outubro e 1º de novembro em Trevelin, província de Chubut, na Argentina, promovida pelo 'Ente Oficial de Turismo Patagonia". A pesca esportiva é um dos principais produtos turísticos da região. O evento marca o lançamento oficial da Temporada de Pesca em Chubut. Além de palestras sobre o tema, haverá concurso de tiros de precisão coordenado pelas associações de guias de pesca. Na festa deste ano, dando uma visão mais sustentável, no lugar do clássico concurso de pesca será realizado um encontro de pescadores nas águas do Rio Arrayanes, Lago Verde e Lago Futalaufquen. Mais informações: (www.disfrutachubut.gob.ar/pescar-en-chubut).

B - Negócios com os EUA

Entre os próximos dias 26 e 28, no Hotel Radisson, acontece o "Doing Business with Central Florida", promovido pela Câmara de Comércio Brasil Central Flórida, que está selecionando empresas para participarem do Brazilian Business Expo, e oferece a oportunidade para as empresas exporem produtos que desejam internacionalizar. Em todos os dias do evento, as empresas participantes terão um horário especial, entre 15h e 18h, para apresentarem os seus produtos ao público. Nesse mesmo horário também acontece uma mesa redonda com os palestrantes do dia para sanar dúvidas de todas as empresas que têm planos de ir para os Estados Unidos. Interessados deverão enviar informações para o email (law@lawcomunicacao.com).

C - Móveis e Decorações

A contagem regressiva para a 23ª edição da Feistock já começou. O evento, que ocorre entre os dias 12 e 15 de novembro no pavilhão de eventos da Promosul, em São Bento do Sul/SC, já tem 90 expositores confirmados, que prometem trazer o que há de melhor em móveis e decoração. O leque de produtos é imenso, variando em estilos – do rústico ao moderno, passando pelo vintage e o provençal – e preços. Na área de decoração, a Feistock também é imbatível, com a possibilidade dos visitantes comprarem a mobília e já sair com a casa decorada. Mais informações tel. (47) 3626-6686 (www.feistock.com.br).

D - Direito Tributário

Muitas pessoas se questionam sobre como é utilizado o tributo, por que o governo arrecada e qual a sua principal função para a população e Estado. Para sanar todas as dúvidas, na próxima quinta-feira (22), a partir das 8h30, a Fadisp apresenta uma palestra com o tema: Visão Crítica do Direito Tributário Brasileiro, ministrada pelo Dr. Eduardo Jardim, membro da Comissão do Contencioso Administrativo Tributário na OAB e da Academia Paulista de Letras Jurídicas. O evento será gratuito e aberto ao público. Para participar, as inscrições deverão ser feitas com a Thais, pelo telefone 3061.0212 (www.fadisp.com.br).

E - Negócios África e Brasil

Nos próximos dias 29, 30 e 31, ocorre a terceira edição da FEAFRO - Feira Internacional Afro-Étnica de Negócios e Cultura, no do Expo Center Norte. O evento acontece em um momento muito peculiar para o Brasil, em que as exportações passaram a ser uma alternativa para driblar a crise. A alta do dólar fez os preços tornarem-se mais competitivos e a possibilidade de dobrar o volume de negócios para a exportação. A Apex-Brasil estará presente, já tendo projetado 100 reuniões diárias para rodadas de negócios. Cerca de 200 empresários brasileiros já estão confirmados até o momento. O foco dominante das operações comerciais aponta para o setor de agronegócio. Mais informações em (www.feafro.com.br).

F - Odontologia de Excelência

Entre 27 e 30 de janeiro de 2016 acontece o 34º Congresso Internacional de Odontologia de São Paulo, no Expo Center Norte, sob o lema "por uma Odontologia de excelência". Promovido pela Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas, entidade que reúne mais de 40% de todos os profissionais de Odontologia do estado, o evento oferece quatro dias de intensa atividade acadêmica e uma feira com os principais players da indústria odontológica do Brasil e do mundo – até agora, mais de 210 expositores já garantiram sua participação. O evento traz em sua programação o melhor de cada segmento da profissão de cirurgião-dentista. Mais informações (www.ciosp.com.br).

G - Saúde da Mulher

A Campanha Saúde da Mulher, promovida pelo Femme Laboratório da Mulher, ocorre no dia 28 novembro, no Auditório do MAM. Vários convidados renomados já estão confirmados, como o psiquiatra especializado em relações afetivas, Dr. Flávio Gikovate; o especialista em medicina comportamental, Dr. Roberto Cardoso; e as humoristas "As Olívias". Os profissionais abordarão temas relacionados à saúde física e mental das mulheres, a importância de resgatar a essência feminina e temas ligados ao dia a dia do mundo moderno, como trabalho e estresse. As vagas são limitadas. O evento é gratuito e as inscrições pelo tel. 3050-9046 ou (http://www.laboratoriodamulher.com.br/campanhasaudedamulher).

H - Programa de Trainee

A SAP, líder mundial no mercado de aplicações de negócios, está com inscrições abertas para o programa global de trainee, SAP Academy. O objetivo é fornecer experiência internacional de treinamentos e habilidades técnicas na área de Vendas e Pré-Vendas da SAP, para estudantes graduados ou recém-formados nas áreas de engenharia, administração, marketing e correlatas, com domínio do idioma inglês. O programa tem nove meses de duração, sendo que parte deste é voltado para treinamento prático e orientação no Centro de Treinamento da GCO University, em Dublin, na Califórnia. Para se inscrever e mais informações, acesse (goo.gl/rWbZRU).

I - Fonte Energética

Um evento para marcar a indústria de energias renováveis, para incentivar o diálogo e promover o crescimento e consolidação do biogás como fonte energética: o II Fórum das Indústrias de Biogás acontece nos dias 2 e 3 de dezembro, no Club Transatlântico. Contará com palestras e debates acerca de temas relevantes para o aproveitamento do biogás, como a evolução do panorama regulatório e os incentivos fiscais aplicáveis ao biogás. Além disso, o Fórum vem para aproximar os principais atores nacionais e internacionais das esferas públicas e privada que atuam e fazem crescer a indústria de biogás. Mais informações em (www.forumdobiogas.com.br).

J - Corrida de Rua

No domingo (25), acontece uma das provas mais tradicionais e aguardadas de Santo André, o Circuito Caixa Track&Field Run Series Shopping ABC. A largada será em frente ao shopping ABC e a competição é para todas as idades, com percurso de 6 km e a inscrição na prova dá direito a um kit exclusivo da grife Track&Field, contendo uma sacola do evento, uma camiseta Thermodry®, um par de meias performance e uma squeeze. A programação começa às 5h com a abertura do estacionamento, entre 5h30 e 6h30 será a entrega de chip e logo após alongamento para aquecer os participantes. A largada será às 7h e a premiação acontecerá às 8h. Inscrições e mais informações em (www.tfrunseries.com.br).

K - Ajustes no Agronegócio

O Centro de Conhecimento em Agronegócios da FIA está com inscrições abertas e gratuitas para o seminário "Ajustes no Agro Brasileiro para maior Inserção Global", que acontece no dia 13 de novembro, às 11h00. O evento recebe dois grandes nomes do agronegócio brasileiro: Dr. Roberto Rodrigues, engenheiro agrônomo que irá apresentar sua visão a respeito da inserção internacional da agricultura brasileira e Dr. Márcio Freitas, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, que abordará a contribuição das cooperativas brasileiras no setor. O seminário é aberto a estudantes, acadêmicos e profissionais interessados, que podem se inscrever pelo site (www.pensa.org.br).

L - Tecnologia de Ponta

Profissionais do setor de eletrônicos de consumo estarão reunidos de 3 a 5 de novembro, durante a realização da 1ª edição da ICEEB – International Consumer Electronics Expo Brazil, no Anhembi. É uma porta de entrada para que empresas internacionais possam ingressar no mercado brasileiro. O público pode conhecer a tecnologia de ponta apresentada pelas marcas participantes, além de desfrutar de um ambiente propício aos negócios e contatos comerciais. Entre os segmentos: produtos de consumo pessoal, produtos audiovisuais, eletrodomésticos, tecnologia emergente, iluminação, hardware, software e serviço de comunicação e drone VANT. O credenciamento, que garante acesso gratuito aos profissionais do setor, já pode ser realizado pelo site (www.iceeb.com.br).

M - Orientação Profissional

O CIEE realiza nesta terça-feira (20), mais uma edição do Ciclo de Orientação e Informação Profissional. O evento acontece nos auditórios Ernesto Igel e Mário Amato, da entidade (Rua Tabapuã, 540), às 8h30, precedido por café da manhã. Conta com o palestrante Marcos Vono, psicólogo e coach de recursos humanos, que abordará o tema: "O processo de gestão de carreira: da primeira escolha até...". O encontro é aberto ao público, com estacionamento gratuito (na Rua Tabapuã, 445). As inscrições são gratuitas e devem ser feitas pelo site (www.ciee.org.br/portal/eventos).

N - Battle Royal

A Copag - pioneira na fabricação e distribuição de card games no Brasil -, anuncia o tão esperado "Battle Royal", o maior torneio de um dos card games colecionáveis mais famosos do Brasil, Battle Scenes. A primeira edição do campeonato ocorre no dia 21 de novembro, às 8h30, no Hotel Estamplaza Internacional, na Chácara Santo Antônio. Para as inscrições, acesse (www.copagloja.com.br), até o dia 16 de novembro, e pague a taxa de R$ 35,00, que dá direito ao kit exclusivo do evento. As vagas são limitadas e os menores de idade devem levar uma autorização dos responsáveis. Serão premiados até o 16º colocado sendo que o primeiro lugar recebe uma réplica do Escudo Capitão América, em tamanho real.

O Brasil precisa de honestidade e coragem

J.A. Puppio (*)

Há quantos anos o brasileiro ouve de sucessivos governos ser imprescindível e ultra urgente a realização de um ajuste fiscal?

Toda a imprensa com seus renomados jornalistas e economistas escrevem sobre o tema desde 1950 quando o ex presidente Juscelino extrapolou gastos públicos na construção de Brasília. Em última instância, diferente das nossas empresas, quando o governo gasta mais do que arrecada manda a conta para os contribuintes. Isso é histórico nesse País e para não fugir à regra, o atual governo está fazendo o mesmo.

Em termos práticos, a urgência já dura mais de meio século, estamos em uma perpetuação de ajustes fiscais, sempre em função de aumentar os impostos, sendo que a arrecadação hoje já está em 63% do produto bruto do país. Somos hoje 200 milhões de brasileiros que todo ano contribuem de maneira exaustiva com o seu trabalho para engrossar a arrecadação de impostos que nunca são suficientes para a máquina de gastar do governo.

Agora estamos em 2015 e com um fiasco tremendo de um governo de 13 anos de incompetência onde além de destruir a 5º maior empresa do planeta, com um roubo jamais visto na humanidade, aumenta a carga tributária do já combalido contribuinte, que sabe que vai passar os próximos 5 anos ou mais trabalhando duro para pagar a incompetência e a corrupção de um partido e dos que gostam de receber sem trabalhar.

E numa demonstração de consideração e respeito pelo povo brasileiro que o elegeu, esse governo poderia aceitar o seu fracasso, reconhecer que o ajuste fiscal pode ser feito com corte de gastos e não aumento de impostos e alterar a estrutura dos gastos púbicos, começando por eliminar os cargos apadrinhados de 200 mil petistas já acostumados a receber sem trabalhar.

Quando esse governo estava em campanha havia promessas e promessas de uma mudança geral com reformas das políticas tributarias, administrativas, trabalhista e sindical e talvez o caminho do crescimento do País passe por ai, pelo cumprimento das promessas de campanha.

O fato é que com 32 partidos políticos não iremos chegar a lugar nenhum. Os ministérios criados para abrigar derrotados nas urnas, custam muito caro ao país. Podemos começar por ai, tomando como exemplo a maior democracia do Planeta, representada pelos EUA, que tem apenas dois partidos, os Democratas e os Republicanos. A fusão dos partidos seria um bom início, como uma fusão entre os ministérios. O estado Brasileiro virou um monstro que devora todo dinheiro do suor da população brasileira.

E, em contrapartida, não temos saúde, educação, segurança, mas para enaltecer o ego de uma figura com problemas psicológicos fazemos obras milionárias no exterior como Bolívia, Venezuela, Cuba, Angola, Haiti e o povo não pode saber destas obras pois são sigilo jurídico. Precisamos mudar isso.

O Brasil precisa urgente de homens honestos e corajosos para acabar com a corrupção e a roubalheira existente.

(*) - É empresário, diretor presidente da Air Safety e autor do livro “Impossível é o que não se tentou”.

Animais não humanos considerados como sujeitos de direitos

Ag.Câmara

DE AGROTÓ
NO BRASIL

Jordy lembra que vários países já reconhecem que os animais são detentores de direitos.

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados aprovou proposta que considera os animais não humanos como sujeitos de direitos despersonificados. O objetivo do projeto, de autoria do deputado Ricardo Izar (PSD-SP), é garantir a proteção dos animais.

O projeto prevê tutela jurisdicional em caso de violação desses direitos e veda o seu tratamento como coisa. Atualmente, o Código Civil estabelece apenas duas categorias jurídicas: pessoas e coisas, classificando os animais como meras coisas.

O texto aprovado foi o substitutivo do relator, deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), no qual modifica a expressão “animais domésticos e silvestres”, utilizada no projeto original, por “animais não humanos”. Segundo ele, esta é “mais adequada e usada mundialmente”. Os objetivos da medida são: afirmação dos direitos dos animais não humanos e sua respectiva proteção; construção de uma sociedade mais consciente e solidária; reconhecimento de que os animais não humanos possuem natureza biológica e emocional, sendo seres sencientes, passíveis de sofrimento.

Conforme Jordy, países como Suíça, Alemanha, Áustria, França e, mais recentemente, a Nova Zelândia já alteraram seus códigos no sentido de reconhecer que os animais não humanos necessitam de uma classificação “sui generis”, que possibilite torná-los detentores de direitos despersonificados. A proposta será analisada em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

Empresas & Negócios
netjen@netjen.com.br
Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para
Tel: 3106-4171
www.netjen.com.br

Chega ao Senado MP 680, que cria programa para preservar emprego

Já chegou ao Senado a MP 680, que institui o Programa de Proteção ao Emprego (PPE). Ele permite às empresas em dificuldade financeira diminuir a remuneração e a jornada de trabalho de seus empregados em até 30%, mediante o compromisso de não demiti-los sem justa causa

O governo, nesse caso, paga até metade da parcela do salário que o trabalhador deixar de receber, limitada a 65% do teto do seguro-desemprego, o que corresponde a R$ 900,85, em valores de hoje. Para isso, vai utilizar os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A Câmara finalizou a votação da medida provisória aprovando o parecer do deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) que havia sido acolhido pela comissão de deputados e senadores que examinou o assunto. O parecer de Daniel Vilela amplia de 12 para 24 meses o prazo em que as empresas habilitadas podem participar do programa. Estende também o prazo final de adesão ao PPE, de 31 de dezembro de 2015 para 31 de dezembro de 2016. A ideia foi adotada por países europeus, com avaliação positiva quanto aos seus resultados.

Abimaq

EMPREGOS NO BRASIL!
PRODU NO BR
DESINDUSTRIALIZ NO BRASIL
QUEREMOS CONCORRÊNCIA LEAL!
EMPREGOS NO BRASIL!

Tanto o governo quanto especialistas da área do trabalho têm se espantado com a rapidez com que o desemprego tem aumentado no Brasil.

“O grande case foi na Alemanha, em 2009, responsável pela manutenção de meio milhão de empregos no pós-crise de 2008”, diz Vilela. Tanto o governo quanto especialistas da área do trabalho têm se espantado com a rapidez com que o desemprego tem aumentado no Brasil. Em agosto, segundo o IBGE, a taxa de desemprego foi de 7,6%. É o maior índice para um mês de agosto desde 2009, quando a taxa ficou em 8,1%. Um ano antes, em agosto de 2014, a taxa estava em 5%.

Durante a discussão na Câmara, houve grande polêmica sobre a inclusão de uma regra que permitiria que a convenção ou o acordo coletivo de trabalho prevalecesse sobre a lei, desde que não contrariassem direitos previstos na Constituição e nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificadas pelo Brasil nem as normas de higiene, saúde e segurança do trabalho. A bancada do governo e parte da oposição fizeram acordo para adiar a discussão do assunto, acatando pedido das centrais sindicais, e o tema ficou de fora do texto aprovado. Nem todos gostaram desse desfecho.

O governo estima que gastará R$ 97,6 milhões de recursos do FAT com o programa. O Executivo argumenta que ele não só possibilitará preservar empregos como também reduzirá os custos das empresas (Ag Senado).

Financiamento estudantil deve incluir ensino a distância

O financiamento ao ensino superior deveria incluir os cursos de educação a distância. A ideia foi defendida por estudantes e especialistas em audiência pública sobre as novas regras para essa modalidade de ensino, realizada pela Comissão de Educação do Senado. O Conselho Nacional de Educação (CNE) já trabalha em um novo marco regulatório para o ensino a distância. Entre as mudanças, está a criação de uma nova avaliação para o credenciamento e funcionamento desses cursos.

A ideia, disse o senador Paulo Paim (PT-RS), é aumentar a integração entre o ensino a distância e a proposta pedagógica da instituição. “O CNE está a um passo de aprovar um novo marco para essa modalidade de educação. A educação brasileira vive um momento histórico de transição, pois a ideia é aproximar cada vez mais a educação a distância da educação presencial”, disse o parlamentar.

O diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância, Luciano Sathler, lembrou que a meta do Plano Nacional de Educação é aumentar as matrículas no ensino superior para mais que o dobro das atuais, até 2024. Ele disse que um dos mecanismos para se atingir essa meta é o ensino a distância, principalmente incluindo esse tipo de educação no financiamento estudantil.

O vice-presidente do Fórum Nacional de Entidades Estudantis, Alan Valente, concordou com a importância do financiamento na educação a distância. Ele disse ainda que é preciso avaliar regras específicas para lugares sem outras opções de ensino. Luiz Roberto Curi, presidente do conselho que analisa as novas diretrizes, defendeu que além de garantir as matrículas, é preciso evitar a evasão, que beira os 60% na média nacional. Ele acredita que a educação a distância é um dos instrumentos que podem ajudar a manter os alunos nas universidades (AgSenado).

Senado discute impacto da crise chinesa e da Parceria Transpacífico

A Comissão de Relações Exteriores do Senado aprovou a realização de audiências públicas para debater os reflexos no Brasil de dois temas que causam impacto na economia mundial — a crise da China e a Parceria Transpacífico, acordo de livre comércio firmado entre Estados Unidos, Japão, Canadá e mais nove países.

Para a audiência sobre a crise chinesa, o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) sugeriu a participação do embaixador Sérgio Amaral, presidente do Conselho Empresarial Brasil-China; do ex-chanceler Celso Lafer; do ex-presidente da Vale, Roger Agnelli; e da professora Vera Thornstensen, da Escola de Economia de São Paulo. Aloysio está preocupado com os efeitos da crise chinesa sobre o Brasil em razão da importância estratégica daquele país para as exportações nacionais.

Marcos Oliveira/Ag.Senado

Aloysio Nunes está preocupado com os efeitos da crise chinesa sobre o Brasil.

Maior parceiro comercial brasileiro desde 2009, a China importou do Brasil até agosto deste ano cerca de US$ 25,5 bilhões e exportou US$ 22,4 bilhões. Apesar dos números expressivos, eles representam uma queda, respectivamente, de 19,7% e de 9,2% em relação a igual período do ano anterior. Ou seja: a redução do ritmo de crescimento chinês tem reduzido significativamente as exportações brasileiras.

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) previu uma alteração profunda no comércio global com a Parceria Transpacífica porque os 12 países que a integram representam 40% das riquezas produzidas no mundo. Ferraço destacou que, além da derrubada de barreiras tarifárias entre os países, o tratado prevê regras uniformes de propriedade intelectual e ações conjuntas nas mais diversas áreas. “Estamos propondo uma audiência pública para que possamos debater o impacto disso na economia brasileira e saber como o governo pretende reagir a mais essa articulação que nos coloca num isolamento ainda maior”, afirmou (Ag.Senado).

MP que permite terceirização de prisões tranca pauta

Chegou ao Senado e já tranca a pauta a MP 678, que autorizou o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) em licitações e contratos de segurança pública. Assim, o RDC poderá ser utilizado em licitações nas áreas de defesa civil e inteligência. A MP foi aprovada pela Câmara. O texto incluiu a permissão também para licitar pelo RDC a própria administração de presídios e unidades de tratamento socioeducativo de jovens infratores.

O governo argumenta que o uso do RDC facilitará a construção de centros de comando e controle de segurança pública, pois os padrões dos equipamentos, a disponibilidade de instalações e as necessidades operacionais da implantação mudam para cada ente federativo. O projeto também altera a Lei de Execução Penal para permitir nos estabelecimentos penais a terceirização de setores como telecomunicações, reprografia, lavanderia, manutenção de prédios, instalações e equipamentos. Também será permitido terceirizar os serviços relacionados à execução de trabalho pelo preso.

Marcos Bergamasco/Secom-MT

PENITENCIÁRIA PASCOAL RAMOS

Penitenciária Pascoal Ramos, em Cuiabá, gerou debate pelo risco de privatização de prisões.

O RDC difere da Lei das Licitações por aumentar a rapidez dos processos com dispositivos como a inversão de fases (proposta analisada antes dos documentos), a prioridade para o pregão eletrônico e a padronização de editais e contratos. Prazos de recursos e seus julgamentos também são diminuídos. A lei do RDC permite a contratação integrada, pela qual a empresa vencedora da licitação fica responsável tanto pela elaboração e o desenvolvimento dos projetos básicos e executivos quanto pela execução das obras (Ag. Senado).

Não há risco de colapso em distritos irrigados do São Francisco

Apesar da gravidade da crise hídrica que afeta a região do Vale do Rio São Francisco, dirigentes de órgãos e empresas públicas que participaram de audiência pública na Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Senado, divulgaram informações que afastam a hipótese de colapso imediato do sistema produtivo baseado na agricultura irrigada que depende das águas do São Francisco.

O diretor-geral do Operador do Sistema Elétrico Nacional (ONS), Hermes Chipp, disse que está sendo feito todo o possível para que seja mantido em nível adequado o volume de água no reservatório de Sobradinho. O objetivo é assegurar, de modo controlável, os usos múltiplos da água, como o abastecimento humano e os projetos de irrigação. “A Bacia do São Francisco praticamente está sendo operada para outros usos da água, não para abastecimento energético”, esclareceu.

Com as obras, afirma o presidente da comissão, senador Fernando Bezerra (PSB-PE), será garantido o fornecimento de água para perímetros irrigados situado antes e depois da Barragem de Sobradinho mesmo com a queda do volume útil do lago. “Vamos continuar acompanhando a situação, porque os impactos de uma eventual interrupção do fornecimento de água seriam muito negativos para a economia regional”, disse o senador.

A região de agricultura irrigada do São Francisco é a principal exportadora de frutas do país, com liderança na produção de uva e manga. Por isso, afirma o senador, merece todo cuidado por parte do setor público. A seu ver, essa atenção ficou demonstrada durante a audiência pública por parte dos convidados (AgSenado).

RG Estaleiros S.A.

CNPJ/MF nº 12.487.364/0001-27

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e às normas estatutárias, submetemos a vossa apreciação as Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. Barueri, 15 de outubro de 2015. *A Diretoria*

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma informado)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	Notas	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Ativo circulante		**236.794**	**411.557**	**248.327**	**104.470**
Caixa e equivalentes de caixa	5	6	6	14.718	42.349
Contas a receber	6	–	–	17.636	16.933
Partes relacionadas	7	234.779	407.193	–	–
Tributos a compensar	8	1.986	3.918	3.162	17.770
Adiantamentos à fornecedores	9	23	428	212.589	26.142
Outros ativos	–	–	12	222	1.276
Ativo não circulante		**731.795**	**757.286**	**2.000.688**	**1.885.830**
Bancos conta vinculada	10	18.297	23.587	33.165	23.587
Contas a receber	6	4.051	4.051	4.051	4.051
Ativo fiscal diferido	26	3.198	3.198	20.527	14.412
Depósitos judicais	19	–	–	4.160	4.262
		25.546	30.836	61.903	46.312
Investimentos	11	706.249	726.450	–	–
Imobilizado	12	–	–	289.658	729.247
Propriedades para investimento	13	–	–	1.585.510	1.050.500
Intangivel	–	–	–	63.617	59.771
		706.249	726.450	1.938.785	1.839.518
Total do ativo		**968.589**	**1.168.843**	**2.249.015**	**1.990.300**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Passivo circulante		**262.958**	**446.771**	**656.283**	**656.466**
Empréstimos e financiamentos	15	–	–	18.380	16.984
Fornecedores	14	198	41	183.239	30.953
Obrigações sociais e trabalhistas	–	52	59	52	165
Obrigações tributárias	16	1.261	5.757	106.562	80.431
Receita diferida	17	–	–	68.072	68.072
Partes relacionadas	7	261.380	440.910	271.483	450.675
Outras provisões	–	–	–	8.115	8.417
Outros passivos	–	67	4	380	769
Passivo não circulante		**18.297**	**24.254**	**905.398**	**636.016**
Empréstimos e financiamentos	15	–	–	558.646	216.253
Contas a pagar com partes relacionadas	18	18.297	24.254	18.297	24.254
Receita diferida	17	–	–	323.344	391.416
Provisão para demandas judiciais	19	–	–	5.111	4.093
Patrimônio líquido		**687.334**	**697.818**	**687.334**	**697.818**
Capital social	20.1	560.000	560.000	560.000	560.000
Reserva legal	20.2	6.736	6.736	6.736	6.736
Reserva de lucros	20.3	120.598	131.082	120.598	131.082
Total do passivo e patrimônio líquido		**968.589**	**1.168.843**	**2.249.015**	**1.990.300**

Demonstrações dos Resultados

	Notas	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Receita líquida operacional	21	–	–	169.817	89.935
Custo dos serviços prestados	22	–	–	(74.938)	(23.817)
Lucro bruto		–	–	**94.879**	**66.118**
Despesas administrativas	23	(1.977)	(2.233)	(17.791)	(11.475)
Resultado de equival. patrimonial	11	(20.418)	31.840	–	–
Outras receitas e despesas operacionais	–	3	–	2.296	(447)
Lucro (prejuízo) operacional		**(22.392)**	**29.607**	**79.384**	**54.196**
Receitas financeiras	24	44.085	20.791	19.152	24.391
Despesas financeiras	24	(29.843)	(26.403)	(90.794)	(34.031)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		**14.242**	**(5.612)**	**(71.642)**	**(9.640)**
Lucro (prej.) antes dos impostos		**(8.150)**	**23.995**	**7.742**	**44.556**
IRPJ e CSLL corrente	25	(2.334)	–	(24.377)	(20.660)
IRPJ e CSLL diferidos	26	–	738	6.151	837
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(10.484)**	**24.733**	**(10.484)**	**24.733**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(10.484)	24.733	(10.484)	24.733
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total do resultado abrangente	(10.484)	24.733	(10.484)	24.733

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2012	**560.000**	**5.500**	**107.585**	**–**	**673.085**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	24.733	24.733
Destinação do resultado:					
Constituição de reserva legal	–	1.236	–	(1.236)	–
Retenção de lucros	–	–	23.497	(23.497)	–
Saldos em 31/12/2013	**560.000**	**6.736**	**131.082**	**–**	**697.818**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(10.484)	(10.484)
Absorção do prejuízo do exercício	–	–	(10.484)	10.484	–
Saldos em 31/12/2014	**560.000**	**6.736**	**120.598**	**–**	**687.334**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prej.) do exercício	(10.484)	24.733	(10.484)	24.733
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido (usado nas)/ provenientes das atividades operacionais				
Equivalência patrimonial	20.418	(31.840)	–	–
Juros sobre financiamentos	–	–	44.333	19
Variação cambial	–	–	(211)	(1.472)
Depreciação	–	–	24.079	20.498
Provisão para demandas judiciais	–	–	1.018	(424)
Valor residual de baixa de propriedade para investimento e imobilizado	–	–	40.435	6.360
Outras provisões	–	(299)	(302)	585
Reconhecimento receita diferida	–	–	(68.072)	(68.073)
IRPJ e CSLL diferidos	–	(738)	(6.115)	(837)
(Aumento)/Redução dos ativos operacionais				
Tributos a compensar	1.932	(695)	14.608	(13.716)
Adiantamentos à fornecedores	405	(210)	(186.447)	(25.751)
Bancos conta vinculada	5.290	(1.525)	(9.578)	(1.525)
Contas a receber	–	–	(703)	(12.172)
Outros ativos	12	(4)	1.054	(1.234)
Depósitos judiciais	–	–	102	(3.107)
Fornecedores	157	29	152.497	(8.981)
Obrigações sociais e trabalhistas	(7)	17	(113)	(920)
Obrigações tributárias	(4.496)	5.648	26.131	26.406
Contas a pagar com partes relacionadas	(5.957)	–	(5.957)	–
Outros passivos	63	4	(389)	–
Caixa proveniente das (usado nas) atividades operacionais	**7.333**	**(4.880)**	**15.886**	**(59.611)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Partes relacionadas	(7.116)	10.340	(179.192)	401.115
Aquisição de bens do ativo imobilizado	–	–	(5.063)	(338.125)
Intangível	–	–	(3.846)	–
Propriedade para investimentos	–	–	(154.872)	(11.645)
Caixa proveniente das (usado nas) atividades de investimento	**(7.116)**	**10.340**	**(342.973)**	**51.345**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Obtenção de financiamentos	–	–	299.456	29.533
Aumento de capital em investida	(217)	(5.469)	–	–
Caixa proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	**(217)**	**(5.469)**	**299.456**	**29.533**
Redução de Caixa e equivalentes de caixa	**–**	**(9)**	**(27.631)**	**21.267**
Demonstração da variação de Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	6	15	42.349	21.082
No final do exercício	6	6	14.718	42.349
Redução de Caixa e equival. de caixa	**–**	**(9)**	**(27.631)**	**21.267**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

1. Contexto operacional – A RG Estaleiros S.A. ("Companhia") é uma entidade de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída em 5/08/2010, com endereço registrado à Alameda Araguaia, nº 3.571, conj. 2019, Centro Empresarial, Tamboré, Barueri, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades sob a forma de sócia, acionista ou quotista, podendo ainda deter a propriedade, por si ou terceiros, de áreas e instalações destinadas a implantação de estaleiros e instalações de apoio a construções navais. A Companhia teve as ações representativas de seu capital alienadas em 15/10/2010 para o Fundo de Investimento em Participações RG Estaleiros, que é administrado pela Caixa Econômica Federal, tendo como cotistas a Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. e a FUNCEF Fundação dos Economiários Federais, à razão de 75% e 25%, respectivamente. Em 20/03/2012, a Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. alienou para a FIC FIP Jackson Empreendimentos S.A., 19,54% das cotas que possuía no FIP RG ESTALEIROS, pelo valor de R$ 110.000, com todos os direitos e obrigações constantes dos Estatutos. Em 16 dezembro de 2013, a FIC FIP Jackson Empreendimentos S.A. alienou para a Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A., 19,54% das cotas que possuía no FIP RG ESTALEIROS, pelo valor de R$ 110.000, com todos os direitos e obrigações constantes dos Estatutos. A Companhia foi inicialmente constituída com o propósito de adquirir o controle acionário da WTorre Empreendimentos Navais e Portuários S.A. (atual RG Estaleiro ERG1 S.A.) e da WTorre Óleo e Gás Construções Navais S.A. (atual RG Estaleiro ERG2 S.A.). **RG Estaleiro ERG 1 S.A.:** A RG Estaleiro ERG 1 S.A. (ERG1) é uma entidade de capital fechado, constituída em 29/12/2003, com sede social no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. A ERG1 tem como objeto social deter a propriedade de estaleiros, dique seco e instalações de apoio às construções navais, administrando e explorando comercialmente estas instalações por meio de arrendamento mercantil. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/10/2010, foi aprovada a alteração da denominação social da companhia de W Torre Empreendimentos Navais e Portuários S.A. para RG Estaleiro ERG1 S.A., quando da transferência de controle societário para a RG Estaleiros S.A. A ERG 1 detém, entre seus ativos, o maior dique seco do Hemisfério Sul, tendo acesso direto a uma das áreas de maior profundidade naval do território brasileiro, favorável à navegação de modernas embarcações, sobretudo de grande porte, o que lhe garante importantes aspectos físicos para a construção de embarcações navais e oceânicas que serão necessárias ao desenvolvimento dos projetos de exploração das reservas nacionais do pré-sal. **Descrição do projeto:** No dia 8/08/2006 a Rio Bravo celebrou com o ERG1 (com interveniência da –Petrobras), o "Contrato para fornecimento de uma infraestrutura destinada à construção, montagem e reparo de unidades estacionárias de produção (UEPs), do tipo FPSO (*Floating Production Storage and Offloading*)". Em 17/08/2006, o ERG1 celebrou o aditivo do citado contrato, o qual estendeu o fornecimento de outra infraestrutura destinada à construção, montagem e reparo de unidades estacionárias de produção (UEPs), do tipo semissubmersíveis. O contrato e seus aditivos têm por objetivo a contratação do ERG1 para construção e disponibilização de infraestrutura, com capacidade para construção e reparo de Unidades Estacionárias de Produção (UEPs), tipo semissubmersíveis e mono-coluna. Os aditivos dos contratos determinam que a gestão financeira do empreendimento seja compartilhada, sendo que a revisão dos contratos de fornecimento de materiais e serviços, bem como os pagamentos das atividades aprovados pelas empresas Rio Bravo e Petrobras, mediante a adoção do procedimento de conta vinculada. Os contratos preveem que os custos do empreendimento sejam arcados pelo Fundo, na forma estabelecida contratualmente, no equivalente a 80% dos valores da construção e implementação da referida infraestrutura e o ERG 1 irá arcar com os 20% dos custos restantes, sendo que, ao término das obras, o Fundo terá direito contratual de uso de 100% dessas instalações pelo prazo de 10 anos para utilização exclusiva. Por meio de aditivos contratuais, foram sendo estipulados prazos para finalização e a utilização da infraestrutura (UEPs) tipo SS e FPSO, a qual se encontrava substancialmente concluída e à disposição para a utilização pelo Fundo/Petrobras, ainda que persistissem obras de finalização resultantes de questões de correções e abrangência de escopo ("punch list') desde de 2008. A partir de setembro de 2010, a atividade de administração da infraestrutura (estaleiro) se intensificou como resultado de sua utilização pelo Fundo/Petrobras, o que teria ensejado o reconhecimento contábil do fornecimento da infraestrutura (aluguel da propriedade para investimento). Com a entrada em operação da infraestrutura, a atividade de administração passou a ser a fonte de recursos do ERG 1 e de suas receitas. Em 29/08/2006, a ERG 1, na qualidade de legítima possuidora e detentora dos direitos de uso de um terreno situado na Comarca e Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, celebrou Termo de Transferência de Uso de Bem Imóvel com a Rio Bravo Investimentos S.A. DTVM ("Rio Bravo") na qualidade de administradora e proprietária dos bens do Fundo de Investimento Imobiliário R B Logística ("Fundo"). Neste ato, a ERG1 transferiu ao Fundo o direito de uso do terreno por 12 anos, no contexto da construção e disponibilização para uso do Fundo de infraestrutura para construção, manutenção e reparos de unidades estacionárias de petróleo naquele período. A transferência do direito de uso se deu como contraprestação pela futura utilização, pelo ERG1, sem qualquer ônus, da infraestrutura a ser estabelecida no terreno após ter expirado o prazo de 12 anos da utilização do terreno e da infraestrutura pelo Fundo. **RG Estaleiro ERG 2 S.A.:** A RG Estaleiro ERG 2 S.A. ("ERG2"), nova denominação social da RG Estaleiro Norte S.A., é uma sociedade de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede em Barueri, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social deter a propriedade de terrenos e neles construir estaleiros e instalações de apoio às construções navais, administrando e explorando comercialmente estas instalações por meio de arrendamento. A ERG2 teve seu controle acionário transferido para a RG Estaleiros S.A. em 15/10/2010, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações firmado em 2/06/2010 entre WTorre S.A. e RG Estaleiros S.A. Nessa mesma data, a Companhia firmou Termo de Compromisso entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Infra-Estrutura e Superintendência do Porto de Rio Grande, no qual ficaram ratificados os compromissos entre as partes para execução de ações articuladas voltadas à implantação da segunda Unidade Industrial voltada à construção de cascos, plataformas offshore e embarcações de grande porte. Entre os compromissos lá expressos encontram-se os de ocupação do imóvel pela Companhia, a realização de investimentos e de geração de empregos e receitas tributárias para o Estado. O compromisso tem prazo de 48, a contar da data de 27/05/2011. Em 03/05/2011, a Companhia iniciou a implantação de quatro galpões de acabamento dos blocos (pintura), a fábrica de painéis e blocos, subestação principal e utilidades. Foi celebrado em 28/11/2011 Contrato de Locação de área de 145.750 metros quadrados com a companhia Ecovix-Engevix. No decorrer do quarto mês de vigência do Contrato de Locação, a ERG 2 disponibilizou a edificação dos dois primeiros Galpões de Acabamento de Blocos (GABs), no estado em que se encontram, possibilitando, a partir deste momento, a utilização dos referidos GABs por parte da Locatária, conforme primeiro aditamento deste contrato, celebrado em 15/04/2012. A fábrica de blocos e painéis entrou em funcionamento no 1º semestre de 2013, principalmente direcionada para o aumento de capacidade de fabricação para os contratos da FPSO. Em 01/03/2012, a Companhia iniciou a implantação de prédios administrativos, outros 04 galpões de acabamento dos blocos (pintura), um galpão para fabricação de blocos curvos e oficinas de apoio, uma área para pré-edificação, a careira e o cais. Os galpões e a área de edificação entraram em operação no 1º semestre de 2014 e essa fase está direcionada a construção dos DRU – navios sonda. Em 8/05/2012, a Fepam – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler -RS, nos termos do processo nº 19419-05.67/10-9, emitiu a Licença de Instalação LI nº527/2012-DL para a Companhia, envolvendo o empreendimento 174893 – Fábrica de Blocos e Painéis, situada à Av. Almirante Maximiano da Fonseca nº 4.301 Superporto Rio Grande (RS). **RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A.:** A RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A. ("ERG3") é uma entidade de capital fechado, constituída em 20/12/2011, com sede social no Município de Barueri, Estado de São Paulo. A ERG3 tem como objeto social deter a propriedade de terrenos e instalações industriais de apoio às construções navais e offshore, administrando e explorando comercialmente estas instalações através do processamento, industrialização e beneficiamento de aço, podendo também efetuar o arrendamento dessas áreas e operações. Em 16/11/2011, a RG Estaleiros S.A., companhia controladora da ERG3, firmou Contrato Preliminar com o Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento – SDPI, visando a aquisição de uma área de terras com 248.349,20 m², representada pelos módulos situados no Setor 7, especificamente 7.13 a 7.17 do Distrito Industrial de Rio Grande – DIRG, que se encontram registrados na matrícula 26.665, Livro 2 – RG, do Registro de Imóveis, no Município de Rio Grande/RS. Em 06/05/2014, a SDPI emitiu o Ofício 132/2014 comunicando a aprovação do pleito de substituição da companhia RG Estaleiros S.A. como beneficiária do incentivo financeiro pela companhia RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Para esta área estão planejados investimentos da ordem de R$ 70.000, para a implantação de novas instalações de processamento de aço, subfornecedores de equipamentos, prestadores de serviço, unidades de utilidades (energia elétrica e comunicações), escritórios administrativos, áreas de apoio logístico e armazenagem para fazer face à extraordinária atividade operacional que se estabelece no Polo Naval de Rio Grande como resultado das atividades do pré-sal. Em 23/04/2013, a FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler-RS, nos termos do processo nº 10854-05.67/12-6, emitiu a Licença Prévia LP nº 233/2013-DL para a ERG3, envolvendo o empreendimento 179.068 situado à Av. Almirante Maximiano Fonseca, 3998, KM 6, BR392 Distrito Industrial, Rio Grande (RS) CEP 96204-040, para a atividade de fabricação de blocos e estruturas metálicas. Em 04/11/2013, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM - I, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90 e com seus Estatutos aprovados pelo Decreto nº 33.765, de 28/12/90, registrado no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo nº 8563-05.67/13-0 concedeu Autorização Geral nº 649/2013-DL para utilização da área do ERG3 como local de armazenamento temporário de material mineral e torres de concreto da linha de transmissão provenientes da área da RG Estaleiro ERG2. A solicitação foi requerida visando probabilidade de futuras locações. Em 13/05/2014, a RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A. ("ERG3") firmou Contrato de Locação Comercial com a ECOVIX – Engevix Construções Oceânicas S.A. para locação de uma área de 248.349,20 m². A área será utilizada para armazenagem de materiais e equipamentos para industrialização e consumo para uso próprio da locatária. A remuneração desse Contrato de Locação Comercial será paga de acordo com a área ocupada e é responsável pela geração das receitas no ERG3. As atividades pré-operacionais da ERG3 estão sendo conduzidas pela Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. mediante contrato de terceirização autorizado pelo Conselho de Administração da RG Estaleiros S.A. **Partes relacionadas:** As receitas da Companhia e suas controladas decorrem substancialmente de receita de aluguel de instalações para a controladora indireta Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A., da qual possuem dependência para a realização das citadas operações. A Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. é controlada direta da Jackson Empreendimentos S.A., que, por sua vez, também controla a Engevix Engenharia S.A. e a Engevix Sistemas de Defesa Ltda. (dentre outras). A Companhia e suas controladas consideram que as citadas operações comerciais com a controladora indireta Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. serão mantidas em condições normais, nos termos previstos contratualmente.

2. Entidades do grupo

Controladas	Nota	País	Participação acionária 2014	Participação acionária 2013
RG Estaleiro ERG1 S.A.	11	Brasil	100%	100%
RG Estaleiro ERG2 S.A.	11	Brasil	100%	100%
RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A.	11	Brasil	100%	100%

A Companhia recebe substancialmente todos os benefícios relacionados às suas operações e ativos líquidos com base nos termos contratuais sob os quais a entidade foi estabelecida. Consequentemente, a Companhia consolida todas as investidas.

3. Base de preparação – **a) Declaração de conformidade com relação às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e práticas contábeis adotadas no Brasil:** As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e as demonstrações contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado, em um único conjunto de demonstrações contábeis. Em 5/08/2015, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o consequente envio à Assembleia Geral Ordinária – AGO para aprovação. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os reflexos decorrentes de modificações nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4. Principais políticas contábeis – As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **a) Base de consolidação: Combinações de negócios:** Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Companhia utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Companhia leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis. A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como: • o valor da contraprestação transferida; mais • o montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mais • se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos • o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes à extinção de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Os custos de transação, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio que a Companhia incorre em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo são registradas no resultado do exercício. **b) Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações contábeis são aquelas que não realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações. **c) Instrumentos financeiros: i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. **ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras e bancos conta vinculada registrado no ativo não circulante. **iii) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e empréstimos com partes relacionadas. **iv) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **v) Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31/12/2014 e de 2013 os passivos financeiros não derivativos da Companhia estavam representados por empréstimos e financiamentos, participações societárias a pagar, fornecedores, empréstimos com partes relacionadas e outros passivos. **vi) Capital social: Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, exceto quando retidos por deliberação unânime dos acionistas da Companhia. **d) Imobilizado: i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e demais condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, além dos juros e encargos financeiros incorridos nos financiamentos atribuíveis à construção do ativo qualificável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, pelo método linear, de acordo com as taxas de depreciação descritas na Nota Explicativa nº 12. **e) Redução ao valor recuperável ("*impairment*"). i) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros classificados como "empréstimos e recebíveis" são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios findos em 31/12/2014 e de 2013, a Administração não identificou a necessidade de ajustes de seus ativos financeiros ao valor recuperável. **ii) Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros da Companhia estão representados pelo ativo imobilizado, investimentos, intangível e propriedades para investimento. Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. **f) Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital (ou para ambos), mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo método do custo. Custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário incluí os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos durante a fase de construção. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor liquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens. Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente. **g) Ágio:** O ágio resultante da aquisição de negócio é registrado na conta de ativo intangível das demonstrações contábeis consolidadas. **Mensuração subsequente:** O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento. **h) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **i) Receita operacional: i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente variações cambiais ativas e receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem basicamente juros e despesa de captação de empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **ii) Receitas de serviços:** As receitas de serviços derivam de contratos de alugueis das instalações e equipamentos para Ecovix-Engevix. **iii) Outras receitas operacionais:** Registra a receita referente ao arrendamento mercantil operacional (aluguel) pela utilização da infraestrutura para construção, manutenção e reparos de unidades estacionárias de petróleo, registradas como propriedade para investimento na controlada RG Estaleiro ERG1 S.A. **j) Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Em 31/12/2014 a Companhia e suas controladas, registraram o imposto de renda diferido ativo líquido (Nota explicativa nº 26). A Companhia espera recuperar o imposto de renda diferido ativo nas controladas em exercícios futuros na medida em que sejam gerados os lucros futuros previstos no seu plano de negócios. **k) Novas normas, alterações e interpretações de normas:** Alterações/novas normas contábeis que entraram em vigor em 2014. As seguintes normas contábeis estão em vigor desde 1/01/2014 e não trouxeram efeitos nas demonstrações contábeis individuais ou consolidadas da Companhia: • Alterações às IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 27/CPC 35 (R2) – Entidades de Investimento; • IAS 32/CPC 39 – Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos; • Alterações ao IAS 36/CPC 01 (R1) – Divulgação de Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros; • Alterações à IAS 39 – Novação de Derivativos e Continuidade de Contabilidade de Hedge; • IFRIC 21/ICPC 19 – Tributos. Alterações/novas normas contábeis que entrarão em vigor após 2014. Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações contábeis e não adotadas antecipadamente pela Companhia: • IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 01/01/2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 01/02/2015. A Administração da Companhia está avaliando os impactos de sua adoção. • IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – a IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos das IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 01/01/2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A Administração da Companhia está avaliando os impactos de sua adoção. • IAS 16 e IAS 38 (aplicáveis a partir de 1/01/2016) – Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization – Amendments to IAS 16 and IAS 38). Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Depósitos bancários	2	2	216	456
Aplicações financeiras	4	4	14.502	41.893
Total	**6**	**6**	**14.718**	**42.349**

As aplicações financeiras são de curto prazo, alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente à CDB – Certificado de Depósito Bancário, remunerados a taxa média de 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **6. Contas a receber (consolidado e controladora)** – O valor de R$ 4.051 relativo ao contas a receber (não circulante) refere-se ao ativo de indenização representativo dos valores de contingências indenizáveis pela WTorre Properties S.A. e foram identificados quando do processo de due diligence na aquisição da Controlada ERG1 e também como uma contraprestação contingente já transferida no momento da combinação de negócios, sendo inclusive considerado já como um passivo contingente na Controlada ERG1 conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 18. O valor circulante de R$ 17.636 (R$ 16.933 em 31/12/2013) refere-se a recibos de aluguéis de 7 cabines de pintura e uma área da fábrica de blocos a receber da Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. **7. Partes relacionadas** – Os principais saldos de ativos e passivos em 31/12/2014 e de 2013, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativas à operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e sua controladora, controladas e profissionais-chave da Administração. A controladora direta da Companhia é a FIP RG Estaleiros e a controladora final é a Jackson Empreendimentos S.A. Os saldos em aberto entre as partes relacionadas em 31/12/2014 e de 2013 são os seguintes:

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Ativo circulante				
RG Estaleiro ERG 1 S.A.	37.210	13.143	–	–
RG Estaleiro ERG 2 S.A.	197.271	394.050	–	–
RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A.	298	–	–	–
Total	**234.779**	**407.193**	**–**	**–**
Passivo circulante				
RG Estaleiro ERG 2 S.A.	–	18.274	10.103	–
Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. **(i)**	261.380	422.636	261.380	450.675
Total	**261.380**	**440.910**	**271.483**	**450.675**

(i) Pertencente ao mesmo grupo econômico da Companhia. Contratos de mútuo com encargos financeiros de 100% do CDI. As operações de mútuo geraram despesas financeiras líquidas de R$ 2.537 no ano de 2014 (R$1.754 em 31/12/2013). **Remuneração da Administração:** Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, registrado na rubrica "Despesas administrativas", estão apresentados a seguir:

	2014	2013
Benefícios de curto prazo (salários e bônus)	1.024	1.194

8. Tributos a compensar

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
ICMS a compensar	–	–	–	4.064
IRRF a compensar	–	704	542	1.049
PIS a compensar	–	–	60	35
COFINS a compensar	–	–	277	139
IRPJ a compensar	1.553	2.682	1.553	3.402
CSLL a compensar	433	433	433	584
Outros	–	99	297	8.497
Total	**1.986**	**3.918**	**3.162**	**17.770**

9. Adiantamento a fornecedores – Os saldos de adiantamentos a fornecedores referem-se majoritariamente aos adiantamentos efetuados para conclusão das instalações industriais.

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Adiantamentos à fornecedores nacionais **(i)**	23	428	170.024	26.142
Adiantamentos à fornecedores exterior **(i)**	–	–	42.565	–
Total	**23**	**428**	**212.589**	**26.142**

(i) O aumento no saldo de adiantamento a fornecedores nacional e exterior corresponde à aquisição de equipamentos e serviços para conclusão das instalações industriais do ERG2. **10. Bancos conta vinculada (consolidado e controladora)** – Os valores depositados nas contas vinculadas decorrem do Termo de Relatório das Contingências Acordadas firmado em 17/08/2010 entre WTorre Properties S.A., WTorre XLIII Desenvolvimento Imobiliário Ltda., WTorre S.A., RG Estaleiros S.A. (na qualidade de cessionário dos contratos originalmente firmados com a Engevix Engenharia S.A. e FUNCEF Fundação dos Economiários Federais), tendo como intervenientes anuentes as empresas RG Estaleiro ERG 1 S.A. e RG Estaleiro ERG 2 S.A. Tais valores estão depositados junto à Caixa Econômica Federal . em conta movimentação de responsabilidade conjunta, que são remunerados à taxa de 100% do CDI. A liberação dos valores a serem depositados em favor das vendedoras será feita conforme segue: **i)** Após dois anos contados da data de assinatura do termo serão liberados 20% do montante; **ii)** Após quatro anos contados da data de assinatura do termo serão liberados mais 30% do montante total; **i) iii)** Após cinco anos contados da data de assinatura do termo, será liberado o restante do saldo ainda não pago. A composição do saldo está representada no quadro abaixo:

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
CEF aplicação – Fundo contingências	18.297	23.587	33.165	23.587
Total	**18.297**	**23.587**	**33.165**	**23.587**

11. Investimentos (controladora) – Os investimentos são contabilizados na controladora pelo método da equivalência patrimonial e representam a participação de 100% da Companhia em suas subsidiárias RG Estaleiro ERG 1 S.A., RG Estaleiro ERG 2 S.A. e na RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. O saldo de investimento é eliminado contra o patrimônio líquido da subsidiária no processo de consolidação dos balanços. **a) Movimentação dos investimentos – 2014:**

	Saldo inicial dos investimentos	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo final dos investimentos
RG Estaleiro ERG1 S.A.	498.911	–	24.552	523.463
RG Estaleiro ERG2 S.A.	167.312	–	(45.567)	121.745
RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A.	469	217	597	1.283
Ágio na aquisição de negócio	59.758	–	–	59.758
Total	**726.450**	**217**	**(20.418)**	**706.249**

Companhias	Quantidade de ações/quotas (em unidades) ordinárias	% Participação direta	Resultado exercício	Patrimônio líquido
RG Estaleiro ERG1 S.A.	421.256	100	24.552	523.463
RG Estaleiro ERG2 S.A.	64.000	100	(45.567)	121.745
RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A.	1	100	597	1.283
Total	**485.257**		**(20.418)**	**646.491**

12. Imobilizado – a) Composição do imobilizado

Imobilizado	Taxas Anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	2014 Líquido	2013 Líquido
Terrenos		–	–	–	7.248
Móveis e utensílios	10	466	(131)	335	214
Equipamentos de informática	20	88	(63)	25	71
Veículos	20	423	(31)	392	283
Ferramentas, máq. e equip.	10	–	–	–	2.744
Instalações	10	–	–	–	93.214
Imobilizado em andamento		211.959	–	211.959	553.356
Adiantamento para aquisição de imobilizado – Nacional		65.915	–	65.915	61.085
Adiantamento para aquisição de imobilizado – Exterior		11.032	–	11.032	11.032
		289.883	**(225)**	**289.658**	**729.247**

b) Movimentação do custo Imobilizado	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2014
Terrenos	7.248	–	–	(7.248)	–
Móveis e utensílios	233	233	–	–	466
Equipamentos de informática	110	–	(22)	–	88
Veículos	424	–	(1)	–	423
Ferramentas, máq. e equip.	2.989	–	–	(2.989)	–
Instalações	93.225	–	–	(93.225)	–
Imobilizado em andamento	553.356	–	–	(341.397)	211.959
Adiantamento para aquisição de imobilizado – Nacional	61.085	4.830	–	–	65.915
Adiantamento para aquisição de imobilizado – Exterior	11.032	–	–	–	11.032
	729.702	**5.063**	**(23)**	**(444.859)**	**289.883**

Do total das transferências de R$ 444.859, foi transferido para o grupo de "Propriedade para investimento" o montante de R$ 440.499.

c) Movimentação da depreciação

Imobilizado	Taxas anuais de depreciação	2013	Adições	Baixas	2014
Móveis e utensílios	10	(19)	(112)	–	(131)
Equipamentos de Informática	20	(39)	(24)	–	(63)
Veículos	20	(141)	–	110	(31)
Ferramentas, máquinas e equipamentos	10	(245)	–	245	–
Instalações	10	(11)	–	11	–
		(455)	**(136)**	**366**	**(225)**

13. Propriedade para investimento – Em maio de 2006, a Controlada ERG1 recebeu em doação da Superintendência do Porto de Rio Grande, conforme escritura pública de doação de imóvel, um terreno situado no Pontal da Mangueira, no Município o Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, registrado sob as matriculas nº 57.334 e 57.337 no Cartório de Imóveis do município de Rio Grande-RS, no valor de R$ 7.037. Como contrapartida no processo de doação, a Companhia cumprirá com determinadas obrigações estipuladas na escritura pública de doação do imóvel, as quais têm sido atendidas. No período compreendido entre 2006 e 2010, a ERG1 construiu uma infraestrutura com capacidade para construção e reparo de embarcações de grande porte, módulos de processamento, Unidades de Convés Específicos (*Deck Box*), Unidades Estacionárias de Produção (UEPs) tipo semi-submersíveis e mono-coluna. Em estrita conformidade com o "Contrato para fornecimento de uma infraestrutura destinada à construção, montagem e reparo de unidades estacionárias de produção (UEPs), do tipo SS", datado de 17/08/2007 e seus respectivos aditamentos, e com o "Contrato para fornecimento de uma infraestrutura destinada a construção, montagem e reparo de unidades estacionárias de produção (UEPs), do tipo FPSO" datado em 8/08/2007, e seus respectivos aditamentos, todos concluídos, inclusive com a expedição do "habite-se" nº 17.445/2010 deram por transferidas a obra de construção e implementação de infraestrutura, sobre os terrenos matriculas nº 57.334 (imóvel recebido de doação da SUPRG) e nº 57.337 (detentora dos direitos de uso e os direitos de superfície recebidos pela União Federal do Brasil) e que durante o período determinado de 10 (dez anos) será disponibilizado o uso e fruição de toda infraestrutura (o Estaleiro) para sua utilização exclusiva do Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística. Com a conclusão das obras, a Companhia fornece a posse plena e o direito de uso de 100% dos ativos correspondentes à infraestrutura e utilidades construídas e implementadas, pelo valor total do custo aportado pelo Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística, correspondente a R$ 679.421, na forma estabelecida contratualmente. A receita de arrendamento vem sendo reconhecida pelo regime de competência pelo prazo contratual de arrendamento. Por meio de cláusulas contratuais especificadas no contrato entre a ERG1 e a Rio Bravo Investimento S.A. DTVM, o empreendimento em questão deve estar totalmente segurado pela ERG1. A Administração da Companhia julgou as importâncias seguradas e os prazos de vigência suficientes para cobrir possíveis sinistros. Com base em estimativas internas, a Administração avalia que o valor justo da propriedade para investimento não supera em mais do que 20% o valor contábil registrado ao custo. **a) Movimentação da propriedade para investimento:**

Propriedade para Investimento	Taxas anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	2014 Líquido	2013 Líquido
Edificações	4	1.412.496	(69.062)	1.343.434	919.185
Equipamento de informática	20	75	(47)	28	39
Veículos	20	34	(10)	24	26
Móveis e utensílios	10	66	(4)	62	63
Instalações	10	34.839	(2.879)	31.960	–
Ferramentas, máquinas e equipamentos	10	211.966	(17.897)	194.069	94.733
Imóveis	10	15.933	–	15.933	7.600
Imobilizado em curso		–	–	–	28.854
		1.675.409	**(89.899)**	**1.585.510**	**1.050.500**

b) Movimentação do custo	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2014
Edificações	971.997	–	–	440.499 (*)	1.412.496
Equipamentos de informática	75	–	–	–	75
Veículos	34	–	–	–	34
Móveis e utensílios	66	–	–	–	66
Instalações	–	34.839	–	–	34.839
Ferramentas, máquinas e equipamentos	100.266	111.700	–	–	211.966
Imóveis	7.600	8.333	–	–	15.933
Imobilizado em curso	28.854	–	(28.854)	–	–
	1.108.892	**154.872**	**(28.854)**	**440.499**	**1.675.409**

(*) R$ 440.499 transferidos do ativo imobilizado.

Movimentação da depreciação

Propriedade para Investimento	Taxas anuais de depreciação	2013	Adições	2014
Edificações	4	(52.812)	(16.250)	(69.062)
Equipamentos de Informática	20	(36)	(11)	(47)
Veículos	–	(8)	(2)	(10)
Móveis e utensílios	10	(3)	(1)	(4)
Instalações	10	–	(2.879)	(2.879)
Ferramentas, máquinas e equipamentos	10	(13.097)	(4.800)	(17.897)
		(65.956)	**(23.943)**	**(89.899)**

Demonstração dos montantes recebidos e receitas apropriadas pelo arrendamento

	2014	2013
Propriedade para investimento	1.585.510	1.050.500
(+) Valores recebidos FII R B Logística	(679.421)	(679.421)
(+) Receita de arrendamento mercantil FII R B Logística (acumulado)	288.005	219.933
Valor de aquisição	**1.194.094**	**591.012**

14. Fornecedores – Os saldos estão basicamente representados por fornecedores de materiais e peças para a construção do estaleiro nas controladas ERG 1 e ERG 2:

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Fornecedores nacionais	198	41	151.778	22.304
Fornecedores estrangeiros	–	–	31.461	8.649
Total	**198**	**41**	**183.239**	**30.953**

O aumento em relação ao exercício anterior é oriundo da conclusão das instalações industriais do ERG2 ocorridas no exercício corrente. **15. Empréstimos e financiamentos (consolidado)** – Os financiamentos e empréstimos possuem vencimentos de janeiro de 2015 a agosto de 2036 e se referem a linhas de créditos para investimentos em infraestrutura e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais e importados, sendo garantidos por avais, fianças, alienação fiduciária dos bens ou hipoteca de imóveis e penhor das ações da subsidiária ERG2. Os encargos máximos representam 8,7 % ao ano na controladora e no consolidado, e estão em acordo com as taxas praticadas no mercado financeiro, sendo composto pelo spread bancário mais indexador (TJLP). A seguir está descrita a composição dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Banco do Brasil S.A.	–	–	237	277
Banco do Brasil S.A.	–	–	316.282	232.960
Caixa Econômica Federal S.A.	–	–	260.507	–
Total	**–**	**–**	**577.026**	**233.237**
Passivo circulante	**–**	**–**	**18.380**	**16.984**
Passivo não circulante	**–**	**–**	**558.646**	**216.253**

A seguir estão as descritos os vencimentos contratuais dos empréstimos e financiamentos, pelos seus valores contábeis:

Banco	Tipo Contrato	Valor Nominal	Valor Contábil	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos	Mais de 05 anos
Banco do Brasil S.A.	FINAME (ERG2)	350	237	23	23	46	140	5
Banco do Brasil S.A.	FMM (ERG2)	304.112	316.282	9.144	9.190	18.380	55.185	224.383
Caixa Econômica Federal S.A.	FMM (ERG2)	240.995	260.507	–	–	–	23.823	236.684
Total		**545.457**	**577.026**	**9.167**	**9.213**	**18.426**	**79.148**	**461.072**

16. Obrigações tributárias

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
IRPJ	580	3.195	73.576	53.041
CSSL	624	–	25.066	18.601
PIS	–	–	1.308	975
COFINS	–	–	6.024	4.489
IRRF	33	850	109	850
IOF	–	1.693	–	1.693
INSS	24	–	452	150
ISS	–	–	–	148
ICMS	–	–	–	465
Outros	–	19	27	19
	1.261	**5.757**	**106.562**	**80.431**

17. Receita diferida – A receita diferida deriva do contrato de locação da estrutura do ERG 1 ao Fundo Rio Bravo pelo prazo de 10 anos, pago antecipadamente. A composição é a seguinte:

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Receita diferida (circulante)	–	–	68.072	68.072
Total	**–**	**–**	**68.072**	**68.072**
Receita diferida (não circulante)	–	–	323.344	391.416
Total	**–**	**–**	**323.344**	**391.416**

18. Contas a pagar com partes relacionadas (consolidado e controladora) – A aquisição das Companhias ERG1 e ERG2 foi parcialmente liquidada no momento da transferência das ações do antigo controlador para a Companhia, restando um valor a pagar conforme segue:

	Controladora e consolidado 2014	Controladora e consolidado 2013
RG Estaleiro ERG 1 S.A.	18.297	24.254
Total	**18.297**	**24.254**

Esses valores a pagar estão sujeitos a variação do CDI, mensurados pelo método do custo amortizado e serão liquidados conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10. **19. Provisão para demandas judiciais (consolidado e controladora)** – Como parte do processo de aquisição da controlada ERG 1, foi identificado um passivo contingente no valor de R$ 4.051 relacionado a reclamações cíveis, tributárias e trabalhistas, com perspectiva de perda e consequente futuro desembolso de caixa considerados como provável, e que foi registrado nas demonstrações contábeis da controlada ERG 1 em 31/12/2010.

	2014	2013
Contingências cíveis	1.149	62
Contingências tributárias	–	191
Contingências trabalhistas	3.643	3.569
Outros	319	271
Total	**5.111**	**4.093**

Movimentação ocorrida nos saldos das provisões para contingências e depósitos judiciais em 31/12/2014 e de 2013:

Contingências	31/12/2013	Adições	Utilização	31/12/2014
Trabalhistas	4.093	1.018	–	5.111
	4.093	**1.018**	**–**	**5.111**
Depósitos judiciais				
Trabalhistas	4.262	–	(102)	4.160
	4.262	**–**	**(102)**	**4.160**

Em 31/12/2014 existiam ainda processos judiciais na aérea civil, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de probabilidade de risco possível no montante de R$ 33, para os quais nenhuma provisão foi registrada, por não ser requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. **20. Patrimônio líquido – 20.1. Capital social:** O capital social, subscrito é de R$ 560.000 representado por 560.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **20.2. Reserva legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, após absorção de prejuízos acumulados, até o limite de 20% do capital social. **20.3. Reserva de lucros:** Refere-se a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimento, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos Administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. **20.4. Remuneração de acionistas:** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionista, observada a legislação aplicável. A Administração entendeu que o pagamento do dividendo mínimo obrigatório dos exercícios de 2014 e 2013 são incompatíveis com a necessidade de conclusão dos investimentos iniciados com as obras nas controladas ERG1 e ERG2 e, consequentemente, após a constituição da reserva legal, propôs a retenção de todo o lucro do exercício, o que foi aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas. **21. Receita líquida** – As receitas de serviços decorrem do arrendamento mercantil operacional (aluguel) pela utilização da infraestrutura para construção, manutenção e reparos de unidades estacionárias de petróleo, registrada como propriedade para investimento na controlada RG Estaleiro ERG1 S.A., conforme Nota Explicativa nº 13. Também decorre de receita de aluguel de instalações para a Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. As receitas de serviços decorrem do arrendamento mercantil operacional (aluguel) firmado com a Rio Bravo Investimentos S.A. DTVM pela utilização da infraestrutura para construção, manutenção e reparos de unidades estacionárias de petróleo, registrada como propriedade para investimento na controlada RG Estaleiro ERG1 S.A. por um período de 10 anos e do contrato de aluguel das instalações do ERG2 firmado com a Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. por um período de 25 anos.

	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Receita de serviços	174.887	113.802
Impostos incidentes	(5.070)	(23.867)
Receita líquida	**169.817**	**89.935**

22. Custos dos serviços prestados

	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Custos com pessoal	–	(1.726)
Custos de ocupação	(33.933)	(83)
Custos de depreciação	(23.713)	(20.498)
Custos com materiais	–	(73)
Custos gerais	(5.970)	(422)
Custos serviços contratados	(7.497)	(119)
Outros custos	(3.825)	(896)
Total	**(74.938)**	**(23.817)**

23. Despesas administrativas

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Despesas com pessoal	(1.024)	(1.194)	(1.024)	(1.467)
Despesas tributárias	–	–	(559)	(2.557)
Despesas de ocupação	(3)	–	(124)	(1.792)
Despesas de utilidades e serviços	–	–	(596)	(472)
Despesas com materiais	–	–	(84)	(59)
Serviços prestados por terceiros	(318)	(863)	(2.795)	(2.770)
Despesas gerais	(565)	(176)	(592)	(2.358)
Despesas com provisões indedutíveis (demandas judiciais)	(67)	–	(1.018)	–
Outras despesas indedutíveis	–	–	(10.999)	–
Total	**(1.977)**	**(2.233)**	**(17.791)**	**(11.475)**

24. Receitas (despesas) financeiras

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Juros recebidos (i)	–	124	–	207
Juros receb. ou aferidos sobre mútuos	37.942	18.897	8.626	18.897
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	552	1.770	3.773	3.263
Variação cambial ativa (iii)	–	–	336	2.024
Outras	5.591	–	6.417	–
	44.085	**20.791**	**19.152**	**24.391**
Juros de mora (ii)	(8)	(5)	(930)	(837)
Juros pagos ou incorridos s/mútuos (ii)	(40.479)	(20.652)	(42.961)	(23.000)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	–	–	(44.333)	–
Fianças bancárias (ii)	–	–	–	(624)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(1)	(2.536)	(1.246)	(5.328)
Variação cambial passiva (iii)	–	–	(125)	(552)
Tarifas e serviços bancários	(14)	–	(21)	–
Outras despesas financeiras	10.659	(3.210)	(1.178)	(3.690)
	(29.843)	**(26.403)**	**(90.794)**	**(34.031)**
Resultado financeiro	**14.242**	**(5.612)**	**(71.642)**	**(9.640)**

i) Receitas financeiras que decorrem de operações e transações financeiras, sendo calculadas com base na taxa efetiva de juros; **ii)** Despesas financeiras que estão representadas pelos gastos com fiança bancária, juros de mora e outras despesas incidentes sobre operações e transações financeiras, sendo calculadas com base na taxa efetiva de juros; **iii)** Variações monetárias de obrigações e créditos (variações cambiais ativas e passivas decorrentes de importações de máquinas e equipamentos contratadas com fornecedores estrangeiros). **25. IRPJ e CSLL correntes** – A despesa com IRPJ e CSLL corrente apurada em 2014 decorre do lucro tributável registrado pela Companhia e suas controladas ERG1 e ERG2. A Companhia e suas controladas ERG1 e ERG2 calcularam o IRPJ e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(8.150)	23.995	7.742	44.556
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
	–	**8.158**	**(2.632)**	**(15.149)**
Efeito das adições ou (exclusões) ao lucro contábil	(2.334)	(8.158)	(21.745)	(5.511)
	(2.334)	**–**	**(24.377)**	**20.660**

As declarações de IRPJ e CSLL estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e as demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando, em cada caso, o prazo de prescrição. **26. IRPJ e CSLL social diferidos** – O IRPJ e a CSLL diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis ás diferenças temporárias entre a base de cálculo dos tributos e os seus respectivos valores contábeis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja algum fator relevante que venha modificar as projeções, estas serão revisadas durante o exercício social da Companhia. O IRPJ e a CSLL diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social	4.906	9.406	60.373	42.388
	3.198	**9.406**	**60.373**	**42.388**
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL diferidos ativos	3.198	3.198	20.527	14.412
No início do período	3.198	2.460	14.412	13.575
Com contrapartida no resultado	–	738	6.151	837
Outros	–	–	(36)	–
No fim do exercício	**3.198**	**3.198**	**20.527**	**14.412**

Os créditos tributários decorrentes da existência de saldos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de contribuição social na data das demonstrações contábeis foram reconhecidos como ativo da Companhia. Com base nas projeções de lucro tributável para os próximos anos, a Companhia espera realizar os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social nos próximos cinco anos. **27. Instrumentos financeiros** – A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, conforme o quadro abaixo:

Instrumentos financeiros	2014 Valor justo através do resultado	2014 Custo amortizado	2014 Total	2013 Valor justo através do resultado	2013 Custo amortizado	2013 Total
Controladora						
Ativos						
Aplicações financeiras	4	–	4	4	–	4
Bancos conta vinculada	18.297	–	18.297	23.587	–	23.587
Contas a receber de clientes	4.051	–	4.051	4.051	–	4.051
Partes relacionadas	–	234.779	234.779	–	407.193	407.193
Passivos						
Partes relacionadas	261.380	–	261.380	–	440.910	440.910
Fornecedores	198	–	198	–	41	41
Consolidado						
Ativos						
Aplicações financeiras	14.502	–	14.452	41.893	–	41.893
Bancos conta vinculada	33.165	–	33.165	23.587	–	23.587
Contas a receber de clientes	4.051	–	4.051	–	16.933	16.933
Partes relacionadas	–	–	–	–	–	–
Passivos						
Partes relacionadas	271.483	–	271.483	–	450.675	450.675
Fornecedores	183.239	–	183.239	–	30.953	30.953

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • risco de crédito; • risco de liquidez; • risco de mercado; • risco operacional. As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia e de suas controladas, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e por suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas. • **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e de suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. ▪ **Contas a receber de clientes:** A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais dos clientes de suas controladas ERG1 e ERG2. A controlada ERG 1 estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. Em 31/12/2014 e de 2013, não foi necessária a provisão para redução ao valor recuperável. ▪ **Investimentos:** A Companhia e suas controladas limitam sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas em instituições financeiras de grande porte. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia e suas controladas tenham investido apenas em títulos com classificações altas de crédito, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. • **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de a Companhia e de suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia ou de suas controladas. O passivo da Companhia referente as parcelas restantes de pagamento das aquisições efetuadas (participações societárias a pagar), retidas para possíveis contingências, vencíveis no curto prazo, possuem valores depositados na Conta Vinculada mantida na Caixa Econômica Federal. Todas as demais obrigações contraídas contam com caixa ou capacidade de geração de caixa suficiente para sua liquidação.

Controladora – 2014	Valor	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos
Fornecedores	198	–	198	–

Consolidado – 2014	Valor	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos
Fornecedores	183.239	–	183.239	–

A Companhia conta ainda com o suporte financeiro da sua matriz, caso tenha alguma dificuldade em cumprir com suas obrigações financeiras de curto prazo. • **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração monitora ativamente as oscilações de mercado, mas não opera com instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção contra riscos de mercado. ▪ **Risco de moeda:** As controladas ERG1 e ERG 2 estão sujeitas ao risco de moeda nas operações com fornecedores estrangeiros, para realizar aquisição de máquinas e equipamentos do Estaleiro ERG 1 e construção do Estaleiro ERG2, em uma moeda diferente da moeda local e de apresentação da Companhia (dólar norte-americano ou Euro). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável. ▪ **Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia ou suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. • **Riscos operacionais:** A abordagem de gestão de riscos adotada pela Companhia e suas controladas é realizada por um grupo especificamente dedicado, e baseia-se em um processo permanente e retroalimentado de planejamento para a gestão e identificação dos riscos, planejamento de respostas a riscos e monitoramento e controle das respostas a riscos. Todo esse processo é efetuado por uma empresa terceira pertencente ao mesmo grupo econômico da Companhia. O processo de planejamento para a gestão de riscos consiste em decidir a forma de abordagem, estabelecer padrões, definir as ferramentas adequadas e executar as atividades associadas à gestão de riscos do empreendimento. O processo de identificação dos riscos é permanente e começou no início do empreendimento. As ferramentas e técnicas utilizadas no processo de incluem reuniões, entrevistas, observação, workshops, *brainstorming*, entre outros. O processo de planejamento de respostas a risco constitui na definição das estratégias mais adequadas para enfrentar e mitigar os riscos de acordo com sua natureza e classificação de prioridade. O monitoramento e controle de riscos é uma atividade contínua que tem como objetivos principais: a reavaliação dos riscos identificados, monitoramento da efetividade das respostas aplicadas, identificação de novos riscos, execução de auditorias de risco entre

continua ...

… continuação

RG Estaleiros S.A.

outras. ■ **Riscos sócio-ambientais:** Os riscos sócio-ambientais decorrem da associação entre os riscos naturais e os riscos resultantes de aspectos naturais agravados pela atividade humana e pela ocupação da infraestrutura da Companhia e de suas controladas. Dada a natureza e porte das construções aí desenvolvidas, as exposições a substâncias químicas e processos mecânicos podem causar danos ao meio ambiente e aos indivíduos, dependendo de sua concentração, intensidade, suscetibilidade e tempo de exposição. Estes riscos são permanentemente tratados através de sistemática de gestão baseada nas Normas ISO 14.001 e OHSAS 18.001 de análise de aspectos e impactos sobre riscos a que a Companhia e suas controladas estão sujeitas no dia a dia, na preparação das respostas e no monitoramento e medição das características principais de suas operações que possam ter impacto significativo. O processo se completa pela análise pela alta Administração do sistema de gestão, que é realizada em periodicidade planejada. ■ **Riscos de engenharia:** Com o início da utilização da infraestrutura construída, as controladas da Companhia estão sujeitas a obras de finalização ou de retificação nas áreas e equipamentos que compõem seu imobilizado. ■ **Mensuração dos instrumentos financeiros:** Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são equivalentes aos seus valores contábeis. **28. Cobertura de seguros** – A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31/12/2014, as coberturas de seguros são conforme segue:

	ERG2	ERG1	Total
Responsabilidade Civil	49.389	14.500	63.889
Riscos Operacionais	808.572	–	808.572
Danos Materiais	16.866	295	17.161
Riscos de Engenharia	520.927	–	520.927

Conselho de Administração

Gerson de Mello Almada – Presidente do Conselho de Administração
Cristiano Kok **José Antunes Sobrinho** **Ricardo Bier Troglio**

Conselho Fiscal

Luiz Felipe de Souza Alves, João Clarindo Pereira Filho,
Rodrigo Leandro Andretto

Composição da Diretoria

Gerson de Mello Almada – Diretor Presidente
Roberto Luiz Bogado Duarte – Diretor

Contador

Marcelo Milk da Silva
CRC RS 75.992/O – RS

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Acionistas e Administradores da RG Estaleiros S.A. – Barueri-SP
Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da RG Estaleiros S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Registro de juros sobre empréstimos concedidos à partes relacionadas:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, a Companhia possui registrado na rubrica "Partes relacionadas", no ativo circulante (controladora), o montante de R$ 234.779 mil referente à empréstimos concedidos à partes relacionadas. Durante o exercício findo em 31/12/2014, a Companhia procedeu ao reconhecimento de juros sobre as citadas operações (procedimento não adotado anteriormente), resultando no registro, em 2014, de R$ 11.848 mil referente à juros de exercícios anteriores. Como consequência, o prejuízo do exercício está registrado a menor pelo citado montante em 31/12/2014. **Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais:** Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RG Estaleiros S.A. em 31/12/2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis consolidadas:** Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da RG Estaleiros S.A. em 31/12/2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB e práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase – Partes relacionadas:** Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1, os negócios da Companhia estão substancialmente relacionados às operações de sua controladora indireta Ecovix-Engevix Construções Oceânicas S.A. Desta forma, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo consideram a manutenção das operações comerciais da Companhia com a citada controladora indireta. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações contábeis da RG Estaleiros S.A. referentes ao exercício findo em 31/12/2013 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, cujo relatório, datado de 20/06/2014, não continha ressalvas. São Paulo, 5/08/2015.

Octavio Zampirollo Neto – Contador CRC 1SP 289.095/O-3
Grant Thornton Auditores Independentes – CRC 2SP 025.583/O-1

RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A.

CNPJ/MF nº 15.286.061/0001-34

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e às normas estatutárias, submetemos a vossa apreciação as Demonstrações Contábeis referentes ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.
Barueri, 15 de outubro de 2015. *A Diretoria*

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 *(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado))*

Balanços Patrimoniais

Ativo	Notas	2014	2013
Ativo circulante		**1.203**	**3**
Caixa e equivalentes de caixa	4	3	3
Contas a receber de partes relacionadas	5	1.200	–
Ativo não circulante		**2.027**	**861**
Imposto de renda e contribuição social diferidos		–	36
Propriedade para Investimento	6	2.027	825
Total do ativo		**3.230**	**864**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2014	2013
Passivo circulante		**1.947**	**395**
Fornecedores	7	1.267	393
Obrigações tributárias	8	382	2
Empréstimos com partes relacionadas	5	298	–
Patrimônio líquido		**1.283**	**469**
Capital social	9.a	1	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.b	756	539
Reserva de retenção de lucros		526	–
Prejuízos acumulados		–	(71)
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.230**	**864**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2012		1	100	–	(49)	52
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.b	–	439	–	–	439
Prejuízo do exercício		–	–	–	(22)	(22)
Saldos em 31/12/2013		**1**	**539**	**–**	**(71)**	**469**
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.b	–	217	–	–	217
Lucro líquido do exercício		–	–	597	–	597
Absorção de prejuízos acumulados		–	–	(71)	71	–
Saldos em 31/12/2014		**1**	**756**	**526**	**–**	**1.283**

Demonstrações dos Resultados

	Notas	2014	2013
Receita líquida operacional	10	1.089	–
Custo dos serviços prestados	11	(184)	–
Lucro bruto		**905**	**–**
Despesas administrativas	12	(34)	(37)
Outras receitas e despesas operacionais		8	–
Lucro (prejuízo) operacional		**879**	**(37)**
Receita financeira	13	1	–
Despesa financeira	13	(12)	(21)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		**(11)**	**(21)**
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		**868**	**(58)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(271)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos		–	36
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**597**	**(22)**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	2014	2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	597	(22)
Outros resultados abrangentes	**–**	**–**
Total do resultado abrangente	**597**	**(22)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2014	2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	597	(22)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido (usado nas)/proveniente das atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36	(36)
(Aumento)/Redução dos ativos operacionais		
Contas a receber de partes relacionadas	(1.200)	–
Fornecedores	874	393
Obrigações tributárias	380	2
Caixa proveniente das atividades operacionais	**687**	**337**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Propriedade para investimento	(1.202)	(776)
Caixa usado nas atividades de investimento	**(1.202)**	**(776)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	217	439
Empréstimos com partes relacionadas	298	–
Caixa proveniente das atividades de financiamento	**515**	**439**
Aumento (Redução) de Caixa e equivalentes de caixa	**–**	**–**
Demonstração da variação de Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3	3
No final do exercício	3	3
Aumento (Redução) de Caixa e equivalentes de caixa	**–**	**–**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional – A RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A. ("ERG3") é uma entidade de capital fechado, constituída em 20/12/2011, com sede social no Município de Barueri-SP. A ERG3 tem como objeto social deter a propriedade de terrenos e instalações industriais de apoio às construções navais e offshore, administrando e explorando comercialmente estas instalações através do processamento, industrialização e beneficiamento de aço, podendo também efetuar o arrendamento dessas áreas e operações. Em 16/11/2011, a RG Estaleiros S.A., companhia controladora da ERG3, firmou Contrato Preliminar com o Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento – SDPI, visando a aquisição de uma área de terras com 248.349,20 m², representada pelos módulos situados no Setor 7, especificamente 7.13 a 7.17 do Distrito Industrial de Rio Grande – DIRG, que se encontram registrados na matrícula 26.665, Livro 2 – RG, do Registro de Imóveis, no Município de Rio Grande/RS. Em 06/05/2014, a SDPI emitiu o Ofício 132/2014 comunicando a aprovação do pleito de substituição da companhia RG Estaleiros S.A. como beneficiária do incentivo financeiro pela companhia RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Para esta área estão planejados investimentos da ordem de R$ 70.000, para a implantação de novas instalações de processamento de aço, subfornecedores de equipamentos, prestadores de serviço, unidades de utilidades (energia elétrica e comunicações), escritórios administrativos, áreas de apoio logístico e armazenagem para fazer face à extraordinária atividade operacional que se estabelece no Polo Naval de Rio Grande como resultado das atividades do pré-sal. Em 23/04/2013, a FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler-RS, nos termos do processo nº 10854-05.67/12-6, emitiu a Licença Prévia LP nº233/2013-DL para a ERG3, envolvendo o empreendimento 179.068 situado à Av. Almirante Maximiano Fonseca, 3998, KM 6, BR392 Distrito Industrial, Rio Grande (RS) CEP 96204-040, para a atividade de fabricação de blocos e estruturas metálicas. Em 04/11/2013, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM -l, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90 e com seus Estatutos aprovados pelo Decreto nº 33.765, de 28/12/90, registrado no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo nº 8563-05.67/13-0 concedeu Autorização Geral Nº 649/2013-DL para utilização da área do ERG3 como local de armazenamento temporário de material mineral e torres de concreto da linha de transmissão provenientes da área da RG Estaleiro ERG2. A solicitação foi requerida visando probabilidade de futuras locações. Em 13/05/2014, a RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A. ("ERG3") firmou Contrato de Locação Comercial com a ECOVIX – Engevix Construções Oceânicas S.A. para locação de uma área de 248.349,20 m². A área será utilizada para armazenagem de materiais e equipamentos para industrialização e consumo para uso próprio da locatária. A remuneração desse Contrato de Locação Comercial será paga de acordo com a área ocupada e é responsável pela geração das receitas no ERG3. As atividades pré-operacionais da ERG3 estão sendo conduzidas pela Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. mediante contrato de terceirização autorizado pelo Conselho de Administração da RG Estaleiros S.A. **Partes relacionadas:** As receitas da Companhia decorrem substancialmente de receita de aluguel de área para armazenagem de materiais e equipamentos para industrialização para a controladora indireta Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A., da qual possui dependência para a realização da citada operação. A Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. é controlada direta da Jackson Empreendimentos S.A., que, por sua vez, também controla a Engevix Engenharia S.A. e a Engevix Sistemas de Defesa Ltda. (dentre outras). A Companhia considera que a citada operação comercial com a controladora indireta Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. será mantida em condições normais, nos termos previstos contratualmente. **2. Base de preparação – a) Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 5/08/2015, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações contábeis e o consequente envio à Assembleia Geral Ordinária – AGO para aprovação. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Os reflexos decorrentes de modificações nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Principais políticas contábeis** – As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **a) Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações contábeis são aquelas que não realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio vigente na da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações. **b) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras e bancos conta vinculada registrado no ativo não circulante. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e empréstimos com partes relacionadas. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. Em 31/12/2014 e de 2013, os passivos financeiros não derivativos da Companhia estavam representados por fornecedores, empréstimos de partes relacionadas e outros passivos. **Capital social – Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, exceto quando retidos por deliberação unânime dos acionistas da Companhia. **c) Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo método do custo. Custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário incluí os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito. A Administração entende que, pelo fato dos ativos relacionados ao total do saldo de propriedade para investimentos serem novos, o valor justo destes ativos se aproximam ao valor contábil das propriedades para investimentos. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor liquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente. **d) Redução ao valor recuperável ("impairment"): Ativos financeiros:** Os Ativos financeiros classificados como "empréstimos e recebíveis" são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios findos em 31/12/2014 e de 2013, a Administração não identificou a necessidade de ajustes de seus ativos financeiros ao valor recuperável. **e) Provisões:** Provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **f) Receitas operacionais:** Referente Contrato de Locação Comercial celebrado com a parte relacionada Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. para locação de uma área de 248.349,20 m² para armazenagem de materiais e equipamentos para industrialização. A receita de aluguel é reconhecida no resultado na base da linha reta durante o prazo do contrato. **g) Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. **h) Novas normas, alterações e interpretações de normas: Alterações/novas normas contábeis que entraram em vigor em 2014:** As seguintes normas contábeis estão em vigor desde 1/01/2014 e não trouxeram efeitos nas demonstrações contábeis individuais da Companhia: • Alterações ao CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2) – Entidades de Investimento; • CPC 39 – Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos; • Alterações ao CPC 01 (R1) – Divulgação de Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros; • ICPC 19 – Tributos. **Alterações/novas normas contábeis que entrarão em vigor após 2014:** Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **4. Caixa e equivalentes de caixa** – O saldo de caixa e equivalentes de caixa está representado por:

	2014	2013
Depósitos bancários	3	3
Total	**3**	**3**

5. Partes relacionadas

5.1. Contas a receber de partes relacionadas	2014	2013
Ecovix-Engevix Construções Oceânicas S.A. **(i)**	1.200	–
Total	**1.200**	**–**

(i) O saldo de contas a receber de clientes decorre do Contrato de uma locação de parte de um terreno conforme, descrito na Nota Explicativa 1. **5.2. Empréstimos com partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31/12/2014 e 2013, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas as operações de empréstimos com partes relacionadas (mútuos), decorrem de transações entre a Companhia e sua controladora indireta, empresas ligadas e profissionais-chave da administração. **Controladora e controladora final:** A controladora direta da Companhia é a RG Estaleiros S.A. e a controladora indireta final é a Jackson Empreendimentos S.A. Outros saldos relativos a operações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Passivo circulante	2014	2013
RG Estaleiros S.A.	298	–
Total	**298**	**–**

Os contratos de conta corrente (mútuos) são remunerados considerando encargos financeiros de 100% do CDI. As operações oriundas dessas transações geraram despesas financeiras líquidas de R$ 11 em 31/12/2014 (R$ 18 em 31/12/2013). **5.3. Remuneração da Administração:** Por decisão dos acionistas da Companhia, a remuneração do pessoal chave da administração é paga pela Companhia controladora RG Estaleiros S.A. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração na Companhia controladora estão apresentados abaixo:

	2014	2013
Benefícios de curto prazo (salários e bônus)	**1.024**	**1.194**

6. Propriedade para investimento – Em 6/05/2014, o SDPI aprovou a transferência e emitiu o Ofício 132/2014 comunicando a aprovação do pleito de substituição da empresa RG Estaleiros S.A. como beneficiária do incentivo financeiro, para a empresa RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. O terreno, conforme apresentado na Nota Explicativa 1, encontra-se alugado para a parte relacionada (controladora indireta) Ecovix-Engevix Construções Oceânicas S.A.. As adições registradas no exercício findo em 31/12/2014, no montante de R$ 1.202, referem-se principalmente à contratação de projetos conceituais e básicos de engenharia para definição da ocupação da área e consultoria ambiental para obtenção de licenças junto à FEPAM (sendo que a rubrica Terrenos monta a R$ 1.085 em 31/12/2014). **7. Fornecedores** – Os saldos estão substancialmente representados por saldo a pagar ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul pela aquisição de uma área de terras com 248.349,20 m², representada pelos módulos situados no Setor 7, especificamente 7.13 a 7.17 do Distrito Industrial de Rio Grande – DIRG.

	2014	2013
Fornecedores nacionais	1.267	393
Total	**1.267**	**393**

8. Obrigações tributárias	2014	2013
Pis	19	–
COFINS	92	–
IRPJ	193	–
CSSL	78	–
Outros	–	2
Total	**382**	**2**

9. Patrimônio líquido – a) Capital social: O capital social em 31/12/2014, subscrito e integralizado, é de R$ 1, dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada. **b) Adiantamento para futuro aumento de capital:** O saldo movimentado no exercício findo em 31/12/2014 refere-se ao percentual de 20% que a RG Estaleiros S.A. concedeu como sinal na aquisição do terreno do ERG3, no valor de R$ 217, sendo que o saldo restante deverá ser recolhido no momento da escritura. Em 31/12/2014, o saldo da conta Adiantamento para futuro aumento de capital é de R$ 756 (R$ 539 em 31/12/2013). **10. Receita líquida operacional – Receitas de serviços:** As receitas da Companhia decorrem substancialmente de receita de aluguel de área para armazenagem de materiais e equipamentos para industrialização para a controladora indireta Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A..

	2014	2013
Receita de serviços	1.200	–
Impostos incidentes (PIS e COFINS)	(111)	–
Total	**1.089**	**–**

11. Custos dos serviços prestados	2014	2013
Custo tributário	(48)	–
Custos de serviços de terceiros	(136)	–
Total	**(184)**	**–**

12. Despesas administrativas	2014	2013
Despesas com serviços prestados	(33)	(14)
Despesas tributárias	(1)	(20)
Despesas gerais	–	(3)
Total	**(34)**	**(37)**

13. Resultado financeiro – Receitas financeiras	2014	2013
Outras	1	–
Total	**1**	**–**
Despesas financeiras	**2014**	**2013**
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(1)	(3)
Juros	(11)	(18)
Total	**(12)**	**(21)**
Resultado financeiro, líquido	**(11)**	**(21)**

14. Imposto de renda e contribuição social correntes – A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2014	2013
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**868**	**–**
Alíquota nominal	34%	34%
	(295)	**–**
Efeito das adições ou (exclusões) ao lucro contábil	24	–
	(271)	**–**

As declarações de imposto de renda e contribuição social estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e as demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando, em cada caso, o prazo de prescrição. **15. Instrumentos financeiros** – A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	31/12/2014			31/12/2013		
Instrumentos financeiros	**Valor justo através do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**	**Valor justo através do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos						
Depósitos bancários	3	–	3	3	–	3
Contas a receber de partes relacionadas	–	1.200	1.200	–	–	–
Passivos						
Empréstimos com partes relacionadas	–	298	298	–	–	–
Fornecedores	–	1.267	1.267	–	393	393

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. **Contas a receber de clientes:** A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais dos clientes. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. Em 31/12/2014 e de 2013 não foi necessária a provisão para redução ao valor recuperável. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

	Valor	01 a 12 Meses	01 a 2 Anos
Fornecedores	1.267	1.267	–
Partes relacionadas	298	298	–

A Companhia conta ainda com o suporte financeiro da sua matriz, caso tenha alguma dificuldade em cumprir com suas obrigações financeiras de curto prazo, conforme demonstrado na Nota Explicativa 5. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração monitora ativamente as oscilações de mercado, mas não opera com instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção contra riscos de mercado. **Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **Riscos operacionais:** A abordagem de gestão de riscos adotada pela Companhia é realizada por um grupo especificamente dedicado, e baseia-se em um processo permanente e retroalimentado de planejamento para a gestão de riscos; identificação dos riscos; planejamento de respostas a riscos; e monitoramento e controle das respostas a riscos. Todo esse processo é efetuado por uma empresa terceira pertencente ao mesmo grupo econômico da Companhia. O processo de planejamento para a gestão de riscos consiste em decidir a forma de abordagem, estabelecer padrões, definir as ferramentas adequadas e executar as atividades associadas à gestão de riscos do empreendimento. O processo de identificação dos riscos é permanente, e começou no início do empreendimento. As ferramentas e técnicas utilizadas no processo de incluem reuniões, entrevistas, observação, workshops, *brainstorming*, entre outros. O processo de planejamento de respostas a risco constitui na definição das estratégias mais adequadas para enfrentar e mitigar os riscos de acordo com sua natureza e classificação de prioridade. O monitoramento e controle de riscos é uma atividade contínua que tem como objetivos principais: a reavaliação dos riscos identificados, monitoramento da efetividade das respostas aplicadas, identificação de novos riscos, execução de auditorias de risco entre outras. **Riscos sócio-ambientais:** Os riscos sócio-ambientais decorrem da associação entre os riscos naturais e os riscos resultantes de aspectos naturais agravados pela atividade humana e pela ocupação da infraestrutura da Companhia. Dada a natureza e porte das construções aí desenvolvidas, as exposições a substâncias químicas e processos mecânicos podem causar danos ao meio ambiente e aos indivíduos, dependendo de sua concentração, intensidade, suscetibilidade e tempo de exposição. Estes riscos são permanentemente tratados através de sistemática de gestão baseada nas Normas ISO 14.001 e OHSAS 18.001 de análise de aspectos e impactos; e perigosos e riscos a que a Companhia está sujeita no dia a dia, na preparação das respostas e no monitoramento e medição das características principais de suas operações que possam ter impacto significativo. O processo se completa pela análise pela alta administração do sistema de gestão que é realizada em periodicidade planejada. **Riscos de engenharia:** Com o início da utilização da infraestrutura construída a Companhia está sujeita a obras de finalização ou de retificação nas áreas e equipamentos que compõem seu imobilizado. **Mensuração dos instrumentos financeiros:** Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis. **16. Cobertura de seguros** – A Companhia mantém seguros, segundo a cobertura contratada, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Composição da Diretoria

José Antunes Sobrinho – Diretor Presidente
Roberto Luiz Bogado Duarte – Diretor

Contador

Marcelo Milk da Silva – CRC RS 75.992 /O -RS

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Acionistas e Administradores da **RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A.** – Barueri-SP. Examinamos as demonstrações contábeis da RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A. em 31/12/2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase – Atividade pré-operacional:** Conforme apresentado na Nota Explicativa 1, a Companhia encontra-se em estágio pré-operacional. As demonstrações contábeis da Companhia em 31/12/2014, que apresentam ativo circulante em excesso ao passivo circulante, assumem o sucesso do planejamento estratégico em desenvolvimento pela Administração visando a realização de seu plano de negócios. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações contábeis da RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A. referentes ao exercício findo em 31/12/2013 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, cujo relatório, datado de 9/07/2014, não continha ressalvas. São Paulo, 5/08/2015.

Octavio Zampirollo Neto – Contador CRC 1SP 289.095/O-3
Grant Thornton Auditores Independentes – CRC 2SP 025.583/O-1

FALANDO SÉRIO

Eduardo Monteiro (*)

Desafio à Nação

Outro dia, num evento por este Brasil à fora, a presidente Dilma, no auge da sua ira, falou alto e ao bom som "que neste país não tem ninguém com integridade moral para tirá-la da presidência"!

Mesmo sem entrar no mérito da questão, ela, além de desrespeitar os poderes constituídos, lançou um desafio à nação inclusive às supremas cortes (STF e STE) onde existem pedidos de "impeachment" ao seu mandato. Curiosa e estranhamente a mídia apenas transmitiu o fato ao vivo e depois, não mais divulgou nem comentou. É de se supor que entrou em ação o famoso "cala boca", ou perde a publicidade do governo, que diga-se de passagem, diante de uma situação constrangedora por falta de caixa, continua indo ao ar, tentando convencer os incautos que as "coisas" vão bem é vão melhorar.

Voltando àquele audacioso desafio, na minha modesta opinião, acho que no mínimo a presidência daquelas doutas cortes de justiça, o fiel da balança, deveriam solicitar para não exigir, que seria de direito, que a primeira dama, se explique sobre aquele pronunciamento, porque quem ouviu como eu e outros, vamos acabar acreditando que tudo vai acabar em pizza.

Também é estranho que nenhum órgão ou autoridade investigativa tenha deixado de pedir e até insistir, que ela esclareça à nação como a situação financeira chegou ao ponto que está e porque veiculou durante sua onerosa campanha, inúmeras inverdades sobre seu governo.
Certamente nas contradições ela própria acabaria se condenando e obviamente tornando clara a participação da cúpula do PT e do seu padrinho Lula.

Enfim, vamos ver no que vai dar os vários pedidos de "impeachment" protocolados na câmara, pois já se fala numa barganha com Eduardo Cunha, que também está com o "rabo preso", devido as denúncias de participação no escândalo da Petrobras. Sobre essa possível pouca vergonha vamos discorrer na próxima edição.

(*) - É Jornalista – MTb 21.275 (eduardomonteiro.em@gmail.com).

Disputas entre governo e oposição desestabiliza setor produtivo

Preocupado com impactos da crise política sobre a economia, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) condenou disputas entre oposição e governo que têm gerado instabilidades no setor produtivo, afugentando investimentos e ampliando o desemprego.

"Há uma crise política que está afetando a crise econômica. Países em situação econômica pior que a nossa, com inflação superior e reservas menores que as do Brasil, estão com menos problemas, porque não têm a crise política", advertiu.

Apesar de ressaltar que não concorda com todas as medidas adotadas pelo governo federal, o senador disse ver na equipe econômica esforço na busca de solução para os problemas. Acir, no entanto, condenou a elevação da carga tributária. "Não é aumentando imposto a cada crise que vamos resolver o problema. É preciso encontrar saídas para aumentar a receita sem ter que aumentar impostos, que reduzem investimentos e geram retração de economia. Quem paga a conta é a população", afirmou.

Divulgação

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO).

O parlamentar disse ser urgente que empresas e indústrias retomem a capacidade produtiva, para aumentar a oferta de empregos e a geração de renda. "As indústrias estão sem recursos para reformar o parque industrial, sem investimentos que asseguram geração de empregos, de divisas e o desenvolvimento do país" (Ag. Senado).

Estre Ambiental S.A.

CNPJ/MF nº 03.147.393/0001-59 – NIRE 35.300.329.635

Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de setembro de 2015

Data, Hora e Local: 15/09/2015, às 10 horas, na sede social. **Presença:** Compareceram à AGE acionistas representando 86,11% do capital social total da Companhia. **Convocação:** O Edital de convocação foi publicado no DOE-SP e no jornal Empresas & Negócios, ambos nas edições de 04, 05 e 09/09/2015. **Mesa:** Wilson Quintella Filho – Presidente; Julio César de Sá Volotão – Secretário. **Ordem do Dia: (1)** Deliberar sobre a aprovação o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia a ser concedido a seus administradores e empregados, bem como documentos a ele relacionados, quais sejam, o Programa de Opção de Compra de Ações e Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações; e **(2)** Deliberar sobre a delegação de poderes para o Conselho da Administração da Companhia, para a prática de todo e qualquer ato necessário à implementação do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, bem como para, a qualquer tempo, constituir um Comitê para auxiliá-lo nesta função. **Deliberações:** Prestados todos os esclarecimentos necessários, foi aprovado, por maioria de votos dos acionistas presentes, registrado o voto contrário do acionista Angra Infra Fundo de Investimento em Participações, nos termos da manifestação anexada à presente ata, **(1)** em consonância com o artigo 13, § 2º (a) do Estatuto Social da Companhia, o seu Plano de Opção de Compra de Ações, bem como documentos a ele relacionados, quais sejam, o Programa de Opção de Compra de Ações e Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, respectivamente; e **(2)** a delegação de poderes para o Conselho de Administração da Companhia, para que este implemente o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, podendo para tanto, assinar todos e quaisquer documentos relacionados ao referido plano, podendo ainda, a qualquer tempo, constituir um Comitê para auxiliá-lo nesta função, nos moldes do artigo 16, (iv) do Estatuto Social da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi esta ata lavrada, lida e assinada. São Paulo, 15/09/2015. Assinaturas: Presidente: Wilson Quintella Filho, Secretário: Julio César de Sá Volotão. Acionistas presentes: Wilson Quintella Filho; Hulshof Participações S.A, representada por Wilson Quintella Filho e Tatiana Stefani Quintella; Angra Infra Fundo de Investimento em Participações, representada por Alberto Ribeiro Guth e Celso Fernandez Quintella; Principal Digama Participações S.A., representada por Gabriel Fernando Barretti e Bruno Duque Horta Nogueira; e BTGI A.Z.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., representada por Gabriel Fernando Barretti e Bruno Duque Horta Nogueira. JUCESP nº 458.446/15-4 em 13/10/2015. Flávia Regina Britto – Secretária Geral.

6ª Vara da Família e Sucessões da Capital. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1024879-26.2015.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Homero Maion, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **J.M.O.F., CPF 009.271.454-48, RG 6106310, Divorciado, Brasileiro**, que lhe foi proposta uma **ação de Alvará Judicial** por parte de **M.C.F.F.L.,** objetivando o **Consentimento e autorização para viagem da menor M.L.L.M**., alegando em síntese que desde meados de 2011 não houve qualquer tentativa de contato por parte do requerido com a menor ou sua mãe, ora requerente. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, pelo(a)(s) ré(u)(s), como verdadeiros, os fatos articulados pelo(a)(s) autor(a)(es). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de setembro de 2015.

Estre Ambiental S.A.

CNPJ/MF nº 03.147.393/0001-59 – NIRE 35.300.329.635

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Convocamos os Srs. Acionistas, para se reunirem em AGE, em 1ª convocação, no dia 27/10/2015, às 10 hs., em sua sede social, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, Torre I, 3º andar, São Paulo/SP, para deliberar seguinte ordem do dia: (i) aprovar a celebração, pela Companhia, de Contrato de Contragarantia junto a Pan Seguros S.A., a fim de substituir os bens da Companhia dados em garantia ao juízo da Execução Fiscal nº 0053469-63.2013.4.03.6182 ("Execução Ágio"); e (ii) delegar poderes aos Diretores da Companhia, para a prática de todo e qualquer ato necessário à implementação do item (i). São Paulo, 19 de outubro de 2015. ***Wilson Quintella Filho*** – *Presidente do Conselho de Administração.*

(17, 20 e 21/10/2015)

REP - Real Estate Partners Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ/MF: 08.572.741/0001-59 - NIRE: 35.300.353.498

Edital de Convocação para Reunião do Conselho

Ficam V.Sas. convocadas para a Reunião do Conselho de Administração da **REP - Real Estate Partners Desenvolvimento Imobiliário S.A.,** a ser realizada na **Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 105, 14º andar, São Paulo - SP, em 29 de outubro de 2015 às 11 horas,** a fim de deliberar sobre: **(I)** apresentação de resultados e de fluxo de caixa; **(II)** negociação da participação no CCS Jundiaí, BTS Rio Claro e do terreno de Jundiaí; **(III)** aprovar operações financeiras; **(IV)** aumento de Capital Social da Companhia.

Rafael Rodrigues do Espírito Santo - Conselheiro

RG Estaleiro ERG1 S.A.

CNPJ/MF nº 06.054.101/0001-21

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e às normas estatutárias, submetemos a vossa apreciação as Demonstrações Contábeis referentes ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. Barueri, 15 de outubro de 2015. *A Diretoria*

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 *(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	Notas	2014	2013	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2014	2013
Ativo circulante		**5.710**	**23.803**	**Passivo circulante**		**51.372**	**53.559**
Caixa e equivalentes de caixa	4	237	13.551	Fornecedores	10	5.708	6.535
Contas a receber de partes relacionadas	5	4.776	4.292	Empréstimos com partes relacionadas	5	37.210	36.574
Empréstimos à partes relacionadas	5	–	4.563	Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	106
Tributos a compensar	6	466	987	Obrigações tributárias	–	–	1.203
Adiantamentos à fornecedores	–	206	355	Outras provisões	11	8.115	8.417
Outros ativos	–	25	55	Outros passivos	–	339	724
Ativo não circulante		**466.799**	**450.677**	**Passivo não circulante**		**3.896**	**4.093**
Bancos conta vinulada	7	14.869	–	Provisão para demandas judiciais	13	3.896	4.093
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	13.021	8.863	**Patrimônio líquido**		**417.241**	**416.828**
Depósitos judiciais	13	4.160	4.262	Capital social	12	421.256	421.256
Propriedade para investimento	8	434.511	437.035	Reserva de capital	12	7.037	7.037
Imobilizado	9	229	504	Adiantamento para futuro aumento de capital	–	2.000	2.000
Intangível	–	9	13	Prejuízos acumulados	–	(13.052)	(13.465)
Total do ativo		**472.509**	**474.480**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**472.509**	**474.480**

Demonstrações dos Resultados

	Notas	2014	2013
Receita líquida de operacional	14	4.319	4.928
Custo dos serviços prestados	15	(4.010)	(1.257)
Lucro bruto		**309**	**3.671**
Despesas administrativas	16	(3.486)	(1.193)
Outras receitas operacionais	17	792	3
Lucro (prejuízo) operacional		**(2.385)**	**2.481**
Receitas financeiras	18	2.204	1.532
Despesas financeiras	18	(3.564)	(3.449)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		**(1.360)**	**(1.917)**
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		**(3.745)**	**564**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	–	(161)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	4.158	(113)
Lucro líquido do exercício		**413**	**290**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	2014	2013
Lucro líquido do exercício	**413**	**290**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente	**413**	**290**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reservas de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2012	**421.256**	**7.037**	**2.000**	**(13.755)**	**416.538**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	290	290
Saldos em 31/12/2013	**421.256**	**7.037**	**2.000**	**(13.465)**	**416.828**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	413	413
Saldos em 31/12/2014	**421.256**	**7.037**	**2.000**	**(13.052)**	**417.241**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2014**	**2013**
Lucro líquido do exercício	413	290
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.158)	113
Depreciação	132	–
Amortização	4	–
Valor residual de baixa de propriedade para investimento e imobilizado	2.411	6.357
Valor residual de baixa de intangível	2.864	3
Provisão para demandas judiciais	(197)	(68)
Outras provisões	(302)	–
(Aumento)/Redução dos ativos operacionais		
Contas a receber	(484)	(972)
Bancos conta vinculada	(14.869)	–
Adiantamentos à fornecedores	149	(196)
Tributos a compensar	521	(576)
Depósitos judiciais	102	(4.122)
Outros ativos	30	(22)
Fornecedores	(827)	(1.496)
Obrigações sociais e trabalhistas	(106)	(937)
Obrigações tributárias	(1.203)	(167)
Outros passivos	(385)	539
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	**(15.905)**	**(1.254)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de propriedade para investimento	(2.524)	(11.646)
Aquisição de imobilizado	(84)	–
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(2.608)**	**(11.646)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	5.199	6.009
Caixa líquido gerado pelas atividades financiamento	**5.199**	**6.009**
Redução de Caixa e equivalentes de caixa	**(13.314)**	**(6.891)**
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	13.551	20.442
No final do exercício	237	13.551
Redução de Caixa e equivalentes de caixa	**(13.314)**	**(6.891)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional – a) Objeto operacional: O RG Estaleiro ERG 1 S.A. ("Companhia") é uma entidade de capital fechado, constituída em 29/12/2003, com sede social no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia tem como objeto social deter a propriedade de estaleiros, dique seco e instalações de apoio às construções navais, administrando e explorando comercialmente estas instalações através de arrendamento mercantil. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/10/2010, foi aprovada a alteração da denominação social da companhia de W Torre Empreendimentos Navais e Portuários S.A. para RG Estaleiro ERG1 S.A, quando da transferência do controle societário para a RG Estaleiros S.A. A Companhia detém entre seus ativos, o maior dique seco do Hemisfério Sul, tendo acesso direto a uma das áreas de maior profundidade naval do território brasileiro, favorável à navegação de modernas embarcações, sobretudo de grande porte, o que lhe garante importantes aspectos físicos para a construção de embarcações navais e oceânicas que serão necessárias ao desenvolvimento dos projetos de exploração das reservas nacionais do pré-sal. **b) Descrição do projeto:** No dia 08/08/2006 a Rio Bravo celebrou com a Companhia e com interveniência de Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, o "Contrato para fornecimento de infraestrutura destinada à construção, montagem e reparo de unidades estacionárias de produção (UEPs), do tipo FPSO (Floating Production Storage and Offloading)". Em 17/08/2006 a Companhia celebrou o aditivo do citado contrato, o qual estendeu o fornecimento de outra infraestrutura destinada à construção, montagem e reparo de unidades estacionárias de produção (UEPs), do tipo semisubmersíveis. O contrato e seus aditivos têm por objetivo a contratação da Companhia para construção e disponibilização de infraestrutura, com capacidade para construção e reparo de Unidades Estacionárias de Produção (UEPs), tipo semisubmersíveis e mono-coluna. Os aditivos dos contratos determinam que a gestão financeira do empreendimento seja compartilhada, sendo que a revisão dos contratos de fornecimento de materiais e serviços, bem como os pagamentos das atividades são aprovados pelas empresas Rio Bravo e Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, mediante a adoção do procedimento de conta vinculada. Os contratos prevêem que os custos do empreendimento sejam arcados pelo Fundo, na forma estabelecida contratualmente, no equivalente a 80% dos valores da construção e implementação da referida infra-estrutura e a Companhia irá arcar com os 20% dos custos restantes, sendo que, ao término das obras, o Fundo terá direito contratual de uso de 100% dessas instalações pelo prazo de 12 anos para utilização exclusiva. Por meio de aditivos contratuais, foram sendo estipulados prazos para finalização e a utilização da infraestrutura (UEPs) tipo SS e FPSO, a qual se encontrava substancialmente concluída e a disposição para a utilização pelo Fundo/Petrobras, ainda que persistissem obras de finalização resultantes de questões de correções e abrangência de escopo ("punch list') desde de 2008. A partir de setembro de 2010 a atividade de administração da infraestrura (estaleiro) se intensificou como resultado de sua utilização pelo Fundo/Petrobras, o que teria ensejado o reconhecimento contábil do fornecimento da infraestrutura (aluguel da propriedade para investimento). Com a entrada em operação da infraestrutura, a atividade de administração passou a ser a fonte de recursos do ERG 1 e de suas receitas. Em 29/08/2006, a Companhia, na qualidade de legítima possuidora e detentora dos direitos de uso de um terreno situado na Comarca e Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, celebrou Termo de Transferência de Uso de Bem Imóvel com a Rio Bravo Investimentos S.A. DTVM ("Rio Bravo") na qualidade de administradora e proprietária dos bens do Fundo de Investimento Imobiliário R B Logística ("Fundo"). Neste ato, a Companhia transferiu ao Fundo o direito de uso do terreno por 12 anos, no contexto da construção e disponibilização para uso do fundo de uma infra-estrutura para construção, manutenção e reparos de unidades estacionárias de petróleo naquele período. A transferência do direito de uso se deu como contraprestação pela futura utilização, pela Companhia, sem qualquer ônus, da infraestrutura a ser estabelecida no terreno após ter expirado o prazo de 12 anos da utilização do terreno e da infraestrutura pelo Fundo. **Partes relacionadas:** As receitas da Companhia decorrem do contrato de aluguel de equipamentos para a controladora indireta Ecovix-Engevix Construções Oceânicas S.A. firmado em 2013. A Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. é controlada direta da Jackson Empreendimentos S.A., que, por sua vez, também controla a Engevix Engenharia S.A. e a Engevix Sistemas de Defesa Ltda. (dentre outras). A Companhia considera que a citada operação comercial com a controladora indireta Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. será mantida em condições normais, nos termos previstos contratualmente. **2. Base de preparação – a) Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 05/08/2015, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações contábeis e o consequente envio à Assembleia Geral Ordinária – AGO para aprovação. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Os reflexos decorrentes de modificações nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **a) Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações contábeis são aquelas que não realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio vigente na da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações. **b) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras e bancos conta vinculada registrado no ativo não circulante. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e empréstimos com partes relacionadas. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. Em 31/12/2014 e de 2013, os passivos financeiros não derivativos da Companhia estavam representados por fornecedores, empréstimos de partes relacionadas e outros passivos. **Capital social: Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, exceto quando retidos por deliberação unânime dos acionistas da Companhia. **c) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e demais condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, além dos juros e encargos financeiros incorridos nos financiamentos atribuíveis à construção do ativo qualificável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, pelo método linear, de acordo com as taxas de depreciação descritas na Nota Explicativa 9. **d) Redução ao valor recuperável ("impairment"): Ativos financeiros:** Os Ativos financeiros classificados como "empréstimos e recebíveis" são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios findos em 31/12/2014 e de 2013, a Administração não identificou a necessidade de ajustes de seus ativos financeiros ao valor recuperável. **e) Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo método do custo. Custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito. A Administração entende que, pelo fato dos ativos relacionados ao total do saldo de propriedade para investimentos serem novos, o valor justo destes ativos se aproximam ao valor contábil das propriedades para investimentos. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente. **f) Provisões:** Provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **g) Receita operacional e receitas financeiras: Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente variações cambiais ativas e receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem basicamente juros sobre empréstimos com partes relacionadas para aquisição de ativos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **Receitas de serviços:** As receitas de serviços derivam do contrato de aluguel de equipamentos para a controladora indireta Ecovix-Engevix Construções Oceânicas S.A., o qual firmado no exercício de 2013. A receita de aluguel é reconhecida no resultado na base da linha reta durante o prazo do contrato. **h) Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Em 31/12/2014, a Companhia registrou imposto de renda diferido ativo líquido (Nota Explicativa 20). A Companhia espera recuperar o imposto de renda diferido ativo em exercícios futuros na medida em que sejam gerados os lucros futuros previstos no seu plano de negócios. **i) Novas normas, alterações e interpretações de normas: Alterações/novas normas contábeis que entraram em vigor em 2014:** As seguintes normas contábeis estão em vigor desde 01/01/2014 e não trouxeram efeitos nas demonstrações contábeis individuais da Companhia: • Alterações ao CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2) – Entidades de Investimento; • CPC 39 – Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos; • Alterações ao CPC 01 (R1) – Divulgação de Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros; • ICPC 19 – Tributos. **Alterações/novas normas contábeis que entrarão em vigor após 2014:** Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa – O saldo de caixa e equivalentes de caixa está representado por:

	2014	2013
Depósitos bancários	188	39
Aplicações financeiras	49	13.512
Total	**237**	**13.551**

As aplicações financeiras são de curto prazo, alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente à CDB – Certificado de Depósito Bancário, remunerados a taxa de 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Partes relacionadas – 5.1. Contas a receber de partes relacionadas: O saldo de contas a receber de partes relacionadas decorre do contrato de aluguel de equipamentos para a controladora indireta Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A.

	2014	2013
Ativo circulante		
Rio Bravo Investimentos S.A. **(i)**	–	**4.292**
Ecovix-Engevix Construções Oceânicas S.A.**(ii)**	4.476	–
Total	**4.776**	**4.292**

(i) Contas a receber oriundo da administração e manutenção de infra-estrutura destinada à construção, montagem e reparos de unidades estacionárias de produção (UEPs), tendo como contratante a Rio Bravo Investimentos S.A. DTVM, conforme Nota Explicativa 1. Esse contrato foi encerrado em março de 2013. **(ii)** Companhia pertencente ao mesmo grupo econômico, cuja controladora indireta é a Jackson Empreendimentos S.A. O saldo do contas a receber decorre do Contrato de aluguéis de equipamentos para a Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. **5.2. Empréstimos partes relacionadas (Mútuos):** Os principais saldos de ativos e passivos em 31/12/2014 e 2013, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas as operações de empréstimos com partes relacionadas (mútuos), decorrem de transações entre a Companhia e sua controladora indireta, empresas ligadas e profissionais-chave da administração. **Controladora e controladora final:** A controladora direta da Companhia é a RG Estaleiros S.A. e a controladora indireta final é a Jackson Empreendimentos S.A. Os principais saldos de ativos e passivos em 31/12/2014 e 2013, relativos a operações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	2014	2013
Ativo circulante: RG Estaleiros S.A. **(i)**	–	4.563
Total	**–**	**4.563**
Passivo circulante: RG Estaleiros S.A. **(i)**	37.210	11.416
Ecovix-Engevix Construções Oceânicas **(ii)**	–	25.158
Total	**37.210**	**36.574**

(i) Controladora direta; **(ii)** Companhia pertencente ao mesmo grupo econômico. As transações realizadas são representadas por: Contratos de mútuo com encargos financeiros de 100% do CDI. As operações oriundas dessas transações geraram despesas financeiras líquidas de R$ 3.547 no ano de 2014 (R$ 2.331 em 31/12/2013). **5.3. Remuneração da Administração:** Por decisão dos acionistas da Companhia, a remuneração do pessoal chave da administração é paga pela Companhia controladora RG Estaleiros S.A. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração na Companhia controladora estão apresentados abaixo:

	2014	2013
Benefícios de curto prazo (salários e bônus)	**1.024**	**1.194**

6. Tributos a compensar	**2014**	**2013**
IRRF	129	163
PIS	60	35
COFINS	277	139
CSSL	–	100
IRPJ	–	335
INSS	–	102
Outros	–	113
Total	**466**	**987**

7. Banco conta vinculada – A Companhia e a Rio Bravo Investimentos S.A. DTVM ("Rio Bravo") possuem celebrado junto ao Banco Santander S.A. um contrato de conta vinculada, cujo saldo em 31/12/2014 perfaz o montante de R$ 14.869 referente à construção de infra-estrutura destinada à construção, montagem e reparo de unidades estacionarias de produção (UEPs), do tipo SS e FPSO. **8. Propriedade para investimento** – Em maio de 2006, a Companhia recebeu em doação da Superintendência do Porto de Rio Grande, conforme escritura pública de doação de imóvel, um terreno situado no Pontal da Mangueira, no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, registrado sob as matriculas nº 57.334 e 57.337 no Cartório de Imóveis do município de Rio Grande-RS, no valor de R$ 7.037. Como contrapartida no processo de doação, a Companhia cumprirá com determinadas obrigações estipuladas na escritura pública de doação do imóvel, as quais têm sido atendidas. No período compreendido entre 2006 e 2010, a Companhia construiu uma infraestrutura com capacidade para construção e reparo de embarcações de grande porte, módulos de processamento, Unidades de Convés Específicos (*Deck Box*), Unidades Estacionárias de Produção (UEPs) tipo semi-submersíveis e mono-coluna. Em estrita conformidade com o "Contrato para fornecimento de uma infraestrutura destinada à construção, montagem e reparo de unidades estacionarias de produção (UEPs), do tipo SS", datado de 17/08/2007 e seus respectivos aditamentos, e com o "Contrato para fornecimento de uma infraestrutura destinada à construção, montagem e reparo de unidades estacionárias de produção (UEPs), do tipo FPSO" datado em 08/08/2007, e seus respectivos aditamentos, todos concluídos, inclusive com a expedição do "habite-se" nº 17.445/2010 deram por transferidas a obra de construção e implementação de infraestrutura, sobre os terrenos matriculas nº 57.334 (imóvel recebido de doação da SUPRG) e nº 57.337 (detentora dos direitos de uso e os direitos de superfície recebidos pela União Federal do Brasil) e que durante o período determinado de 10 (dez anos) será disponibilizado o uso e fruição de toda infraestrutura (o Estaleiro) para sua utilização exclusiva do Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística. Com a conclusão das obras, a Companhia fornece a posse plena e o direito de uso de 100% dos ativos correspondentes à infraestrutura e utilidades construídas e implementadas, pelo valor do custo aportado pelo Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística, correspondente a R$ 679.421, na forma estabelecida contratualmente. Dessa forma, a Companhia reconheceu, em 2010, renda e despesa operacional no montante de R$ 666.468 (complementada em 2011 pelo montante de R$ 10.326 e em 2012 pelo montante de R$ 2.627), os quais correspondem aos recursos aportados pelo fundo em contrapartida ao seu direito de utilização da infraestrutura do estaleiro pelo prazo contratual previsto. Por meio de cláusulas contratuais, especificadas no contrato entre a Companhia e a Rio Bravo Investimento S.A. DTVM, o empreendimento em questão deve estar totalmente segurado pela Companhia. A Administração da Companhia julgou as importâncias seguradas e os prazos de vigência suficientes para cobrir possíveis sinistros. Com base em estimativas internas, a Administração estima que os valores justos de propriedade para investimento não superam em mais do que 20% os valores contabilizados com base no custo histórico. O saldo da conta de propriedade para investimento está composto como segue:

a) Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2014
Edificações	971.997	–	–	–	971.997
Equipamentos de informática	75	–	–	–	75
Veículos	34	–	–	–	34
Móveis e utensílios	66	–	–	–	66
Ferramentas, máquinas e equipamentos	107.829	2.524	(1.515)	–	108.838
Imóveis	7.600	–	–	–	7.600
Imobilizado em curso	29.638	–	–	(29.638)	–
Instalações	–	–	(668)	29.638	28.970
Total	**1.117.239**	**2.524**	**(2.183)**	**–**	**1.117.580**

	2014	2013
Propriedade para investimento	1.117.580	1.117.239
Depreciação de máquinas e equipamentos	(3.648)	(783)
(-) Valores recebidos FII R B Logística	(679.421)	(679.421)
Valor de aquisição	**434.511**	**437.035**

9. Imobilizado – a) Composição do imobilizado – 2014

Imobilizado	Taxas Anuais de depreciação %	Imobilizado bruto	Depreciação acumulada	2014 Imobilizado líquido	2013 Imobilizado líquido
Equipamentos de informática	20	74	(60)	14	49
Móveis e utensílios	10	307	(95)	212	205
Veículos	20	34	(31)	3	23
Instalações	10	–	–	–	227
Total		**415**	**(186)**	**229**	**504**

b) Movimentação do custo – 2014

	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2014
Equipamentos de informática	74	–	–	74
Móveis e utensílios	223	84	–	307
Veículos	34	–	–	34
Instalações	228	–	(228)	–
Total	**559**	**84**	**(228)**	**415**

c) Movimentação da depreciação – 2014

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2014
Equipamentos de informática	20	(25)	(35)	–	(60)
Móveis e utensílios	10	(18)	(77)	–	(95)
Veículos	20	(11)	(20)	–	(31)
Instalações	10	(1)	–	1	–
Total		**(55)**	**(132)**	**1**	**(186)**

10. Fornecedores – Os saldos estão basicamente representados por Fornecedores de materiais e peças para a construção do estaleiro:

	2014	2013
Fornecedores nacionais	1.251	820
Fornecedor exterior	4.457	5.715
Total	**5.708**	**6.535**

11. Outras provisões	**2014**	**2013**
Outras provisões	8.115	8.115

Refere-se substancialmente ao registro da provisão para custos ambientais e reflete o termo de compromisso para execução de medida compensatória celebrada junto a Secretária de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul (SEMA), visando o cumprimento da compensação ambiental decorrente da instalação do "Estaleiro Rio Grande ERG1 S.A. **12. Patrimônio líquido – a) Capital social:** O capital social em 31/12/2014, subscrito e integralizado, é de R$ 421.256, dividido em 421.256 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **b) Reserva de capital:** Foi constituída em 2006 pela doação de terreno no valor de R$ 7.037 com fim especial e exclusivo da instalação de Unidade Industrial no imóvel, conforme mencionado na Nota Explicativa 1. A doação é subordinada aos encargos a serem cumpridos pela Companhia, razão pela qual foi constituída a reserva de capital de igual valor. **c) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Nos exercícios findos em 31/12/2014 e de 2013 não foi constituída reserva legal em função de a Companhia possuir saldo de prejuízos acumulados. **(i) Remuneração de acionistas:** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. A Administração da Companhia decidiu que o pagamento do dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2014 é incompatível com a necessidade de manutenção dos investimentos no ERG1 e, consequentemente, não procedeu com o registro do mesmo. **13. Provisão para demandas judiciais** – Como parte do processo de aquisição da controlada ERG 1, foi identificado um passivo contingente no valor de R$ 3.896 (R$ 4.093 em 31/12/2013), relacionado à reclamações cíveis, tributárias e trabalhistas, com perspectiva de perda e consequente futuro desembolso de caixa considerados como prováveis, e que foi registrado nas demonstrações contábeis da Companhia em 31/12/2014. Adicionalmente, houve liquidação de causas cível e trabalhista no exercício de 2014.

	2014	2013
Contingências cíveis	–	333
Contingências tributárias	–	191
Contingências trabalhistas	3.896	3.569
Total	**3.896**	**4.093**

Movientações em 31/12/2014 e de 2013:

Provisão para demandas judiciais	**31/12/2013**	**Utilização**	**31/12/2014**
Trabalhistas	4.093	(197)	3.896
Total	**4.093**	**(197)**	**3.896**
Depósitos judiciais			
Trabalhistas	4.262	(102)	4.160
Total	**4.262**	**(102)**	**4.160**

Em 31/12/2014 existiam ainda processos judiciais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de probabilidade de perda possível para a Companhia, no montante de R$ 33, para os quais nenhuma provisão foi registrada, por não ser requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. **14. Receita líquida operacional – Receitas de serviços:** As receitas de serviços reconhecidas no exercício de 2014 decorrem do contrato de aluguel de equipamentos para a Ecovix-Engevix Construções Oceânicas S.A. firmado em 2013. As receitas reconhecidas no exercício de 2013 decorrem do contrato firmado junto a Rio Bravo, conforme apresentado na Nota Explicativa 1, tendo sido este contrato encerrado em março de 2013.

	2014	2013
Receita de serviços	4.355	5.292
Impostos incidentes	(36)	(364)
Total	**4.319**	**4.928**

15. Custos dos serviços prestados	**2014**	**2013**
Custos com pessoal	–	(1.126)
Custos de ocupação	(3.879)	(22)
Custos de utilidade e serviços	–	(85)
Custos com materiais	–	(36)
Custos gerais	(3)	(302)
Créditos vinculados a custos	–	314
Custos Tributários	(128)	–
Total	**(4.010)**	**(1.257)**

16. Despesas administrativas	**2014**	**2013**
Despesas com pessoal	–	(272)
Despesas tributárias	–	(258)
Serviços prestados por terceiros	(182)	(324)
Despesas com materiais	(79)	–
Despesas com ocupação	(26)	–
Despesas indedutíveis	(3.172)	–
Despesas gerais	(27)	(339)
Total	**(3.486)**	**(1.193)**

17. Outras receitas operacionais	**2014**	**2013**
Outras receitas operacionais		
Outras receitas	792	3
Total	**792**	**3**

18. Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido é composto por:	2014	2013
Juros recebidos ou aferidos sobre mútuos **(i)**	17	–
Rendimentos de aplicações financeiras	1.362	988
Variações monetárias e cambiais ativas **(iii)**	–	544
Outras	825	–
Receitas financeiras	**2.204**	**1.532**
Juros de mora **(ii)**	–	(327)
Juros pagos sobre mútuos **(ii)**	(3.564)	(2.331)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	–	(96)
Variação cambial passiva **(iii)**	–	(695)
Despesas financeiras	**(3.564)**	**(3.449)**
Resultado financeiro	**(1.360)**	**(1.917)**

(i) Receitas financeiras que decorrem de operações e transações financeiras, sendo calculadas com base na taxa na efetiva de juros; **(ii)** Despesas financeiras que estão representadas pelos gastos com fiança bancária e juros de mora e outras despesas incidentes sobre operações e transações financeiras, sendo calculadas com base na taxa efetiva de juros; **(iii)** Variações monetárias de obrigações e créditos que são variações cambiais ativas e passivas decorrente de importações de máquinas e equipamentos contratados com fornecedores estrangeiros. **19. Imposto de renda e contribuição social correntes** – A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2014	2013
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da contribuição social	(3.745)	564
Compensação prejuízo fiscal	–	(91)
Base de cálculo	–	473
Alíquota nominal	34%	34%
Efeito das adições ou (exclusões) ao lucro contábil:	**–**	**(161)**
Alíquota efetiva	0%	29%

As declarações de imposto de renda e contribuição social estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e as demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando, em cada caso, o prazo de prescrição. **20. Imposto de renda e contribuição social diferidos** – O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base de cálculo dos tributos e os seus respectivos valores contábeis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja algum fator relevante que venha modificar as projeções, estas serão revisadas durante o exercício social da Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2014	2013
Prejuízo fiscal e Base de cálculo Negativa de CSLL	12.230	26.068
	12.230	**26.068**
Alíquota combinada de IRPJ e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	**4.158**	**8.863**
A movimentação do imposto de renda diferido é a seguinte:		
No início do exercício do exercício	8.863	8.976
Com contrapartida no resultado	4.158	(113)
No final do exercício	**13.021**	**8.863**

Os créditos tributários decorrentes da existência de saldos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de contribuição social na data das demonstrações contábeis foram reconhecidos como ativo da Companhia. Com base nas projeções de lucro tributável para os próximos anos, a Companhia espera realizar os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social nos próximos cinco anos. **21. Instrumentos financeiros** – A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2014			2013		
Instrumentos financeiros	**Valor justo através do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**	**Valor justo através do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos						
Aplicações financeiras	49	–	49	13.551	–	13.551
Contas a receber de partes relacionadas	–	4.776	4.776	–	4.292	4.292
Empréstimos com partes relacionadas	–	–	–	–	4.563	4.563
Passivos						
Empréstimos com partes relacionadas	–	37.210	37.210	–	36.574	36.574
Fornecedores	–	5.708	5.708	–	6.535	6.535
Outros passivos	–	339	339	–	724	724

As aplicações financeiras estão sendo apresentadas pelo valor justo, devido à sua classificação na categoria de valor justo através do resultado, precificação com preços observáveis (Nível II). A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. **Contas a receber de clientes:** A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais dos clientes. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. Em 31/12/2014 e de 2013 não foi necessária a provisão para redução ao valor recuperável. **Investimentos:** A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas em instituições financeiras de grande porte. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em títulos com classificações altas de crédito, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

	Valor	Até 2 meses	02 a 12 Meses	01 a 2 Anos
Fornecedores	5.708	5.708	–	–
Outros passivos	339	–	339	–
Partes relacionadas	37.210	–	37.210	–

A Companhia conta ainda com o suporte financeiro da sua matriz, caso tenha alguma dificuldade em cumprir com suas obrigações financeiras de curto prazo, conforme demonstrado na Nota Explicativa 5. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração monitora ativamente as oscilações de mercado, mas não opera com instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção contra riscos de mercado. **Risco de moeda:** A Companhia está sujeita ao risco de moeda na operação com fornecedores estrangeiros, para realizar aquisição de máquinas e equipamentos do Estaleiro ERG 1, em uma moeda diferente da moeda local e de apresentação da Companhia, o Dólar Norte-Americano. A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável. **Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **Riscos operacionais:** A abordagem de gestão de riscos adotada pela Companhia é realizada por um grupo especificamente dedicado, e baseia-se em um processo permanente e retroalimentado de planejamento para a gestão de riscos; identificação dos riscos; planejamento de respostas a riscos; e monitoramento e controle das respostas a riscos. Todo esse processo é efetuado por uma empresa terceira pertencente ao mesmo grupo econômico da Companhia. O processo de planejamento para a gestão de riscos consiste em decidir a forma de abordagem, estabelecer padrões, definir as ferramentas adequadas e executar as atividades associadas à gestão de riscos do empreendimento. O processo de identificação dos riscos é permanente, e começou no início do empreendimento. As ferramentas e técnicas utilizadas no processo de incluem reuniões, entrevistas, observação, workshops, *brainstorming*, entre outros. O processo de planejamento de respostas a risco constitui na definição das estratégias mais adequadas para enfrentar e mitigar os riscos de acordo com sua natureza e classificação de prioridade. O monitoramento e controle de riscos é uma atividade contínua que tem como objetivos principais: a reavaliação dos riscos identificados, monitoramento da efetividade das respostas aplicadas, identificação de novos riscos, execução de auditorias de risco entre outras. **Riscos sócio-ambientais:** Os riscos sócio-ambientais decorrem da associação entre os riscos naturais e os riscos resultantes de aspectos naturais agravados pela atividade humana e pela ocupação da infraestrutura da Companhia. Dada a natureza e porte das construções aí desenvolvidas, as exposições a substâncias químicas e processos mecânicos podem causar danos ao meio ambiente e aos indivíduos, dependendo de sua concentração, intensidade, suscetibilidade e tempo de exposição. Estes riscos são permanentemente tratados através de sistemática de gestão baseada nas Normas ISO 14.001 e OHSAS 18.001 de análise de aspectos e impactos; e perigosos e riscos a que a Companhia está sujeita no dia a dia, na preparação das respostas e no monitoramento e medição das características principais de suas operações que possam ter impacto significativo. O processo se completa pela análise pela alta administração do sistema de gestão que é realizada em periodicidade planejada. **Riscos de engenharia:** Com o início da utilização da infraestrutura construída a Companhia está sujeita a obras de finalização ou de retificação nas áreas e equipamentos que compõem seu imobilizado. **Mensuração dos instrumentos financeiros:** Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis. **22. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31/12/2014 as coberturas de seguros contra Responsabilidade Civil somam R$ 14.500 e Danos Materiais R$ 295.

Composição da Diretoria

José Antunes Sobrinho – Diretor Presidente
Roberto Luiz Bogado Duarte – Diretor
Marcelo Milk da Silva – Contador CRC RS 75.992/O-RS

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Acionistas e Administradores da **RG Estaleiro ERG 1 S.A.** – Barueri-SP Examinamos as demonstrações contábeis da RG Estaleiro ERG 1 S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa. Base para opinião adversa sobre as demonstrações contábeis Conforme descrito nas Notas Explicativas 1 e 8 às demonstrações contábeis, a partir de setembro de 2010 a utilização da infraestrutura para construção, manutenção e reparos de unidades estacionárias de petróleo, registrada como propriedade para investimento, se intensificou, o que justificaria o reconhecimento proporcional da renda de arrendamento mercantil operacional (aluguel), no montante aproximado de R$ 68.072 mil (R$ 68.072 mil em 31/12/2013), não registrado pela Companhia. Como consequência, encontram-se apresentados a menor os seguintes saldos nas demonstrações contábeis: (i) propriedade para investimento, no montante de R$ 288.005 mil (R$ 219.933 mil em 31/12/2013), (ii) o resultado do exercício, no valor de R$ 24.139 mil (R$ 24.434 mil em 31 dezembro de 2013), (iii) o patrimônio líquido em 31/12/2014, no montante de R$ 102.383 mil (R$ 79.428 mil em 31/12/2013) e (iv) o passivo circulante – obrigações tributárias, no montante de R$ 99.372 mil (R$ 140.505 mil em 31/12/2013). Conforme mencionado nas Notas Explicativas 3 e 8, a Companhia possui propriedades para investimento avaliadas pelo método do custo. No entanto, a Companhia não registrou o efeito da depreciação dos bens registrados como propriedades para investimento desde o momento em que intensificou a utilização da infraestrutura do estaleiro, em setembro de 2010. Como conseqüência, as propriedades para investimento estão apresentadas a maior em R$ 86.250 mil (R$65.956 mil em 31 dezembro de 2013), o resultado do exercício está apresentado a maior em R$ 20.294 mil (R$ 20.294 mil em 31 dezembro de 2013) e o patrimônio líquido apresentando a maior em R$ 86.250 mil em 31/12/2014 (R$ 65.956 mil em 31 dezembro de 2013). **Opinião adversa sobre as demonstrações contábeis:** Em nossa opinião, devido à relevância dos efeitos dos assuntos mencionados na seção " Base para opinião adversa sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RG Estaleiro ERG 1 S.A. em 31/12/2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações contábeis da RG Estaleiro ERG 1 S.A. referentes ao exercício findo em 31/12/2013 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, cujo relatório, datado de 20/06/2014, continha ressalvas similares às apresentadas na seção "Base para opinião adversa sobre as demonstrações contábeis". São Paulo, 5 de agosto de 2015.

Grant Thornton Auditores Independentes – CRC 2SP 025.583/O-1
Octavio Zampirollo Neto – Contador CRC 1SP 289.095/O-3

---

2 milhões não acessaram cartão do Enem

Divulgação

Ministro da Educação, Aloizio Mercadante.

São Paulo - Cerca de 2 milhões de candidatos ainda não acessaram o cartão de participação do Enem, de acordo com dados divulgados na sexta-feira (16), pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante. Até o fim da manhã, 5.571.491 pessoas haviam entrado no site para verificar o cartão, o equivalente a 71,92% dos inscritos (7 746.285).

"Não deixe para a última hora", aconselhou Mercadante. "O ideal é que o participante imprima o cartão, leve para prova e, sobretudo, faça o percurso dias antes, para saber o tempo do itinerário", completou. Neste ano, o cartão não será entregue pelo correio. A única forma de acessá-lo será pela internet. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a medida trouxe uma economia de R$ 46 milhões.

O sistema deste ano de segurança será mais rigoroso. O diretor geral da Polícia Federal, Leonardo Daielo, afirmou equipes de inteligência fizeram um cruzamento de dados dos candidatos, para identificar riscos de fraude. A análise foi feita com base em tentativas de burlar a prova, identificadas em anos anteriores. Situações de risco, de acordo com ele, estão sendo acompanhadas por equipes de segurança. O diretor da PF não informou quantos pontos de risco foram identificados.

"Tentem e serão pegos", disse Mercadante. "E pagarão pelo que fizerem", completou. "Estamos extremamente atentos porque o exame tem de respeitar o mérito". O exame ocorre no próximo final de semana, dias 24 e 25. O Enem será realizado em 1.1723 cidades em 211.980 salas. Todos os locais de prova, incluindo os banheiros, terão detectores de metais (AE).

Greve tem adesão de 60 mil bancários

São Paulo - No 11º dia de duração, a greve dos bancários registrou na sexta-feira (16), a adesão de 60 mil trabalhadores e a suspensão das atividades em 828 locais de trabalho, sendo 804 agências e 24 centros administrativos, aponta balanço do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, o maior da categoria no País.

Os bancários pedem reajuste salarial de 16% (reposição da inflação mais aumento real de 5,6%), vale-refeição e vale-alimentação no valor de um salário mínimo (R$ 788) e manutenção do emprego. Hoje, o vale-refeição é de R$ 572 e o vale-alimentação, de R$ 431,16.

A Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) propõe reajuste de 5,5% - projeção de inflação calculada pela entidade para os próximos 12 meses - e abono de R$ 2,5 mil. Os bancos não fazem nova proposta há 21 dias. A greve começou na terça-feira da semana passada, após cinco rodadas de negociações sem sucesso (AE).

Empresas & Negócios

netjen@netjen.com.br

www.netjen.com.br

Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para

Tel: 3106-4171

MAXMOL METALÚRGICA LTDA, torna público que recebeu da **CETESB**/ Guarulhos a Renov. da Licença de Operação N° 15007729 válida até 17/09/2019, para Fabricação de Artefatos de trefilados, n.e., - (exceto prod. padronizados), sito à Avenida Rotary, 56 - Vila São João - Guarulhos/SP.

ANCOR PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ACONDICIONAMENTO EM EMBALAGENS LTDA.- EPP, torna público que solicitou á **CETESB**/ Osasco a Renov. da Lic. de Operação para Fabr. de outros produtos derivados de petróleo, exceto produtos de refino, sito à Via de acesso João de Góes, s/nº Jd. Alvorada – Jandira/SP.

Siliplastic Indústria e Comércio Eireli - EPP torna público que recebeu da **CETESB** a Licença Prévia nº 45001493 e requereu a Licença de Instalação, para recuperação de materiais plásticos descartados, à R. Álvaro do Vale, 126, Ipiranga, SP.

Empresas & Negócios

Fotos: Divulgação/Imagens: Reprodução

Pequeno agricultor minimiza efeito do agrotóxico à saúde

Os produtores da agricultura familiar entendem os agrotóxicos como "veneno" para o combate às pragas no campo, mas minimizam seus efeitos sobre o seu próprio corpo e nem sempre seguem as regras da correta utilização do Equipamento de Proteção Individual (EPI). É o que aponta uma pesquisa do Núcleo de Apoio à Pesquisa do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, sediado na Faculdade de Filosofia da USP

Hérika Dias/Agência USP de Notícias

"Percebemos que falta um trabalho educacional das associações e cooperativas e do serviço de extensão rural oficial das secretarias da Agricultura, tanto estadual quando municipal, de ir ao campo e ensinar como se utiliza corretamente o agrotóxico, as implicações do uso desse produto para a saúde do trabalhador, a possibilidade de contaminação das águas e solos", avalia Maria Helena Rocha Antuniassi, pesquisadora do Ceru e autora da pesquisa juntamente com o professor Luis Carlos Ferreira de Almeida, da Unesp em Registro.

O estudo Representação e práticas de utilização de produtos agroquímicos na pequena agricultura familiar do Vale do Ribeira foi realizado entre 2013 e 2014, nas cidades Registro, Itapeva, Ribeirão Branco, Pilar do Sul, Cananéia, Apiaí, Guapiara, Capão Bonito, Jacupiranga e São Miguel Arcanjo.

Falta um trabalho educacional para ensinar o uso correto dos agrotóxicos.

"Selecionamos o Vale do Ribeira porque a agricultura familiar tem grande relevância na região, além disso, grande parte desses municípios possuem os menores índices de desenvolvimento humano (IDH) no Estado de São Paulo, com alto índice de analfabetismo, condições precárias de habitação, falta de infraestrutura em saneamento básico, etc.", informa Maria Helena.

A proposta da pesquisa experimental teve dois objetivos: fazer um trabalho educacional para difundir conceitos e práticas sobre saúde do trabalhador, como a correta utilização do EPI e preservação do meio ambiente, além de pesquisa sociológica para conhecer a representação que os agricultores têm sobre os produtos agroquímicos.

Os pesquisadores promoveram encontros com os agricultores em cada cidade. No total, participaram 123 pessoas. Nas reuniões, foi distribuído um questionário com 15 perguntas sobre conceitos de intoxicações crônica e aguda por agrotóxico, uso, período de carência, transporte e armazenamento, uso de equipamento de proteção individual (EPI), destino das embalagens e técnicas de aplicação.

Em relação à intoxicação, foram feitos dois questionamentos. Dos entrevistados, 55% disseram não saber a resposta sobre o questionamento "a exposição a uma grande quantidade de agrotóxicos em curto espaço de tempo causa uma intoxicação?" e 26,8% deles responderam incorretamente. Sobre o questionamento se a exposição em pequenas quantidades de agrotóxicos em um longo de tempo causa uma intoxicação, 50% não sabiam a resposta e 22,8% informaram a resposta errada.

Após a aplicação das 15 perguntas do questionário, os pesquisadores realizavam uma palestra para demonstrar o uso correto do EPI. Depois disso, novamente um questionário era aplicado. "O nível de acerto melhorou após a apresentação das palestras. A diferença das médias para todas as questões entre os dois momentos foi de 9,18 acertos, no primeiro momento, para 10,63 acertos no segundo momento", contabiliza Maria Helena.

De acordo com a pesquisadora, em conversas com os agricultores, eles denominavam o agrotóxico como um 'veneno' para as pragas da agricultura. "Eles sabem que os produtos agroquímicos são veneno, mas eles não têm a noção exata de como essas substâncias podem afetar sua saúde, ainda não há uma clareza suficiente para os agricultores que esses produtos são também um veneno para ele e por isso a importância de se proteger com o EPI".

Maria Helena reforça a necessidade do trabalho educacional de extensão rural "para informar os pequenos produtores da agricultura familiar sobre a correta utilização dos produtos agroquímicos de forma a preservar a saúde deles e evitar o risco de contaminação do meio ambiente pelo uso inadequado".

Sangue de cordão umbilical: como e quando doar?

Conheça as aplicações terapêuticas deste material genético e a importância da sua coleta e armazenamento

O cordão umbilical, que une o feto à placenta da mãe, é responsável pela nutrição e oxigenação do bebê durante a gestação. Após o parto, ele não é mais necessário para o desenvolvimento da criança, mas você sabia que o sangue que permanece na placenta e na veia umbilical pode salvar vidas? Pois é, o sangue que é descartado pode ajudar quem sofre de doenças hematológicas, como Leucemia e Mielodisplasias.

A utilização do sangue do cordão apresenta resultados clínicos relevantes. Segundo o médico hematologista da Criogênesis, Dr. Nelson Tatsui, o sangue do cordão umbilical, assim como a medula óssea, é rico em células-tronco, que podem originar diversos tipos de tecidos. "As células-tronco são células "mães", capazes de criar os componentes principais do sangue humano e do sistema imunológico do corpo. A partir dessas células, formam-se glóbulos vermelhos, que levam o oxigênio aos tecidos, glóbulos brancos, que combatem infecções, e plaquetas, que atuam na coagulação", afirma.

O material coletado também pode ser utilizado para o tratamento de mais de 80 tipos de doenças, como Talassemia e Linfomas. "Outras doenças como Diabetes Tipo 1, doenças neurológicas e, até mesmo, a Aids, são objetos de estudos e, em um futuro próximo, poderemos ter descobertas importantes para a prevenção e tratamento de inúmeras doenças", explica o médico.

Como funciona a coleta

O momento do nascimento é a única oportunidade para a coleta das células-tronco do cordão umbilical e este procedimento deve ser incluído nos preparativos que antecedem a chegada do bebê. De acordo com o Dr. Tatsui o procedimento é rápido, leva em torno de cinco minutos, é indolor e não apresenta nenhum risco para a mãe ou para o bebê. "A drenagem do sangue do cordão umbilical é realizada por meio de uma punção com agulha na veia umbilical e seu acondicionamento se dá em uma bolsa contendo anticoagulante e nutrientes", informa o médico.

Já o tempo de transporte entre a coleta e o processamento deve ser de no máximo de 48 horas. "Depois, as células-tronco são separadas em um laboratório e podem ser armazenadas por muitos anos em tanques refrigerados com nitrogênio, a uma temperatura próxima de -190°C", explica o Dr. Tatsui. "Há relatos de unidades congeladas há aproximadamente 23 anos, que demonstram viabilidade celular adequada", complementa.

O sucesso da técnica é comprovado em vários procedimentos há pelo menos 30 anos. Desde 1988, já foram realizados mais de 15 mil transplantes de sangue de cordão umbilical, tratando mais de 80 doenças. No Brasil, assim como em todo o mundo, centros de pesquisa desenvolvem constantemente estudos de ponta sobre células-tronco, o que tem colocado o país no caminho certo para a obtenção de bons resultados clínicos.

Como funciona o armazenamento no Brasil

Atualmente existem dois sistemas de armazenamento de sangue de cordão umbilical no país: o público e o privado. No caso da contratação do serviço por meio do sistema privado, o armazenamento é pago, ficando assim, o material genético disponível para uso exclusivo do próprio bebê ou da família.

No caso de doação para o sistema público, a unidade fica armazenada em um dos bancos públicos da rede BrasilCord à espera de um paciente compatível. Nesse caso, a família não poderá reivindicar o sangue de cordão doado.

Fonte e mais informações em (www.criogenesis.com.br).

Estação 45

Almoço
Segunda a Sábado
das 11h30 às 15h
Nosso Bufê possui grande variedade de saladas, frutas e os mais deliciosos pratos quentes e frios.

Música ao vivo
aos Sábados

Noite
Quarta a Domingo
a partir das 18h
Divirta-se com seus amigos em nosso Happy hour ou traga sua família para experimentar uma de nossas massas ou pizzas mais saborosas da região.

Delivery
(quarta a domingo, das 18h às 23h30)
5575-9224 / 5571-3369

Rua Dr. Neto de Araújo, 45 - Vila Mariana
www.estacao45.com.br

Inovar em ferramentas e serviços é fundamental para manter o cliente

Robson Costa (*)

Fugir da telefonia convencional não é apenas um caminho, e sim inovar nos serviços oferecidos

Recentemente, a Anatel vem tomando providências para regulamentar os preços abusivos da telefonia fixa e móvel no Brasil. No primeiro semestre deste ano, ela aprovou uma redução de 22% nas ligações de telefone fixo para móvel e vem desde então, realizando inúmeras mudanças na funcionalidade das principais operadoras do país.

Em tempos instáveis como o que vivemos atualmente, não é de se admirar que as empresas estejam um tanto preocupadas, pois se por um lado isso pode aumentar o fluxo da demanda, por outro está barateando as chamadas, assim diminuindo o seu lucro mensal. Por isso, é essencial que enquanto as demais companhias pensem no termo "economia", as empresas de telefonia se foquem em inovação.

Isso é, não apenas focar em tornar mais caro um produto ou serviço, mas oferecer ao cliente algo de qualidade e tecnologia de ponta para que ele se mantenha na casa plenamente satisfeito. E claro, oferecer a esse mesmo cliente, um algo a mais, um diferencial. Pensando nisso, o ideal é ter planos competitivos com ferramentas inovadoras que garantam a redução de custos para as empresas.

Um serviço como o PABX Asterix, por exemplo, onde é possível centralizar todas as ligações como se fossem o mesmo ramal interno, ou seja, poder ligar para filiais e unidades de outros estados e cidades sem se preocupar com o DDD; O Faxmail que envia o fax recebido diretamente para o seu e-mail, sem a necessidade de impressão e reduzindo custos com cartuchos e papéis; ou ferramentas como o Clicou Falou, onde o usuário possa solicitar uma ligação direta com a sua empresa através de um simples clique.

É importante poder oferecer ao cliente o máximo de benefícios para que ele não pense duas vezes antes de trocar de telefonia e atendê-lo prontamente em caso de problemas. Há opção de prestar consultorias, que através das experiências de redução de custos, remanejamento de estruturas e negociações com operadoras, permitem que o seu cliente se sinta seguro ao se deparar com grandes mudanças e onde sua empresa possa auxiliá-lo de forma eficiente e sem burocracia.

Vivemos em tempos de crise em uma área que é duramente criticada por usuários e órgãos, onde não é apenas importante conquistar novos clientes, mas saber manter aqueles que fazem o nome de sua empresa diariamente ao longo dos anos.

(*) É diretor do Grupo Encanto Telecom.

News @TI

Compre um e leve dois

@A FileMaker Inc, lança uma promoção mundial para suas plataformas de desenvolvimento de apps FileMaker Pro 14 e Pro 14 Advanced. A promo Compre Um e Leve Dois vale até 18 de dezembro deste ano e dá direito a uma segunda cópia gratuita, para presentear um amigo ou colega da área de desenvolvimento. Na prática, equivale a um belo desconto de 50% - o preço de tabela do Pro 14 é de US$ 376, e do Pro 14 Advanced, de US$ 626. O endereço para adquirir os programas com desconto é https://goo.gl/n8HT8q.

Plataforma realiza gestão de redes virtuais

@A ISPM, líder em software de gerenciamento e monitoração de serviços de telecomunicações e TI na América Latina, aprimorou sua plataforma de gestão de níveis de serviços – Netvision, para suprir as necessidades das operadoras de telecom em gerenciar ambientes híbridos com infraestruturas de rede legadas e as novas redes baseadas em SDN (Software Defined Network). Agora, a plataforma NetVision oferece uma gestão integrada de falhas, performance, service desk e SLA numa única ferramenta, com pleno suporte para gestão completa de redes SDN em ambientes híbridos. Com uma solução modular, a solução da ISPM elimina eventuais falhas no processo de gestão de redes que surgem a partir da implementação de novas tecnologias (www.ispm.com.br).

OTC Brasil 2015 acontece de 27 a 29 deste mês

@Entre 27 e 29 de Outubro, o Rio de Janeiro sediará a OTC Brasil 2015, um dos eventos mais importantes da indústria de petróleo e gás no mundo. Realizada pela terceira vez no país, a conferência tem como chairman João Carlos de Luca, do IBP, e Orlando Ribeiro, da Petrobras, além de Fernando Frimm, da GustoMSC, como vice-chairman. Com o tema "O Atlântico: de Leste a Oeste - Um Oceano de Inovação", o evento deste ano irá abordar temas ligados à exploração e desenvolvimento de campos, relacionados à geologia e tecnologias subsea, drilling, estruturas flutuantes e submarinas avançadas de produção, com destaque para as aplicações no pré-sal e ênfase na segurança e eficiência (www.otcbrasil.org).

Mercado de tablets cai 35% no segundo trimestre de 2015

@A IDC Brasil anuncia os dados consolidados do mercado de tablets no Brasil no segundo trimestre de 2015. Segundo o estudo - IDC Brazil Tablets Tracker Q2 entre os meses de abril e junho de 2015 foram vendidos 1.271 milhão de tablets no país, sendo que aproximadamente 34 mil são notebooks com tela destacável, que são contabilizados nesta categoria. O volume representa uma queda de 35% na comparação com o mesmo período de 2014 e de 29% quando comparado ao primeiro trimestre de 2015. Foram vendidos 401 mil tablets em abril, 421 mil em maio e 446 mil em junho. Com estes números, o mercado brasileiro representa 3% do total de vendas no mundo e encerra o segundo trimestre de 2015 na 8ª posição no ranking mundial. Em relação ao ticket médio, 68% dos produtos vendidos custam até R$ 500 (http://twitter.com/idcbrasil).

Aumenta a procura por software de gestão

@Uma pesquisa realizada em Portugal revelou que 98% das empresas já utilizam software de gestão no dia a dia. O país que está se reerguendo, aos poucos, de uma crise econômica, vem recorrendo a essas plataformas para driblar os problemas financeiros e se restabelecer de novo no mercado. Essa pesquisa foi realizada com mais de 200 empresas portuguesas envolvendo diversos setores do mercado. Os entrevistados revelaram que com a instalação do sistema, houve melhora na competitividade e no crescimento comparados aos outros meses, além de elevar o lucro e diminuir os gastos da empresa. No Brasil, o número de empresas que trabalham com os softwares de gestão é grande, mas ainda não se compara com a porcentagem do país europeu. Os empresários brasileiros ainda não se adequaram com a novidade e acreditam no potencial de um sistema ultrapassado. Pensando na melhor forma de ajudar os empresários, a GDR7 desenvolveu um software de gestão que auxiliar os empresários na hora de administrar as empresas (www.gdr7.com.br).

Não existe "caixa mágica" na segurança da TI

Nos últimos anos, observamos o crescimento exponencial de ataques virtuais. Esses ataques, diferente do que muitos imaginam, não são praticados por "nerds" de computador exibindo seus conhecimentos, mas sim por empresas e quadrilhas extremamente capacitadas e profissionalizadas

Deyvid Sousa (*)

Poucos executivos possuem conhecimento, mas é possível encomendar ataques de negação de serviços, resgate de dados, vírus, malwares, etc., desenvolvidos especificamente com os mais variados objetivos e motivações para o ambiente de uma única empresa.

O crime digital organizado, inclusive possui opções de acordo com os objetivos, por exemplo, é possível comprar uma lista de números de cartões de crédito válidos que possuem seu preço baseado no limite do cartão. Outro grupo é especializado em receber mercadorias ou converter o produto da fraude em dinheiro, outros se especializam em lavar o dinheiro de fraudes e não para por aí. Existe um mercado (demanda e mercadoria), altamente organizado, desenvolvido e em plena atividade.

Dessa forma a pergunta que os executivos passaram a ter de responder não é mais relativa ao "se" a organização "for" atacada e comprometida, mas "quando", "onde" e "quais" dados foram comprometidos e as medidas tomadas.

No Brasil, diferente de mercados mais maduros e regulados, onde as organizações são obrigadas a divulgar publicamente quando e como, sua segurança foi comprometida, boa parte dos executivos ainda encara isto como uma realidade distante. Algo que nunca acontecerá com a sua empresa e que ocorrendo poderá facilmente ser contornado. Não faz parte da cultura de muitos desses executivos se envolver na estratégia e na tomada de decisão referente à área de Segurança da Tecnologia da Informação.

Contudo, aos poucos, esta realidade está mudando. Cada vez mais os altos executivos estão sendo cobrados pelo seu envolvimento no ambiente da segurança da informação. A razão para esta nova postura é bem simples: são eles que representam a imagem da empresa. Uma vez que a imagem da companhia é comprometida, quem deverá se posicionar para reverter isto serão os próprios executivos, fornecendo respostas e ações satisfatórias para o mercado, clientes, acionistas e muitas vezes os próprios funcionários.

Mesmo que o executivo não tenha que vir a público assumir uma falha de segurança e todos os desdobramentos relativos, ainda assim é necessário explicar satisfatoriamente para os clientes e acionistas o motivo pelo qual o site de comercio eletrônico ficou fora do ar por várias horas em plena Black Friday, ou por que clientes não puderam pagar suas contas, por que o site do Internet Banking estava indisponível, ou ainda obrigar um tribunal a aumentar o prazo de todos os processos porque um advogado não conseguiu protocolar uma petição on-line.

Vejamos o resumo de alguns casos que podem exemplificar o impacto dos vazamentos de dados sigilosos.

Ashley Madison – O caso mais recente de 2015. Os hackers chamados de Impact Team roubaram informações de usuários cadastrados no site de relacionamento extraconjugal, Ashley Madison, e publicaram na Internet. Inicialmente, o resultado desta ação culminou com a queda de seu CEO, seis processos vindos dos Estados Unidos e dois do Canadá. A previsão é que esse número aumente vertiginosamente, visto que o site possui cerca de 40 milhões de usuários, e seja gerada uma grande onda de processos atrás de indenizações.

VIRUS
TROJAN
SPAM
HACKER
TROJAN
SPAM
WORM
TROJAN
WORM
TROJAN
HACKER
SPAM
TROJAN
Login

Sony Pictures – Hackers compartilharam 1 TB de supostos 100 TB de arquivos roubados. Entre as informações, estavam conteúdos sigilosos de filmes que seriam lançados, conversas entre executivos, além de fortes críticas a alguns atores. O Wall Street Journal estipula que o ataque pode custar mais de USD $100 milhões à Sony.

Target – Após um vazamento maciço de dados em 2013, que resultou na exposição de informações de mais de 40 milhões de cartões de crédito e débito, a Target Corp foi obrigada a desembolsar cerca de USD $67 milhões para reembolsar instituições financeiras, o que danificou a reputação do varejista com compradores e resultou em corte em vendas.

Em geral na ocorrência de incidentes como esses, poucas empresas conseguem entender o que realmente ocorreu e a falta de informação, obriga os executivos a procurar uma solução para o problema pontualmente. Nessa situação "emergencial" surgem as famosas "caixas mágicas". Produtos que prometem uma solução completa, integrada, líder de mercado, amplamente utilizada, resolvendo todos os problemas.

Realmente isso seria muito bom se fosse verdade, mas não se engane, isso não existe! Na realidade, diante de uma crise, o comportamento esperado dos executivos é calma, uma linha de estratégia estruturada e um plano de ação com medidas de curto, médio e longo prazo.

Pode parecer um raciocínio simplista, mas o executivo deve focar o time para responder algumas perguntas básicas:

- O que proteger?
- Por que proteger?
- Onde proteger?
- Como proteger?
- Como assegurar que permanecerá protegido?
- Como detectar, mitigar e reagir frente a um incidente de segurança?

Ao responder essas perguntas ficará claro para todos os envolvidos, qual a estratégia a ser seguida, aplicando de forma eficiente hardware, software e serviços onde realmente são necessários. Sendo possível acompanhar os resultados através de indicadores claros.

Mais do que isso, tornando esse processo contínuo, será formada e fortalecida uma cultura de segurança que deve permear toda a organização. Essas ações deixarão sua organização 100% protegida? A resposta é simples, NÃO! Mas, o deixará muito mais preparado para as ameaças atuais e as que ainda estão por vir.

Assim como não existe "caixa mágica" também não existe "segurança absoluta". É um processo contínuo de reflexão, aprendizado e investimentos.

(*) É gerente de alianças da unidade de segurança da Informação na CYLK há 14 anos no mercado de TI, formado pela FEI e MBA pelo INSPER, com passagem pela CISCO, ENTERASYS e JUNIPER.

Trabalho em equipe, com maior produtividade e sem sair de casa

Tecnologias de colaboração via áudio, web e videoconferência permitem um novo conceito de trabalho, sendo mais uma ferramenta no auxílio à mobilidade urbana.

A tecnologia cada vez mais transforma o mundo em uma grande plataforma mobile. Pedir uma pizza com um click de dentro do carro, chamar um táxi via aplicativo, ou até mesmo fazer compras no supermercado a caminho do trabalho já são serviços comuns. Com tantas possiblidades, todos nos perguntamos quando a tecnologia será capaz de solucionar aquele trânsito a caminho do trabalho ou de reuniões, ou aquela superlotação em transportes públicos que prejudica diariamente milhares de pessoas nas grandes cidades. A verdade é que essa realidade que parece futurista já existe. A adoção de ferramentas que permitem a comunicação remota e a colaboração entre pessoas, empresas, departamentos, parceiros, fornecedores, etc são cada vez mais comuns no cenário corporativo, diminuindo a necessidade de locomoção. Tecnologias de áudio web e videoconferência podem, por exemplo, permitir ao funcionário ter acesso a todas as ferramentas de trabalho de sua casa ou de qualquer outro local, possibilitando uma interação real entre equipes de colaboradores.

Essas novas formas de trabalho, comunicação, interação e colaboração podem racionalizar radicalmente o trânsito nas grandes cidades. Segundo uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, os moradores da cidade de São Paulo gastam em média duas horas e quarenta minutos no trânsito para o trabalho por dia, acumulando um déficit de 21 bilhões de dólares em horas de trabalho e gastos com combustíveis. Pensando nessas perdas e na necessidade de aumentar a produtividade, hoje muitas empresas já começam a implantar a perspectiva do home office como uma tendência crescente, transformando o conceito de trabalho, não necessariamente em um local, mas sim em uma ação que pode ser desenvolvida de qualquer outro lugar que seja interessante para o colaborador e também para a companhia. Da mesma forma, podemos pensar no uso de tecnologias de colaboração para a realização de treinamentos a distância, entrevistas de emprego pelas áreas de RH, comunicação com parceiros e fornecedores em cidades distintas, mais agilidade e comodidade para funcionários que realizam trabalhos de campo, etc. Tudo isso vai na linha de reinventar soluções para os problemas da mobilidade urbana, deixando no centro da discussão a qualidade de vida que queremos para o futuro das próximas gerações. Isso não é só discurso, mas sim uma necessidade real. Obviamente existem muitas barreiras culturais para que esse conceito se dissemine em larga escala, mas o caminho para a adoção de tecnologias capazes de melhorar a vida das pessoas é irreversível.

Para tornar este novo conceito de trabalho real, o uso combinado de tecnologias de colaboração, cloud computing e virtualização são necessários. Estando mais acessíveis do que nunca, este tipo de tecnologia chegou depois de um amadurecimento do mercado e investimentos locais em infraestrutura de rede. Hoje as ofertas de tecnologia de áudio, web e videoconferência vêm aumentando, diminuindo custos e melhorando o atendimento local. Já é muito mais barato investir em ferramentas de colaboração a distância do que se imagina, permitindo à empresa e funcionários uma nova forma de comunicação, a fim de melhorar o rendimento e a satisfação de ambos os lados. Isso representa um ganho para todos os lados envolvidos no cenário empresarial. Se por um lado o colaborador ganha em qualidade de vida, agilidade em seus processos de trabalho e aumento da sua produtividade, a empresa que adota este tipo de sistema torna sua comunicação mais eficiente, agiliza seus processos internos e aumenta o aproveitamento de tempo de seus funcionários. Além disso, a empresa pode ter alguns ganhos secundários, como economia com custos fixos (água, energia elétrica e afins) e com custos variáveis (viagens e deslocamentos).

Como papel de toda grande inovação, a tecnologia também deve melhorar o bem-estar social de todos, diminuindo o fluxo de pessoas que se deslocam diariamente dentro de grandes centros, permitindo assim uma qualidade de vida melhor a toda a sociedade urbana.

(Fonte: Luis Kazuo é country manager da Arkadin no Brasil)

Palestinos ateiam fogo a Túmulo de José na Cisjordânia

Um grupo de palestinos ateou fogo ao Túmulo de José, na cidade de Nablus, no Norte do território palestino ocupado da Cisjordânia, informou o Exército israelense

"Ao longo da noite, dezenas de palestinos atearam fogo ao Túmulo de José, em Nablus. Forças palestinas chegaram ao local, extinguiram as chamas e dispersaram os autores do incêndio. O Exército israelense fará as reparações necessárias para permitir aos fiéis visitarem o lugar sagrado", diz um comunicado militar.

O porta-voz do Exército, Peter Lerner, acrescentou que "a queima e a profanação do Túmulo de José é uma flagrante violação e uma contradição do valor básico da liberdade de culto". "As Forças de Defesa de Israel tomarão todas as medidas para levar os autores desse depreciável ato à Justiça, restaurar o lugar para que volte à condição prévia e garantir que a liberdade de culto seja restabelecida", destacou Lerner.

O túmulo do patriarca José é venerado há séculos por cristãos, judeus e muçulmanos. O Exército israelense retirou-se do local no início da Segunda Intifada (em setembro de 2000), que desde então ficou sob a responsabilidade da Autoridade Nacional Palestina (ANP). O mausoléu encontra-se na Zona A, onde a ANP tem pleno controle administrativo e de segurança, de acordo com a divisão territorial estabelecida nos Acordos de Oslo de 1993.

Twitter/Peter Lerner

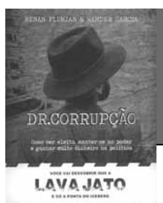
Cisjordânia - Túmulo de José em chamas.

Contudo, o Exército israelense supervisiona em coordenação com a ANP o acesso de fiéis judeus que pretendem orar no local onde se venera o bíblico patriarca mencionado no Antigo Testamento, cujas visitas são vistas por muitos palestinos como provocação. Segundo o jornal Haaretz, o ataque ocorreu quando centenas de jovens palestinos lançaram coquetéis-molotov e colocaram materiais inflamáveis no túmulo.

Trata-se do primeiro incidente violento da "sexta-feira da revolta", organizada por paçestinos para que a população manifeste e crie distúrbios. Estão previstos protestos para a Cisjordânia e Faixa de Gaza após a grande oração semanal muçulmana. A região enfrenta uma onda de violência há 15 dias que já resultou na morte de 33 palestinos e sete israelenses, na série de atentados, na maioria de palestinos contra israelenses. A onda de violência em Israel e nos territórios palestinos nas últimas duas semanas aumentado o receio de um terceiro levantamento popular palestino, depois dos de 1987-1993 e 2000-2005, que causaram milhares de mortos (Ag. Lusa).

Livros em Revista

Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterarioralph.com.br)

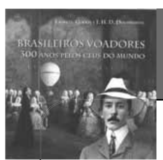


Dr. Corrupção: Como ser eleito, manter-se no poder e ganhar muito dinheiro na política

Renan Flumian e Wander Garcia **–** Artem Vivendi – Um professor que ensina, qualifica, pessoas com variadas origens, a entrar na prática da política partidária, com o único fito de se dar bem, enriquecer. Esse é o cenário, absolutamente factível, dessa obra de ficção, "pero no mucho". O relato e o desenrolar da "estória", conduzem o leitor à perplexidade, prendendo-o até a última página. As reações viajam entre a descrença a um total sabor de indignação, dada sua ilação à nossa realidade. Impactante.

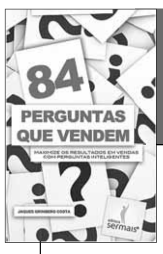
Implementando ERP: Principais passos para a aquisição e implementação de um sistema de gestão empresarial

Roberto Giuzio Junior e Simone Canuto – LCTE – Em momentos de crise, um bom sistema de gestão empresarial, pode ser a solução. É o que os autores propalam, oferecendo ensinamentos para um empreendedor, administrador ou gestor, levar avante sua empresa, em meio aos descalabros, econômico-financeiros e políticos que estamos atravessando,ao rumo certeiro, sem dores perdas e demissões. Necessário.



Brasileiros Voadores: 300 anos pelos céus do mundo

Laurete Godoy e Jorge Henrique Dumont Dodsworth **–** Taller – Titulo auto-explicativo, que desde Ícaro, nos revela personagens, em todo planeta, que despojadamente doaram-se para que suas idéias e ideais, fossem levados avante. Bravos seres que, naturalmente propiciaram abertura dos caminhos, para uma aviação com elevado nível de tecnologia e segurança, que hoje dispomos. Justa e histórica homenagem.



84 Perguntas que Vendem: O vendedor coach: Como transformar perguntas em vendas

Jaques Grinberg Costa **–** Ser Mais – Vendedor desde os 16 anos de idade, quando obteve o seu primeiro CNPJ, lastreou uma carreira de empresário vendedor de pleno sucesso. Mediante 84 inteligentes perguntas, extraídas da sua profunda experiência, incita o leitor a "mexer-se", eventualmente alterar paradigmas e focalizar a melhor maneira de abordar o cliente, em diversas situações, dando-lhe flexibilidade, boa postura e sagacidade eficaz. Realmente útil.

Quem vem Lá? Música e brincadeiras para o bebê

Margareth Darezzo – Bruno Nunes (Ilustr) – Melhoramentos – Educadora, psicóloga, compositora, arte-educadora e outras expertises atinentes, compôs 13 canções, voltadas para bebes de 0 a 3 anos de idade.Diversas atividades, adequadas a cada momento, para uma familiar, necessária e devida interação, que seguramente estimulará o senso cognitivo da criança. Suas letras e canções, dotadas de uma delicadeza extrema, levará ao prazer, o pequeno ser e adultos envolvidos. Delicadamente gostoso.

Perguntas e respostas

CIPA

1) O que significa a sigla CIPA?

CIPA significa Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

2) Qual o objetivo da CIPA?

A CIPA tem por objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar as atividades realizadas permanentemente compatíveis com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

3) A quem compete constituir a CIPA?

A CIPA deve ser constituída por estabelecimento, devendo mantê-la em regular funcionamento as empresas privadas, públicas, sociedades de economia mista, órgãos da administração direta e indireta, instituições beneficentes, associações recreativas, cooperativas, bem como outras instituições que admitam trabalhadores como empregados.

4) Como será composta a CIPA?

A CIPA será composta porrepresentantes do empregador e dos empregados, de acordo com o dimensionamento previsto no Quadro I da Norma Regulamentadora NR 5, ressalvadas as alterações disciplinadas em atos normativos para setores econômicos específicos.

Mais informações em: www.sage.com.br .

2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS - PROCESSO Nº 1038703-52.2015.8.26.0100. O MM. Juiz Auxiliar de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Marcelo Barbosa Sacramone, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) **AVANT MIDIAS E INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA**, CALÇADA FLOR DE LIS, 92, CONDOMINIO CENTRO COMERCIAL ALPHAVILLE - CEP 06453-062, SÃO PAULO-SP, CNPJ 10.808.122/0001-62, que lhe foi proposta uma **ação de Pedido de Falência** por parte de **SULINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL**, com fundamento no artigo 94, I, da Lei 11101/2009, dada a impontualidade no pagamento de nota promissória vencida e protestada, no valor de R$ 366.118,00. Estando a ré em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 10 dias, a fluir após os 20 dias supra, apresente defesa, podendo, nos termos do art. 98, parágrafo único da Lei 11.101/2005, depositar a quantia correspondente ao total do crédito reclamado, que deverá ser atualizado até a data do depósito com juros e correção monetária, acrescida de custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor do débito, sob pena de decretação da falência Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de setembro de 2015.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0118095-74.2009.8.26.0001 O MM. Juiz de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr. Marco Fábio Morsello, na forma da Lei etc. FAZ SABER a Gilmar Alves de Matos Rocha, CPF 075.740.628-97, RG 209214302, Casado, Brasileiro, Motorista, que lhes foi proposta uma ação de Procedimento Sumário por parte de Mafre Vera Cruz Seguradora S/A, objetivando o recebimento da quantia de R$ 35.500,00 (acrescido de juros e mora a partir da data do evento) referente ao contrato de seguro através da apólice nº 1732-0023753-01, na data de 14/08/2007. Considerando que os requerentes encontram-se em lugar ignorado, ficam os mesmos, por meio do presente edital, CITADOS para os termos e atos da ação proposta ficando advertido de que terão o prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, para pagar a quantia reclamada ou oferecer embargos, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, com a procedência da pretensão. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de abril de 2015. **16 e 17/10**

Proclamas de Casamentos

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
1º Subdistrito - da Sé
Geny de Jesus Macedo Morelli- Oficial

Faço saber que os seguintes pretendentes apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525, do Código Civil Atual Brasileiro e desejam se casar:

O pretendente: **EVERTON ROGER CIRINO DA SILVA,** nascido em São Paulo - SP, no dia 03/07/1991, estado civil solteiro, profissão autônomo, residente e domiciliado neste Subdistrito, São Paulo - SP, filho de Jose Antonio de Jesus da Silva e e Regina Aparecida Cirino. A pretendente: **SARA ADRIELLE DA COSTA,** nascida em São Paulo - SP, no dia 07/11/1990, estado civil solteira, profissão autônoma, residente e domiciliada neste Subdistrito, São Paulo - SP, filha de Clovis José da Costa e de Adriana Rodrigues da Costa. NIHIL

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da lei. Lavro o presente, para ser afixado no Oficial de Registro Civil e publicado na imprensa local Jornal Empresas & Negócios

---

Empresas & Negócios
netjen@netjen.com.br
www.netjen.com.br

Leiloeiros, utilizem nosso espaço para suas publicações Consulte sua agência de confiança, ou ligue para

3106-4171

Leilões

MILAN LEILÕES
LEILOEIROS OFICIAIS

Ford Motor Company Brasil Ltda. **E OUTROS COMITENTES**

APROX. 190 VEÍCULOS

VEÍCULOS DA FROTA DE SERVIÇO E DA DIRETORIA

DIA 16 DE OUTUBRO DE 2015 (SEXTA-FEIRA) ÀS 9:30 HORAS
LOCAL DO LEILÃO: RODOVIA RAPOSO TAVARES, KM 20 - SP.
VISITAÇÃO: DIAS 14 E 15 DE OUTUBRO (NO LOCAL DO LEILÃO) - DAS 8 ÀS 17 HORAS

CHASSIS CORRESP.: 9BFZH55J2F8134720 - 9BFZH54J7F8101486 - 9BFZH54J7F8117736 - 9BFZB55H8E8953843 - 61087 - 64013 - 8AFVZZFFCEJ187539 - 8AFVZZFFCEJ168429 - 8AFSZZFFCFJ254577 - 9BFZB55H2EB948346 - 8AFSZZFFCFJ239984 - 54326 - 9BFZH54J9F8117740 - 3FA6P0D90DR145050 - 3FA6POK90FR117030 - 86695 - 8AFVZZFFCEJ177429 - 8AFVZZFHCEJ213210 - 8AFVZZFFCEJ207497 - 9BFZD55P1FB756857 - 8AFVZZFFCEJ164187 - 8BFZH54J9F8131542 - 8AFVZZFFCEJ186143 - 9BFZD55PXGB828530 - 9BFZB55PXE8854612 - 9BFZB55H5F8994397 - 9BFZD55P1EB738292 - 8AFVZZFFCEJ207399 - 8AFVZZFFCEJ187555 - 3FA6P0D98FR100411 - 8AFVZZFFCEJ198091 - 8AFVZZFFCEJ198096 - 67122 - 8AFSZZFHCFJ252416 - 93W244K2392041053 - 95PJN81BPCB027713 - WDDFH3EW4BJ607247 - 8AFVZZFFCEJ161202 - 8AFSZZFHCFJ246035 - 9BFZF54P1C8203212 - 3FA6POD94ER395506 - 9BFZD55P9FB791601 - 8AFVZZFFCEJ207540 - 3FA6POK94FR106922 - 9BFZB55HXE8890874 - 8AFVZZFFCEJ171319 - 8AFVZZFFCEJ204478 - 3FA6P0D97ER369160 - 8AFSZZFRHGFJ237161 - 8AFVZZFFCEJ175132 - 8AFSZZFFCFJ246665 - 8AFAR23L6DJ113973 - 9BFZH54L9F8129078 - 3FA6POD99FR106511 - 93XJRKB8T9C910404 - 94779 - 8AFVZZFFCEJ183976 - 8AFVZZFFCEJ186144 - 8AFSZZFFCFJ238804 - 3FA6POD98DR135799 - 3FA6POK92ER309239 - 60990 - 3FA6POK95ER287091 - 9BFZB55PXD8767761 - 8AFVZZFFCEJ183972 - 3FA6P0K99ER324949 - 3FA6POHTOER324874 - 8AFAR23L7EJ251796 - 3FA6POD98ER294498 - 9BFZD55P1FB735099 - 3FA6PORU7ER309344 - 8AFVZZFFCEJ198093 - 9BFZB55HXFB985890 - 9BFZH54JXF8077345 - 9BFZD55J2GB828517 - 8AFAR23L7EJ228048 - 3FAHP0JA7AR369323 REM - 3FA6POHT6ER294649 - 8AFVZZFFCEJ184014 - 3FA6PORU7ER383475 - 3FA6POD99DR159335 REM - 9BFZD55P4EB654192 - 3FA6P0D91FR106731 - 9BFLF49P4FB000198 - 9BFZTBAA1EBL66293 - 9BFLF49P9FB000522 - 9BFYTA9A9DBL40646 - 9BFZTBAAXDBL53458 - 9BFZTBAA0DBL56031 - 9BFZTBAA6DBL40698 - 9BFZTBAA6DBL53411 - 69760 - 8AFAR23L3DJ063842 - 8AFAR21JXDJ100063 - 8AFVZZFFCEJ198078 - 33056 - WF0DXXTAFBTA77970 - 3FA6P0HT2ER369976 - 3FA6P0K99ER361693 - 9BFZD55P8DB649138 - 3FA6P0D95FR106716 - 9BFZD55P3FB828674 - 3FA6POK93ER309203 - 8AFAR23N8EJ146489 - 8AFVZZFFCEJ207419 - 8AFAR23L4DJ118508 - 9BFZD55P8GB841244 - 3FAHP08Z48R230028 - 8AFVZZFFCEJ164208 - 8AFVZZFFCEJ199128 - 9BFZF55P4E8111609 - 9BFZB55H1F8985874 - 9BFZF55P3E8111231 - 3FA6POD96ER369358 - 8AFVZZFFCEJ177413 - 8AFVZZFFCEJ161201 - 9BFZF55POEB11610 - 8AFVZZFFCEJ183994 - 8AFVZZFFCEJ167633 - 2FMDK3JC8EBA35098 REM - 8AFVZZFFCEJ183965 - 2FMDK3JC1DBC07633 REM - 3FA6P0D92ER152857 REM - 3FA6P0R01ER280150 - 9BFZF55PXE8111534 - 3FA6POD97ER302185 - 8AFVZZFFCEJ192671 - 3FA6POD90ER369422 - 8AFVZZFFCEJ191954 - 3FA6POD94DR150568 - 9BFZF55P7E8111653 - 3FA6P0K91ER361588 - 8AFVZZFFCEJ207386 - 9BFZD55P0EB678666 - 3FAHP0JA9AR385281 - 9BFZF55P2E8104268 - 8AFVZZFFCEJ209606 - 8AFVZZFFCEJ196555 - 9BFZD55J9FB750431 - 9BFZF55P8E8104100 - 3FAFDP4WJ6EM204681 - 8AFAR23L0FJ256453 - 8AFVZZFFCEJ207543 - 8AFVZZFFCEJ204264 - 8AFAR23L8EJ233629 - 8AFVZZFFCEJ207529 - 9BFZH55L9F8232774 - 8AFVZZFFCEJ173623 - 8AFVZZFFCEJ173627 - 9BFZF55P1E8111129 - 3FAHP0JA8AR222010 - 8AFVZZFFCEJ192670 - 8AFVZZFFCEJ179698 - 8AFVZZFFCEJ198079 - 8AFVZZFFCEJ186146 - 3FA6POK90FR120946 - 9BFZD55P1DB649269 - 8AFVZZFFCEJ182449 - 9BFZD55P6FB757129 - 17003 - 8AFFZZFHA9J161677 - 9BFZB55H2F8963642 - 3FA6POK90ER324919 - 8AFER13P8BJ354848 - 9BFZB55P5D8802206 - 8AFVZZFFCEJ179886 - 8AFVZZFFCEJ166474 - 3FA6POHT1ER369936 - 3FA6POD9XER369217 - 9BFZD55J7GB841232 - 9BFZTBAA6DBL56017 - 9BFYTA9A6DBL45366 - 9BFZTBAA0EBL63322 - 9BFZB55P7F8964874 - 9BFZD55P1FB828480 - 8AFVZZFFCEJ183961 - 8AFSZZFHCGJ317080 - 8AFSZZFFCGJ317041 - 8AFSZZFFCGJ317054 - 8AFVZZFFCEJ186147 - 09343 - 17069 - 8AFSZZFFCGJ317042 - 8AFSZZFHCGJ317070 - 8AFSZZFHCGJ317075 - 9BFBLZGDA7B645480 - 65529 - 3FAFP4EKSDM139220

INFS.: TEL.: (11) 3845-5599 RONALDO MILAN LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 266

Proclamas de Casamentos

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
10º Subdistrito - Belenzinho
Jesse Alves dos Santos - OFICIAL

Faço saber que os seguintes pretendentes apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525, do Código Civil Atual Brasileiro e desejam se casar:

O pretendente: **RODRIGO SANTOS,** estado civil solteiro, profissão advogado, nascido em Santo André (1º Subdistrito) SP, no dia 26/07/1984, residente e domiciliado neste Subdistrito, São Paulo - SP, filho de Milton Santos e de Eunice Alves dos Santos. A pretendente: **MARY AKEMY UEHARA HUAMANI,** estado civil solteira, profissão dentista, nascida em São Paulo - SP, no dia 29/07/1970, residente e domiciliada neste Subdistrito, São Paulo - SP, filha de Publio Justo Huamani Leon e de Cazuhe Uehara Huamani.R $ 35,00

O pretendente: **RENATO DA SILVA DE PAIVA,** estado civil solteiro, profissão turismólogo, nascido em São Paulo - SP, no dia 24/03/1990, residente e domiciliado neste Subdistrito, São Paulo - SP, filho de Aroldo Alexandre de Paiva e de Maria Aparecida Gomes da Silva de Paiva. A pretendente: **IZADORA CASTRO SOARES BENNATO,** estado civil solteira, profissão turismologa, nascida nesta Capital, Belenzinho - SP, no dia 29/11/1991, residente e domiciliada neste Subdistrito, São Paulo - SP, filha de Paulo Roberto Bennato e de Maria Aparecida de Castro Domingues Bennato. R$ 35,00

O pretendente: **CARLOS AUGUSTO DA SILVA,** estado civil viúvo, profissão ajudante de pedreiro, nascido em Cocal - PI, no dia 16/05/1963, residente e domiciliado neste Subdistrito, São Paulo - SP, filho de Raimunda Ferreira da Silva. A pretendente: **AURINEIDE DE SOUSA SANTOS,** estado civil solteira, profissão do lar, nascida em Itapirema - MA, no dia 23/01/1971, residente e domiciliada neste Subdistrito, São Paulo - SP, filha de Joaquim Geraldo Santos e de Maria de Jesus Souza Santos. R$ 35,00

O pretendente: **LU TSO WEI,** estado civil solteiro, profissão comerciante, nascido em Taiwan, China, no dia 09/05/1962, residente e domiciliado neste Subdistrito, São Paulo - SP, filho de Lu Jen Chun e de Lu Yang Tao Fen. A pretendente: **CHEN PO YING,** estado civil solteira, profissão comerciante, nascida em Fomorsa, Taiuan, na China, no dia 30/12/1962, residente e domiciliada neste Subdistrito, São Paulo - SP, filha de Chen Ta Pai e de Chen Wu Li Ching. R$ 35,00

O pretendente: **MARCOS DE SOUSA PAIVA,** estado civil divorciado, profissão porteiro, nascido em São Paulo - SP, no dia 28/08/1977, residente e domiciliado neste Subdistrito, São Paulo - SP, filho de Hilton Carlos Mesquita Paiva e de Simone de Sousa Paiva. A pretendente: **MAGDA LUZIA DOS SANTOS,** estado civil solteira, profissão universitária, nascida em Assaí - PR, no dia 22/10/1976, residente e domiciliada neste Subdistrito, São Paulo - SP, filha de Joani dos Santos e de Maria Lúcia dos Santos. NIHIL

O pretendente: **DERIK GILMAR APARECIDO RIBEIRO DE OLIVEIRA,** estado civil solteiro, profissão ajudante geral, nascido em São Roque - SP, no dia 26/11/1992, residente e domiciliado neste Subdistrito, São Paulo - SP, filho de Gilmar Pereira de Oliveira e de Rosangela Ribeiro Vital. A pretendente: **DANIELE MACIEL PEREIRA,** estado civil solteira, profissão atendente, nascida em São Roque - SP, no dia 27/02/1995, residente e domiciliada em Itapevi - SP, filha de Wagner Costa Pereira e de Roseli Maciel Pereira. NIHIL

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da lei. Lavro o presente, para ser afixado no Oficial de Registro Civil e publicado na imprensa local Jornal Empresas & Negócios

---

2ª Vara da Família e Sucessões – Regional Lapa. EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE ANA AUGUSTA SAVOIA GRISOLIA, REQUERIDO POR CARMINE GRISOLIA NETTO - PROCESSO Nº1000588-35.2015.8.26.0011. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr. Francisco de Assis Cricci, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 04/08/2015, foi decretada a **INTERDIÇÃO de ANA AUGUSTA SAVOIA GRISOLIA**, CPF 153.608.388-76, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como **CURADOR, em caráter DEFINITIVO, o Sr. Carmine Grisolia Netto**. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de setembro de 2015.

Empreender e viver no exterior são as prioridades do brasileiro

O empreendedorismo e a vivência no exterior são os dois tópicos de maior destaque entre as prioridades dos brasileiros para o futuro, conforme revela a pesquisa da FGV na 11a edição do Like the future

SOUTH ATLANTIC OCEAN
ARGENTINA

Reprodução

Apresentada por Fernando Meirelles, diretor da FGV-EAESP, a pesquisa, realizada com uma mostra de 290 pessoas, mostra que, de março para setembro, a situação atual do brasileiro mudou um pouco: houve um aumento de 2% na atuação em carreira executiva, atingindo 28% no total; e 2% no empreendedorismo, somando 60% dos entrevistados. Enquanto isso, se observou uma queda de 3% da participação em empresas familiares, de 12 para 9%.

Quando questionados sobre os próximos 10 anos, o número de aspiradores ao empreendedorismo sobe para 81%, um aumento de 5% quando comparado à pesquisa de março deste ano. Ao mesmo tempo, carreira executiva e empresa familiar perdem ainda mais adeptos, somando apenas 13% e 4%, respectivamente. A vivência no exterior é outro item que chama atenção na pesquisa como prioridade para os próximos anos, com um aumento de 6%, correspondendo por 14% das respostas.

Ao serem questionados sobre as dificuldades para empreender, a pesquisa aponta o ambiente favorável como o principal ponto, com 33%, aliado ao capital necessário, apontado por 29% dos entrevistados. Entre outros números, se mostrou ainda a que experiência (17%), capacitação (15%) e contatos (7%) não dificultam o momento de empreender. E, apesar da crise econômica, a crença é em um futuro melhor, como apontou 65% dos entrevistados.

A pesquisa, realizada em 30 de setembro, reforça também que a Educação é a área que mais precisa de melhorias (54%). Ao mesmo tempo em que a política foi indicado como um item relevante com um aumento de 26% para 31%, a infraestrutura baixou de 15% para 10%. Saúde e segurança que, na última pesquisa, somaram 3% dos votos, receberam o dobro (6%) este ano.

Ética no negócio sustentável

Marcus Nakagawa (*)

A ética ainda é uma prática necessária e viável nas empresas? Esta foi uma das perguntas que tive que responder a um dos meus alunos do MBA em uma das faculdades que dou aula

E, surpreendido, comecei a refletir o que poderia estar influenciando tanto uma pergunta como essa. Talvez isso aconteça por alguns dos principais executivos de grandes empreiteiras brasileiras estarem utilizando um novo adorno nos seus tornozelos, mostrando por meio de um GPS todos os seus movimentos, pois as ações anteriores fizeram alguns rombos e beneficiaram alguns políticos e grupos brasileiros.

Ou quem sabe por que uma das maiores empresas do Brasil está passando por processos no exterior por questões éticas, de suborno, propinas e facilitação de informação. Além do rombo para os cofres públicos do país. Ou até porque algumas empresas fornecedoras do Metro de São Paulo que tiveram que lidar com questões de facilitações e influências.

E até para aqueles mais desavisados destes acontecimentos, que preferem ficar longe de notícias do governo ou das empresas, e dedicam seu tempo ao entretenimento e futebol, estão sendo obrigados a ler sobre os escândalos de corrupção da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) que estão sendo feitas pelo departamento de justiça dos EUA. Não é nem mais no Brasil que estas empresas e pessoas estão sendo julgadas, já são problemas internacionais! A que ponto chegamos. Pois é, fica complicado ensinar sobre ética e sustentabilidade empresarial em momentos como este...

Por alguns momentos penso que, na verdade, não é uma epidemia de problemas éticos e de corrupção, mas sim uma avalanche de maior transparência por parte da mídia ou uma maior dificuldade de se esconder estes casos. Graças à internet, redes sociais, câmeras nos celulares, 3G / 4G, comunicação instantânea, enfim, todas as parafernálias eletrônicas e tecnológicas que nos deixam conectados e preparados para falar o que está errado, podemos gravar, filmar e fotografar o momento exato que não está no padrão ético, o que está indo contra a moral deste nosso grupo social.

Além deste lado pessoal e profissional, as empresas perdem muito com a falta de ética e a corrupção. O Centro de Estudos de Direito Econômico e Social (Cedes), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), por exemplo, mostrou que o Brasil deixou de produzir cerca de R$ 87 bilhões em 2014, no faturamento de uma das maiores empresas do país de energia e os seus agregados, graças aos problemas de falta de valores e ética.

Segundo os dados do Index de percepção de corrupção de 2014 da Tranparency International, o Brasil está como 69o menos corrupto em 2014, atrás de países como Uruguai (21o), Costa Rica (47o), Ruanda (55o) e Gana (61o), para citar alguns países da América Latina e do continente africano. A Dinamarca, Nova Zelândia e a Finlândia lideram as três primeiras posições. Vamos ver como será neste ano, quantas posições baixaremos mais.

Com certeza alguns destes indicadores acabam influenciando nas taxas de investimentos, empréstimos e câmbios internacionais. Algumas destas empresas com problemas éticos, inclusive acabaram saindo este ano dos índices de sustentabilidade de bolsas de valores como o Dow Jones Sustainability Index World (DJSI World) e, há alguns anos, do ISE (Índice de Sustentabilidade Emrpesarial) BM&F Bovespa. Ainda poderão voltar para estes índices depois que criarem suas melhorias na gestão da ética que afetam sua sustentabilidade.

E voltando a questão do início do texto, a resposta é sim. Vale sim a pena financeiramente a empresa ser ética e buscar a sua perenidade. A perda de dinheiro de companhias com estas questões é enorme e pode virar um "buraco negro". Por isso, para garantir este sistema ético, criam controles, comitês de ética, códigos de conduta e ética, disk denúncia, compliance officers etc.

Mas não podemos parar somente nestas ferramentas empresariais de aprimoramento ético, o que precisamos é deixar claro para estas próximas gerações o que é certo e errado na nossa sociedade. Talvez seja esta a dificuldade no momento. O discernimento no nosso dia a dia daquilo que é somente um "jeitinho" brasileiro ou uma convicção, ou senão uma lei que está em vigor no nosso país.

Uma frase que gosto de usar, do professor Mário Sérgio Cortella, diz: nem tudo que eu quero eu posso; nem tudo que eu posso eu devo; e nem tudo que eu devo eu quero. Você tem paz de espírito quando aquilo que você quer é ao mesmo tempo o que você pode e o que você deve. E você, será que está buscando esta paz de espírito?

(*) - É sócio-diretor da iSetor; professor da ESPM; idealizador e presidente do conselho deliberativo da Abraps; e palestrante sobre sustentabilidade, empreendedorismo e estilo de vida (www.marcusnakagawa.com).

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/MF n.º: 14.522.198/0001-88 - NIRE 35.300.414.063 - ("Tijoá" ou "Companhia")

Ata de Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de Abril de 2015

(Lavrada sob a forma de sumário de acordo com a autorização contida no parágrafo 1º do Artigo 130 da Lei 6.404/76)

1. Data, Hora e Local: Aos 30/04/2015, às 17:30 hs, na sede social da Companhia localizada na Rua Olimpíadas, nº 205, 14º, 142/143, sala K, na Cidade e Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Carlo Alberto Bottarelli; Secretária: Sra. Julia Caulliraux Martinelli. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: Matéria Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Externos Independentes, o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício; (iii) Reeleger os membros do Conselho Fiscal; (iv) Renúncia de membros do Conselho de Administração; (v) Eleição de membros para composição do Conselho de Administração; e (v) Reeleição de membros para composição do Conselho de Administração. Matéria Extraordinária: Deliberar sobre: (i) Aprovar a fixação da remuneração global dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia; (ii) Ratificar o aumento do capital social subscrito e integralizado da Companhia e consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; e (iii) Aprovar a mudança do endereço da sede da Companhia e consequente alteração do Artigo 2º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Por unanimidade e sem reservas, os acionistas deliberaram o que segue: Em Assembleia Ordinária: (i) Aprovar as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Externos Independentes, o Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31/12/2014, os quais foram colocados à disposição dos acionistas para consulta na sede social da Companhia; e ainda publicados, em conformidade com os prazos e demais disposições aplicáveis da Lei 6.404/76, na edição de 30/04/2015 no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas páginas 48 e 49 e no Jornal Empresas & Negócios, na edição de 30 de abril de 2015, na página 17; (ii) Aprovar a Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2014, no montante de R$ 1.412.459,41, conforme segue: (i) R$ 70.622,97 do lucro líquido do exercício, sejam destinados para a constituição da Reserva Legal, nos termos do Artigo 26º do Estatuto Social; (ii) R$ 49.714,48 sejam destinados para a compensação de prejuízos acumulados, nos termos do Artigo 189 da Lei das S.A.; (iii) R$ 335.459,11, correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício após a constituição da Reserva Legal, sejam destinados a Reserva Especial de Lucros, nos termos do Parágrafo 5º do Artigo 202 da Lei das S.A., com base no Orçamento de Capital elaborado pela Administração; (iv) R$ 956.662,85 sejam destinados para Reserva de Retenção de Lucros, nos termos do Artigo 196 da Lei das S.A.; (iii) Aprovar a reeleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, da seguinte forma: (i) Sra. Ana Paula dos Santos Pereira, brasileira, casada, contadora, portadora da carteira de identidade nº 073083-0, expedida pelo CRC/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 008.770.527-28, com endereço comercial na Rua Real Grandeza, nº 219, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como membro titular, e Sr. Rodrigo dos Santos Sirena, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade nº 10897516-0, expedida pelo SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 087.065.877-80, com endereço comercial na Rua Real Grandeza, nº 219, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente, (ii) Sr. Sergio Tadeu de Souza Pinto, brasileiro casado, contador, portador da certeira de identidade nº 065392-5, expedida pelo CRC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 738.686.207-53, com endereço comercial na Rua Real Grandeza, nº 219, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como membro titular, e Sr. Fernando da Cunha Loureiro, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 056429/0-8, expedida pelo CRC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 750.756.797-49, com endereço comercial na Rua Real Grandeza, nº 219, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente; e (iii) Sr. Bruno Shigueyoshi Oshiro, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.475.088-10, portador da carteira de identidade nº 17.589.821, expedida pelo SSP/SP, domiciliado na Rua Oswaldo Crus, nº 783, apartamento 123, São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, como membro titular, e Sr. Alberto Sammarone Silveira Lima, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 047.435.758-93, portador da carteira de identidade nº 13.393.979, expedida pelo SSP/SP, domiciliado à Avenida Doutor Altino Arantes, nº 826, apartamento 103, São Paulo, SP, como seu suplente, todos com mandato de 1 (um) ano, estendendo-se até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2016, permitida a reeleição. Os membros do Conselho Fiscal ora reeleitos, presentes a esta Assembleia, declaram não estar incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer atividade mercantil, tomando posse de seus cargos imediatamente, mediante assinatura de termo apartado, o qual será lavrado em livro próprio oportunamente. (iv) Aceitar a renúncia do Sr. Luiz Fernando Wolff de Carvalho, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 877.564 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 274.536.269-00, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, 205, conjunto 1402, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04551-000 do cargo de membro titular do Conselho de Administração. A Companhia agradece a contribuição e os relevantes serviços prestados pelo Sr. Luiz Fernando Wolff de Carvalho. (v) Aprovar a eleição do Sr. Luiz Alberto Küster, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 1.123.287, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.613.009-82, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, 205, conjunto 1402, Vila Olímpia, CEP 04551-000, como membro titular do Conselho de Administração, para o mandato que se encerrará em 30 de abril de 2016, estendendo-se até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2016, permitida a reeleição. O membro do Conselho de Administração ora eleito, presente a esta Assembleia, declara não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer atividade mercantil, tomando posse de seu cargo imediatamente, mediante assinatura de termo apartado, o qual será lavrado em livro próprio oportunamente. (vi) Aprovar a reeleição (i) do Sr. João Luiz Fontes de Almeida, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 3.164.443, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 384.079.307-68, com endereço comercial na Rua Real Grandeza, nº 219, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como membro titular do Conselho de Administração; e da Sra. Marina Mayo Germano Albernaz, brasileira, divorciada, arquiteta, portadora da carteira de identidade nº 05269074-0, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº839.893.907-91, com endereço comercial na Rua Real Grandeza, nº 219, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como sua suplente; (ii) Marise Grinstein, brasileira, casada, engenheira civil, portador da carteira de identidade nº 82505077-6, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 729950097-34, com endereço comercial na Rua Real Grandeza, nº 219, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22281-900, como membro titular do Conselho de Administração; e da Sra. Anamar Miranda Lacerda, brasileira, solteira, contadora, portadora da carteira de identidade nº 065718/0-9, expedida pelo CRC-RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 906.614.866-72, com endereço comercial na Rua Real Grandeza, nº 219, sala 305, bloco A, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como sua suplente; (iii) do Sr. Antônio Costa e Costa, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade nº 44251, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 467.270.007-00, com endereço comercial na Rua Real Grandeza, nº 219, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22281-900, como membro titular do Conselho de Administração; e do Sr. Ramon Rodrigues Vieira de Carvalho, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade nº MG 10.896.427, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.471.226-62, com endereço comercial na Rua Real Grandeza, nº 219, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente; (iv) do Sr. Carlos Henrique Scalco, brasileiro, casado, engenheiro civil, domiciliado em Curitiba/PR, na Rodovia BR 116, Km. 395, nº 2.651, CEP 82590-100, portador da Cédula de Identidade nº 1.361.199-8 SSP/PR e CPF nº 431.210.639-87, como membro titular do Conselho de Administração; e do Sr. Anderson Vitor Pereira Tonelli, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado em Curitiba/PR, na Rodovia BR 116, Km. 395, nº 2.651, CEP 82590-100, portador da Cédula de Identidade nº 50.228.813-9 SSP/SP e CPF nº 031.421.796-74, como seu suplente; (v) do Sr. Carlo Alberto Bottarelli, italiano, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade de estrangeiros RNE nº W031334-P-SE/DPMAF/DPF e inscrito no CPF/MF sob o nº 185.211.779-68, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, 205, conjunto 1402, Vila Olímpia, CEP 04551-000, como membro titular e Presidente do Conselho de Administração; e do Sr. Sandro Antônio de Lima, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG sob o nº. 15.258.444-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº. 061.867.548-55, como seu suplente; e (vi) do Sr. Luiz Eduardo Barros Manara, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 8.929.599 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 071.820.498-05, residente e domiciliado na SHIN QL 08, conjunto 06, casa 09, Brasília-DF, como suplente do Conselheiro Sr. Luiz Alberto Küster; todos para o mandato que se encerrará em 30/04/2016, estendendo-se até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2016, permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos, presentes a esta Assembleia, declaram não estar incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer atividade mercantil, tomando posse de seus cargos imediatamente, mediante assinatura de termo apartado, o qual será lavrado em livro próprio oportunamente. Desta forma, o Conselho de Administração da Companhia passa a ter a seguinte composição: - Carlo Alberto Bottarelli, italiano, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade de estrangeiros RNE nº W031334-P-SE/DPMAF/DPF e inscrito no CPF/MF sob o nº 185.211.779-68, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, 205, conjunto 1402, Vila Olímpia, CEP 04551-000, como membro titular e Presidente do Conselho de Administração; - Luiz Eduardo Barros Manara, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 8.929.599 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 071.820.498-05, residente e domiciliado na SHIN QL 08, conjunto 06, casa 09, Brasília-DF, como seu suplente; - Luiz Alberto Küster, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 1.123.287, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.613.009-82, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, 205, conjunto 1402, Vila Olímpia, CEP 04551-000, como membro titular do Conselho de Administração; - Sandro Antônio de Lima, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG sob o nº. 15.258.444-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº. 061.867.548-55, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, 205, conjunto 1402, Vila Olímpia, CEP 04551-000, como seu suplente; - Carlos Henrique Scalco, brasileiro, casado, engenheiro civil, domiciliado em Curitiba/PR, na Rodovia BR 116, Km. 395, nº 2.651, CEP 82590-100, portador da Cédula de Identidade nº 1.361.199-8 SSP/PR e CPF nº 431.210.639-87, como membro titular do Conselho de Administração; - Anderson Vitor Pereira Tonelli, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado em Curitiba/PR, na Rodovia BR 116, Km. 395, nº 2.651, CEP 82590-100, portador da Cédula de Identidade nº 50.228.813-9 SSP/SP e CPF nº 031.421.796-74, como seu suplente; - João Luiz Fontes de Almeida, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 3.164.443, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 384.079.307-68, com endereço comercial na Rua Real Grandeza, nº 219, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como membro titular do Conselho de Administração; - Marina Mayo Germano Albernaz, brasileira, divorciada, arquiteta, portadora da carteira de identidade nº 05269074-0, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº839.893.907-91, com endereço comercial na Rua Real Grandeza, nº 219, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como sua suplente; - Marise Grinstein, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da carteira de identidade nº 82505077-6, expedida pelo IFP/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 729950097-34, com endereço comercial na Rua Real Grandeza, nº 219, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22281-900, como membro titular do Conselho de Administração; - Anamar Miranda Lacerda, brasileira, solteira, contadora, portadora da carteira de identidade nº 065718/0-9, expedida pelo CRC-RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 906.614.866-72, com endereço comercial na Rua Real Grandeza, nº 219, sala 305, bloco A, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como sua suplente; - Antônio Costa e Costa, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade nº 44251, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 467.270.007-00, com endereço comercial na Rua Real Grandeza, nº 219, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22281-900, como membro titular do Conselho de Administração; - Ramon Rodrigues Vieira de Carvalho, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade nº MG 10.896.427, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.471.226-62, com endereço comercial na Rua Real Grandeza, nº 219, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente. Em Assembleia Extraordinária: (i) Fixar o montante global anual da remuneração dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia no valor de até R$1.800.000,00, cuja destinação será dada pelo Conselho de Administração, sendo certo que, no que se refere à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, observar-se-á o disposto no parágrafo 3º do artigo162 da Lei das S.A.; (ii) Aprovar o aumento do capital social da Companhia em decorrência de aporte de créditos decorrentes de instrumentos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFACS, conforme previsto na tabela abaixo, bem como no boletim de subscrição anexo a presente: **Valor - Sócio.** R$ 5.638.700,00 - Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas. R$ 5.661.300,00 - Fundo de Investimento em Participações Constantinopla. (iii) Em decorrência das deliberações aprovadas nos termos acima, aprovou-se a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social autorizado é de R$ 600.000.000,00. O capital subscrito e integralizado é de R$ 11.301.000,00, representado por 11.301.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." (iv) Aprovar a mudança do endereço da sede da Companhia de Rua Olimpíadas, nº 205, sala "k", Condomínio Continental Square Faria Lima – Torre Comercial, conjunto 142/143, CEP 04551-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para Rodovia Euclides de Oliveira Figueiredo (Rodovia de Interligação SP-563 / SP-310), km 15, Cidade de Andradina, Estado de São Paulo, CEP 16.902-175. Em virtude desta deliberação, o Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de Andradina, Estado de São Paulo, na Rodovia Euclides de oliveira Figueiredo (Rodovia de Interligação SP-563 / SP-310), km 15, CEP 16.902-175, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, através de deliberação da Diretoria." (v) Por fim, decidiu-se que os demais artigos e parágrafos do Estatuto Social da Companhia não alterados nesta Assembleia permanecem inalterados. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem quisesse dela fazer uso e, como ninguém se manifestou, deu por encerrada a sessão, solicitando a lavratura da presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi por todos assinada. **7. Assinaturas:** Mesa: Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; Julia Caulliraux Martinelli – Secretária. Acionistas: Fundo de Investimento em Participações Constantinopla, neste ato representado pelos Srs. Eduardo de Abreu Borges e Francesco Domenico Martino e Furnas Centrais Elétricas S.A. – FURNAS, neste ato representada pelos Srs. Olga Cortes Rabelo Leão Simbalista e Nilmar Sisto Foletto. - São Paulo, 30/04/2015. Secretária - Julia Caulliraux Martinelli. **Tijoá Participações e Investimentos S.A. - ("Companhia" ou "Sociedade") - Estatuto Social -** Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º - A Sociedade é denominada Tijoá Participações e Investimentos S.A. e é regida por este Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor. Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de Andradina, Estado de São Paulo, na Rodovia Euclides de oliveira Figueiredo (Rodovia de Interligação SP-563 / SP-310), km 15, CEP 16.902-175, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, através de deliberação da Diretoria. Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social: (a) a exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no· rio Tiête, no Município de Pereira Barreto, no Estado de São Paulo, nas coordenadas referenciais de 20º41' latitude Sul e 51º19' longitude Oeste, denominado Usina Hidrelétrica Três Irmãos (UHE Três Irmãos), com potência instalada mínima de 807,5 MW, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito a Usina Hidrelétrica; (b) operação e manutenção das eclusas de Três Irmãos e do Canal Pereira Barreto; (c) estudar, planejar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição, e comércio de energia elétrica, bem como os serviços que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, podendo administrar e/ou incorporar outros sistemas, prestar serviços técnicos de sua especialidade, organizar subsidiárias, incorporar outras empresas e praticar os demais atos necessários a consecução dos seus objetivos. Artigo 4º - A Sociedade terá prazo de duração indeterminado. Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 5º - O capital social autorizado é de R$ 600.000.000,00. O capital subscrito e integralizado é de R$ 11.301.000,00, representado por 11.301.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo 1º - Cada ação ordinária dá direito a 1 voto nas deliberações da Assembleia Geral. Parágrafo 2º - A Sociedade, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite referido no "caput" deste artigo, emitindo, proporcionalmente, as ações correspondentes ao capital social. Parágrafo 3º - A Sociedade também poderá emitir debêntures não conversíveis e bônus de subscrição, nos termos previstos na legislação vigente. Parágrafo 4º - A Sociedade, nos termos da lei, poderá adquirir ações de sua emissão para cancelamento, manutenção em tesouraria ou posterior alienação, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as normas legais e demais disposições aplicáveis. Parágrafo 5º - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias. Capítulo III - Da Administração da Sociedade - Artigo 6º - São órgãos da administração da Sociedade: (i) - o Conselho de Administração; e (ii) - a Diretoria. Parágrafo 1º - Os membros da Diretoria e do Conselho de Administração tomarão posse nos 30 (trinta) dias subsequentes às suas eleições, mediante assinatura de Termo de Posse lavrado nos livros mantidos pela Sociedade para esse fim e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. Parágrafo 2º - A Assembleia Geral estabelecerá a remuneração anual global dos administradores, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza, cabendo ao Conselho de Administração à distribuição, entre seus membros e a Diretoria, da remuneração fixada. Artigo 7º- A administração da Sociedade terá por objetivo a maximização das receitas oriundas da exploração da concessão e o retorno do investimento feito pelas Acionistas, buscando sempre os maiores níveis de eficiência, produtividade e lucratividade. Seção I - Da Assembleia Geral - Artigo 8º - A Assembleia Geral dos Acionistas, convocada e instalada de acordo com a lei e o Estatuto, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. Artigo 9º - A Assembleia Geral será ordinária ou extraordinária. A Assembleia Geral Ordinária será realizada dentro dos 4 primeiros meses subsequentes ao fim do exercício social da Sociedade e a Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que houver interesse social, permitida a realização conjunta de ambas. Parágrafo 1º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente na forma da lei, a fim de: a) tomar as contas dos administradores relativas ao último exercício social; b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos; d) eleger os membros do Conselho Fiscal, na forma da lei; e e) eleger os membros do Conselho de Administração, na forma da lei. Parágrafo 2º - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente nas hipóteses de alteração do Estatuto Social e demais casos julgados necessários, observadas as disposições legais aplicáveis. Artigo 10 - A Assembleia Geral, salvo as exceções previstas na legislação em vigor e neste Estatuto Social, será convocada pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal ou Acionistas, na forma da lei. Artigo 11 - Os trabalhos da Assembleia Geral serão instalados e presididos por pessoa escolhida pelos Acionistas, sendo que o presidente da Assembleia Geral escolherá entre os presentes o secretário da Mesa. Artigo 12 - A Assembleia Geral se instalará conforme previsto em lei. Artigo 13 - As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos do capital social, salvo disposição em contrário estabelecida em lei e, ainda, nas hipóteses previstas nos parágrafos deste Artigo. Parágrafo 1º - As seguintes deliberações dependerão da aprovação pela unanimidade dos Acionistas com direito a voto: a) alterações no Estatuto Social quanto à composição do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Sociedade; b) fusão da Sociedade, sua incorporação por outra sociedade ou incorporação de outra sociedade ou de ações de outra sociedade pela Sociedade; e c) cisão da Sociedade ou a incorporação de todas as ações da Sociedade ao capital de outra sociedade. Parágrafo 2º - As seguintes deliberações dependerão da aprovação de 80% dos Acionistas com direito a voto: a) alterações do Estatuto Social, ressalvado o previsto na alínea "a" do Parágrafo Primeiro acima; b) participação em outras sociedades ou empreendimentos na qualidade de sócio ou acionista, parceiro em "joint venture" ou membro de consórcio; c) autorização aos administradores para confessar falência ou efetuar pedido de recuperação judicial e extrajudicial; d) aumento do capital social autorizado ou a redução do capital social; e) dissolução da Sociedade ou cessação do estado de liquidação; f) ratificação do plano de negócios da Sociedade e quaisquer atualizações que impliquem novos recursos acima de 10% dos recursos considerados no Plano de Investimento da Sociedade; g) definição e aprovação da política de distribuição de resultados da empresa, a qualquer título, observada a distribuição do mínimo legal e visando a maximização das receitas oriundas da prestação dos serviços e do retorno dos investimentos feitos pelos Acionistas, buscando sempre os maiores níveis de eficiência, produtividade e lucratividade, desde que não gere endividamento para a Sociedade; h) criação, emissão ou venda de quaisquer títulos de dívida pela Sociedade, não conversíveis em ações, incluindo a criação e emissão de debêntures, bônus de subscrição ou opções de compra, bem como o resgate ou conversão de ações e compra, resgate ou conversão de debêntures; i) a avaliação dos bens com que cada Acionista concorrerá para a formação do capital social, observadas as determinações legais; j) fixação do montante global anual da remuneração dos Administradores da Sociedade; k) aquisição das ações da Sociedade para permanência em tesouraria e sua posterior alienação ou cancelamento; l) constituição ou dissolução, pela Sociedade, de subsidiária; m) decisão a respeito de matéria(s) que não obtiver(am) o quórum necessário para aprovação no âmbito do Conselho de Administração. Artigo 14 - Aplicar-se-á o disposto na Lei 6.404/76, no tocante às matérias que dão direito de retirada ao acionista dissidente e à forma de reembolso do valor de suas ações, bem como os casos de resgate e amortização das ações. Parágrafo Único - Em caso de resgate ou amortização, todas as ações ordinárias terão o mesmo tratamento, observada a proporção da participação de cada acionista no capital. Artigo 15 - O reembolso a que se refere o artigo 14 acima será realizado por meio do valor patrimonial das ações da Sociedade. Seção II - Do Conselho de Administração - Artigo 16 – O Conselho de Administração será composto por no mínimo 6 e no máximo 8 membros efetivos e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 ano, admitida a reeleição por igual período. Parágrafo 1º - O Presidente do Conselho de Administração será eleito pela Assembleia Geral. Parágrafo 2° - Os honorários e demais vantagens dos membros do Conselho de Administração serão por eles fixados, observado o montante global anual determinado pela Assembleia Geral. Artigo 17 - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos respectivos cargos no prazo de 30 dias subsequentes às suas eleições, mediante assinatura do Termo de Posse, lavrado no Livro de Atas do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração são dispensados de prestação de garantia de gestão. Artigo 18 - Ocorrendo vaga, por qualquer motivo, no Conselho de Administração, será convocada a Assembleia Geral para eleição do substituto. Artigo 19 - O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos seus impedimentos temporários, por outro membro do Conselho de Administração indicado, por unanimidade, pelos demais Conselheiros. Artigo 20 - O Conselho de Administração reunir-se-á mensalmente e, extraordinariamente, sempre que julgado necessário, convocado pelo Presidente do Conselho ou por solicitação de qualquer de seus membros, mediante carta ou correspondência eletrônica com aviso de recebimento, endereçada ao local previamente indicado pelo conselheiro e enviada com antecedência mínima de 10 dias. Parágrafo 1º - Para fins deste Estatuto, será considerado presente o membro do Conselho de Administração que participar da reunião por meio de videoconferência, teleconferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita conversa entre pessoas em tempo real. Parágrafo 2º - O Conselho de Administração reunir-se-á em primeira convocação com a presença da totalidade dos seus membros e, em segunda convocação com qualquer número, e deliberará pelo voto da maioria absoluta dos membros em exercício, salvo no que se refere às matérias sujeitas a quórum superior nos termos de Acordo de Acionistas arquivado na sede da Sociedade. Parágrafo 3º - Compete ao Conselho de Administração, privativamente: a) aprovar a aquisição de imóveis; b) aprovar o Plano de Negócios, bem como suas atualizações; c) aprovar o encaminhamento para Assembleia de quaisquer atualizações do Plano de Investimento da Sociedade que impliquem investimento de novos recursos, superiores a 10% dos recursos considerados no orçamento inicial da Sociedade, elaborado pelas Acionistas da Sociedade para fins de participação do respectivo leilão; d) aprovar quaisquer atualizações do Plano de Investimento da Sociedade que impliquem aumento dos prazos do cronograma físico e/ou investimento de novos recursos, limitado a 10% dos recursos considerados no orçamento inicial da Sociedade, elaborado pelas Acionistas da Sociedade; e) aprovar orçamentos anuais de custeio e investimento da Sociedade, considerando: aportes, financiamentos, investimentos, despesas e o cronograma financeiro do exercício; f) autorizar a alienação, a promessa de alienação ou a oneração de bens do ativo permanente da Sociedade, em qualquer operação ou série de operações correlacionadas acima de 2% do patrimônio líquido da Sociedade, durante qualquer exercício fiscal; g) deliberar sobre a realização de investimentos ou quaisquer despesas de capital (inclusive aquisição, arrendamento, concessão de uso ou locação de bens imóveis, móveis e equipamentos do acervo operacional) que não estejam previstos no orçamento anual da Sociedade e que excedam os valores fixados na alínea "f", em uma operação ou em uma série de operações relacionadas; h) aprovar a contratação de empréstimos, financiamentos ou a constituição de dívidas para a Sociedade, inclusive a outorga de qualquer garantia (real ou fidejussória), observados os limites previstos na alínea "d". j) aprovar a assinatura de contratos acima do limite de R$ 1.000.000,00, em uma operação ou em uma série de operações relacionadas; k) eleger e destituir a Diretoria, determinando as áreas de atuação de cada Diretor; l) escolher e destituir os auditores independentes, se houver; m) aprovar as normas de procedimento para a administração da Sociedade; n) decidir a respeito das matérias as quais não obtiveram unanimidade nas deliberações da Diretoria; o) aprovar o aumento de capital social da Sociedade, nos prazos, valores e recursos necessários para a implantação da prestação dos serviços objeto da Sociedade a fazer frente às suas despesas, observados o limite do capital social autorizado; e p) quaisquer atos e/ou contratos a serem firmados entre a Sociedade e qualquer parte relacionada, sendo que o acionista envolvido será impedido de votar quando da deliberação de tal ato ou contratação, em razão de conflito de interesses. Parágrafo 4º - Serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas, as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros. Parágrafo 5º - Os valores indicados acima serão atualizados, a cada ano, pela variação do IPCA. Seção III - Diretoria - Artigo 21 - A Diretoria será composta de 2 a 4 Diretores, com poderes de gestão interna, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo. Parágrafo Único - A Diretoria da Sociedade será composta exclusivamente por profissionais de reconhecida capacidade gerencial e técnica nas suas respectivas áreas de atuação. Artigo 22 - O mandato dos membros da Diretoria será de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. Parágrafo Único - Os membros da Diretoria serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. Os membros da Diretoria são dispensados de prestação de garantia de gestão. Artigo 23 - Em caso de impedimento temporário, falta ou ocorrendo vaga no cargo de Diretor, a Assembleia Geral elegerá o substituto. Artigo 24- Compete à Diretoria, com estrita observância das disposições deste Estatuto Social e das resoluções das Assembleias Gerais de Acionistas: a) praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade; b) aprovar o regimento interno e os regulamentos da Sociedade; c) propor ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais da administração, as quais deverão pelo mesmo ser aprovadas; d) submeter ao Conselho de Administração proposta de aumento de capital e reforma do Estatuto Social; e) recomendar ao Conselho de Administração quanto à aquisição, alienação ou oneração de bens móveis ou imóveis, pertencentes ao patrimônio da Sociedade e captação de recursos, devendo implementar as decisões do Conselho de Administração relativas às matérias supramencionadas; f) apresentar ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras do exercício, os planos e orçamentos anuais e plurianuais, econômico-financeiros e de execução de obras; e g) fornecer aos acionistas as demonstrações financeiras trimestrais e anuais da companhia, auditadas por auditor independente. Parágrafo Único - Serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas as atas das reuniões da Diretoria que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros. Artigo 25 - À Diretoria caberá: I - a) prestar todas as informações e esclarecimentos sobre o andamento das atividades e/ou negócios da companhia à Assembleia Geral de Acionistas e ao Conselho de Administração; b) elaborar e propor ao Conselho de Administração o Orçamento da Companhia; c) responder pela administração geral, atuando para implementar o Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração; d) representar a Companhia junto aos acionistas, autoridades nacionais e internacionais, poderes concedentes, e o mercado em geral; e) atuar com elo de ligação entre a Assembleia Geral de Acionistas e as diferentes unidades da Companhia e de suas controladas; f) estruturar e dirigir todos os negócios da Companhia, de acordo com as diretrizes traçadas pela Assembleia Geral de Acionistas e pelo Conselho de Administração; g) zelar para que as demonstrações financeiras e os relatórios da Diretoria sejam tempestivamente elaboração e encaminhados a apreciação do Conselho de Administração; e h) prestar informações aos investidores. II – superintender a política geral da Sociedade fixada pela Assembleia Geral; b) responder pelo planejamento plurianual da sociedade e orientar a elaboração dos orçamentos da Sociedade quanto aos seus limites e condicionantes; c) coordenar o atendimento e as relações com os órgãos governamentais; d) responder pelas funções administrativa, de suprimentos, jurídica, informática, de patrimônio e de recursos humanos, estabelecendo suas diretrizes; e) administrar os recursos financeiros necessários à operação da Sociedade; e f) responder pelas funções de planejamento econômico, financeiro, controle e contabilidade; e III - a) responder pelo planejamento, engenharia, operação e manutenção dos serviços a serem prestados pela Sociedade; b) responder pelo gerenciamento técnico, ambiental e tecnológico; c) responder pelo controle de qualidade; e d) demais atividades técnicas relacionadas à prestação de serviços pela Sociedade. Parágrafo Único - Além de exercer os poderes conferidos pelo presente Estatuto Social, competem a qualquer membro da Diretoria as atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. Artigo 26 - A Diretoria reunir-se-á por convocação de qualquer um dos Diretores e deliberará por unanimidade de seus membros em exercício, sendo que as matérias sobre as quais a Diretoria não chegar a um consenso estarão sujeitas à deliberação do Conselho de Administração. Artigo 27- Observado o disposto no parágrafo 1º deste artigo, a Sociedade será representada ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, sempre por, no mínimo, 2 (dois) Diretores, assinando em conjunto com poderes para, respeitados, sempre, os atos cuja deliberação dependa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, praticar todos os atos necessários ao funcionamento ordinário da Sociedade, tais como: a) realizar operações bancárias em geral, abrir e movimentar contas bancárias, emitir e endossar cheques, autorizar transferências, débitos e pagamentos; b) sacar e endossar duplicatas; c) representar a Sociedade junto a repartições e órgãos públicos dos governos federal, estaduais e municipais, inclusive suas autarquias; d) sacar, aceitar, emitir e endossar títulos de crédito de qualquer natureza; e) aprovar contratos de qualquer espécie, observado o limite estipulado no artigo 20, parágrafo 3º, (j); e f) constituir procuradores em nome da Sociedade. Parágrafo 1º - Quando a Diretoria for composta por 4 (quatro) Diretores, a representação da Sociedade se dará por 3 Diretores. Parágrafo 2º- A outorga de poderes pela Sociedade será realizada por 2, caso seja esse o número de Diretores em exercício, ou 3 (três) Diretores caso sejam 4 os Diretores em exercício, em conjunto, por meio de instrumentos de mandato, os quais vigorarão por prazo não superior a 12 meses, à exceção das procurações "ad judicia" Capítulo III - Exercício Social e Demonstrações Financeiras - Artigo 28 – O exercício social da Sociedade terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano. Artigo 29 – Ao final de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras, que serão encaminhadas à apreciação pelo Conselho de Administração, para posterior aprovação na Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação do lucro do exercício. Parágrafo Único – A Diretoria poderá levantar balanços semestrais ou trimestrais e submeter à Assembleia Geral de Acionistas o pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos à conta do lucro apurado no período, bem como o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária. Artigo 30 – Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. Artigo 31 – Do lucro líquido do exercício serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, 5% na constituição de Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. Em seguida, ainda do lucro líquido serão destacados, caso necessário, os valores destinados à formação de Reservas para Contingências e a de Lucros a Realizar, tudo consoante o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei 6.404/76. Artigo 32 – Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício será distribuído aos acionistas dividendos não inferiores a 25% . Parágrafo 1º- Os dividendos serão calculados e distribuídos proporcionalmente ao montante integralizado das ações. Parágrafo 2º- O pagamento de juros a título de remuneração de capital próprio poderá ser deduzido do montante de dividendos a pagar. Artigo 33 – A Assembleia Geral resolverá sobre o destino do saldo remanescente do lucro líquido do exercício. Seção IV - Do Conselho Fiscal Artigo 34 – A Sociedade terá um Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, que será instalado na forma da Lei e exercerá as atribuições impostas na forma da legislação e regulamentação em vigor. Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal será composto por 3 membros efetivos e respectivos suplentes eleitos em Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. O mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua eleição. Parágrafo 2º - Na hipótese de vacância ou impedimento de membro efetivo, convocar-se-á o respectivo suplente. Parágrafo 3º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por unanimidade de votos dos seus membros. Capítulo V - Liquidação - Artigo 35 – A Sociedade será liquidada nos casos previstos em lei, hipótese em que a Assembleia Geral determinará a forma de liquidação, nomeará o liquidante e fixará a sua remuneração. Capítulo VI - Juízo Arbitral - Artigo 36 - Este Estatuto será regido e interpretado de acordo com o ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil. Parágrafo 1º Os Acionistas envidarão seus melhores esforços para resolver de boa-fé, atendendo seus mútuos interesses, qualquer litígio, questão, dúvida ou divergência ("Conflito") relacionado direta ou indiretamente, total ou parcialmente a este Estatuto, a exemplo de Conflitos relacionados à sua existência, validade, eficácia, cumprimento ou descumprimento, no prazo de até 30 dias. Para essa finalidade, qualquer dos Acionistas poderá notificar os outros para comparecer a uma reunião na qual se tentará resolver Conflito por meio de discussões amigáveis e de boa-fé ("Notificação de Conflito"). Na reunião de que trata este artigo 30, deverão participar apenas representantes com poder de decisão de cada um dos Acionistas. Parágrafo 2º Findo o período de 30 dias após a entrega da Notificação de Conflito, sem que os Acionistas obtenham uma solução amigável e por escrito, o Conflito será resolvido por arbitragem, conforme disposto neste artigo. Qualquer Conflito poderá ser resolvido diretamente via arbitragem antes do término do referido prazo de 30 (trinta) dias, caso um Acionista notifique os outros indicando o encerramento das negociações ("Notificação de Encerramento de Negociações"). Decorridas 24 horas da entrega da Notificação de Encerramento de Negociações, deverá se dar o início da arbitragem conforme disposto abaixo. Parágrafo 3º A arbitragem será conduzida perante e administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. Parágrafo 4º A arbitragem será realizada de acordo com esta Cláusula e supletivamente com as normas procedimentais da CCBC em vigor no momento da arbitragem. Parágrafo 5º A arbitragem será conduzida perante um tribunal arbitral composto por 3 árbitros a serem escolhidos pela CCBC, nos termos do seu regulamento ("Tribunal Arbitral"). Parágrafo 6º A arbitragem será realizada na cidade do Rio de Janeiro, ressalvados os atos que, por força das normas da CCBC ou sua organização administrativa, tenham de ser praticados em outras localidades. O Tribunal Arbitral poderá, motivadamente, designar a realização de diligências em outras localidades. Parágrafo 7º A arbitragem será realizada em língua portuguesa. Parágrafo 8º A arbitragem será de direito e não por equidade. Parágrafo 9º A arbitragem será concluída no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o qual poderá ser prorrogado, motivadamente, pelo Tribunal Arbitral. Parágrafo 10 As decisões da arbitragem serão consideradas finais e definitivas, não cabendo qualquer recurso contra as mesmas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos previstos no artigo 30 da Lei nº 9.307/96. Parágrafo 11 Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer dos Acionistas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito à arbitragem. Após a instalação do Tribunal Arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao Tribunal Arbitral, que poderá valer-se do disposto no artigo 22, § 4º, da Lei nº 9.307/96. Parágrafo 12 Para as medidas previstas no parágrafo anterior, para a execução das decisões da arbitragem e para as causas que não estejam submetidas à arbitragem, fica eleito o foro da comarca do Rio de Janeiro como o único competente, renunciando os Acionistas a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam. Parágrafo 13 A Acionista vencida deverá pagar à Acionista vencedora as despesas da arbitragem arbitradas pela CCBC. Por despesas da arbitragem, deve-se entender: (i) todas as taxas e custas pagas à CCBC; (ii) honorários adiantados aos árbitros; (iii) despesas incorridas com viagens; (iv) diárias de testemunha; (v) remuneração de peritos e assistentes técnicos; e (vi) despesas e honorários incorridos em eventual processo judicial preparatório. Parágrafo 14 Não serão devidos, pelos Acionistas, honorários de sucumbência, em qualquer hipótese. Parágrafo 15 Os Acionistas concordam que, no caso de realização de acordo para extinção do processo, as despesas da arbitragem serão custeadas na proporção detida pelos Acionistas no capital social, sendo certo que cada Acionista arcará com os honorários de seus patronos. Parágrafo 16 Se forem vários os demandantes ou demandados, os sucumbentes arcarão com o pagamento das despesas e honorários proporcionalmente e sem solidariedade entre si, conforme determinação da CCBC quanto à proporção da responsabilidade de cada parte vencida. Capítulo VII - Disposições Finais - Artigo 37 – Os Acionistas e Administradores da Sociedade obrigam-se a observar eventuais Acordos de Acionistas existentes, arquivados na sede da Sociedade, conforme o artigo 118 da Lei nº 6.404/76. O Presidente da Assembleia Geral deverá declarar nulo e não válido qualquer voto ou deliberação que, a qualquer título, venha a ser adotado em desacordo com as disposições constantes dos eventuais Acordos de Acionistas. Artigo 38 – Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei 6.404/76. Artigo 39 – A Companhia deverá ter sua contabilidade auditada trimestralmente e anualmente por auditores independentes registrados na CVM. Artigo 40 – A Sociedade, através de sua Diretoria, deverá disponibilizar aos acionistas cópia de todos os contratos celebrados com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opção de compra de ações ou de outros títulos e valores de sua emissão, no prazo máximo de 20 dias, contados da assinatura do documento. Parágrafo Único – Para fins do presente Estatuto Social, considera-se parte relacionada, conforme aplicável, (i) qualquer acionista com mais de 5% do capital social da Sociedade, direta ou indiretamente; (ii) qualquer cotista de Fundo de Investimento em Participações (FIP) com mais de 5% de suas cotas, (iii) quaisquer administradores da Sociedade, efetivos ou suplentes, bem como seus respectivos cônjuges e parentes até o 4º grau; e (iv) quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, controladas, controladoras, coligadas ou sob controle comum, direto ou indireto, de qualquer das pessoas indicadas dos itens (i), (ii) e (iii), acima. Jucesp nº 439.960/15-0 em 29/09/2015. Flávia Regina Britto-Secretária Geral.

AGENDA DO EMPR@SÁRIO®

www.agenda-empresario.com.br ANO XXX APOIO: CENOFISCO

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDER INTERVALO PARA DESCANSO E CAFÉ

Empresa que concede intervalo para café, tempo que não será computado como jornada, deve ter marcação de cartão? Saiba mais acessando a íntegra no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

EMPRESA PRETENDE CONTRATAR FUNCIONÁRIA QUE RECEBE PENSÃO, CASO CONTRATE, O REGISTRO PODE CANCELAR O RECEBIMENTO DA PENSÃO?

Não há nenhum problema em registrar a pessoa que está recebendo pensão por morte, pois ela permanece recebendo esse benefício da Previdência Social. Base Legal: art. 167 do Decreto nº 3.048/99.

CONCLUSÃO DE ESTÁGIO NA EMPRESA QUE TRABALHA

Funcionário trabalha 08hs diárias e precisa fazer estágio obrigatório, poderá fazer o estágio na mesma empresa que trabalha após a jornada? Saiba mais acessando: [www.empresario.com.br/legislacao].

PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS COM ATRASO

O prazo para o pagamento de uma rescisão por falecimento é de 10 dias a contar da data do óbito, mesmo aguardando documentação hábil dos dependentes. A empresa será punida com multa por atraso no pagamento das verbas rescisórias? Saiba mais: [www.empresario.com.br/legislacao].

HÁ INCIDÊNCIA DE FGTS E DESCONTO DE INSS SOBRE AS DIÁRIAS PAGAS A FUNCIONÁRIOS?

Diária para viagem que não ultrapassa a 50% do salário do empregado não constitui salário de contribuição, portanto isento de INSS e FGTS. Segundo art. 214 § 9 do Decreto 3048/99: VIII - as diárias para viagens, desde que não excedam a cinqüenta por cento da remuneração mensal do empregado.

SAQUE INDEVIDO DO FGTS

Empresa reintegrou funcionária por gravidez, porém ocorreu o saque do FGTS, como proceder para a devolução do FGTS? Saiba mais acessando a íntegra no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

• Eficiência • Qualidade • Confiança
www.osfe-rnc.com.br
OSFE CONTÁBIL 35 anos

Federação de Serviços do Estado de São Paulo
FESESP www.fesesp.org.br

50 anos
ORCOSE
Contabilidade
Fundador: José SERAFIM Abrantes
11 3531-3233 – www.orcose.com.br
Rua Clodomiro Amazonas, 1435 - Vila Olímpia - 04537-012 - São Paulo - SP

capital-out/15
© HIFEN – todos os direitos

Últimos dias

Divulgação

Zélia Duncan

Com direção de Regina Braga, ToTatiando é uma declaração de amor à obra de Luiz Tatit e a São Paulo, cidade que sempre despertou a curiosidade e aguçou o desejo de Zélia Duncan ser artista

Ao invés de músicas feitas para teatro, é o teatro feito a partir da música. “Antes de mais nada, sou uma intérprete musical, com muito orgulho. Mas se tornou parte da minha experiência como artista me lançar em outras aventuras, que possam representar um desafio, que possam me levar ao inusitado e a algo novo”, comenta Zélia, que mais uma vez sai de uma zona de maior conforto (como cantora e compositora), para mergulhar numa forma mais teatral de dizer as melodias falantes, ou as falas melodiosas de Tatit. A ideia do projeto ToTatiando é colocar uma lente de aumento no aspecto que pode ser mais teatral da obra de Luiz Tatit, obviamente por meio de suas canções, porém usando esse viés teatral, contando uma história e degustando cada canção como se fosse um esquete. Para cada canção, um personagem, com seus adereços e recursos próprios. Com os músicos Webster Santos e Tércio Guimarães

Serviço: Teatro Porto Seguro, Al. Barão de Piracicaba, 740, Campos Elíseos, tel. 3223-2090. Ingressos: R$ 80 e R$ 60. Terças ás 21h. Até 27/10.

Estreia

A Taanteatro Companhia apresenta a trilogia “cARTAUDgrafia”, uma trilogia sobre vida e obra do poeta francês Antonin Artaud. cARTAUDgrafia 3: Retorno do Momo (dias 30 e 31/10 e 01/11) . Em seguida, nas semanas subsequentes, serão apresentadas também as outras partes da obra: cARTAUDgrafia 1: Uma Correspondência (sextas, sábados e domingos de 06/11 a 13) e cARTAUDgrafia 2: Viagem ao México (sábados de 07/11 a 12/12). O projeto mescla as linguagens da dança, do teatro, da música, do vídeo e da poesia. A dança que surge nos espetáculos é oriunda dos processos criativos da dinâmica taanteatro (teatro coreográfico de tensões) desenvolvida por Maura Baiocchi. As músicas originais são do compositor paulista Gustavo Lemos. Os pintores argentinos Onofre Roque Fraticelli e Candelária Silvestro assinam os vídeos. O elenco de atores/bailarinos/performers é composto por Isa Gouvea, Fabio Pimenta, Mônica Cristina, Patrícia Pina Cruz, Henrique Lukas, Paula Alves e Janina Arnaud. No papel de Artaud atuam Alda Maria Abreu e a própria Maura Baiocchi. O espetáculo ainda conta com uma equipe de criação composta por artistas do Brasil, Alemanha e Argentina e os textos foram traduzidos e adaptados pelo diretor alemão Wolfgang Pannek.

Wolfgang Pannek

Cena da trilogia “cARTAUDgrafia”.

Serviço: Viga Espaço Cênico, R. Capote Valente, 1.323, Pinheiros, Sumaré, tel. 3801-1843. Sextas e sábados às 21h e aos domingos às 20h. Ingressos: R$ 20 e R$ 10 (meia).

“Mulheres Solteiras Procuram”

“Mulheres Solteiras Procuram” provoca a reflexão sobre questões pertinentes ao cotidiano dos relacionamentos do novo milênio: Quem deve pagar a conta no primeiro encontro? Por que os homens não querem mais casar? É possível ficar amiga do ex namorado? E quando você descobre que ele é casado? Ou gay?. A direção apresenta um espetáculo teatral com linguagem contemporânea e inspiração nos conceitos cênicos de Peter Brook, Grotowski, Brecht e Domingos de Oliveira. Com Pitty Webo, Daniel Granieri e Guilherme Chelucci.

Serviço: Teatro Itália, Av. Ipiranga, 344, República, tel. 3255-1979. Sábados às 19h. Ingresso: R$ 50. Até 28/11.

Reflexões

ENQUANTO TEMOS TEMPO. “... Enquanto temos tempo, façamos bem a todos...” – Paulo. (Gálatas, 6:10.) Às vezes, o ambiente surge tão perturbado que o único meio de auxiliar é fazer silêncio com a luz íntima da prece. Em muitas circunstâncias, o companheiro se mostra sob o domínio de enganos tão extensos que a forma de ajuda-lo é esperar que a vida lhe renove o campo do espírito. Aparecem ocasiões em que determinado acontecimento surge tão deturpado que não dispomos de outro recurso senão contemporizar com a dificuldade, aguardando melhores dias para o trabalho esclarecedor. Repontam males na estrada com tanta força de expansão que, em muitos casos, não há remédio senão entregar os que se acumpliciam com eles às conseqüências deploráveis que se lhes fazem seguidas. Entretanto, as ocasiões de construir o bem se destacam às dezenas, nas horas do dia a dia. Uma indicação prestada com paciência... Uma palavra que inspire bom ânimo... Um gesto que dissipe a tristeza... Um favor que renova a aflição... Analisemos a trilha cotidiana. A paz e o concurso fraterno, a explicação e o contentamento são obras morais que pedem serviço edificante como as realizações da esfera física. Ergue-se a casa, elemento a elemento. Constrói-se a oportunidade para a vitória do bem, esforço a esforço. E, tanto numa quanto noutra, a diligência é indispensável. Não vale esperança com inércia. O tijolo serve na obra, mas nossas mãos devem busca-lo. **Livro Palavras de Vida Eterna – F.C. Xavier.**

“Nada Pode Tudo”

Divulgação

Jussara Miller

O ecletismo literário da poeta Alice Ruiz faz-se presente desde seus livros até as composições musicais eternizadas por importantes vozes, como Itamar Assumpção e Arnaldo Antunes, Zélia Duncan, Adriana Calcanhoto, entre outros. A força poética que recheia suas palavras, pela primeira vez, salta do papel para o palco através do novo trabalho da coreógrafa e bailarina Jussara Miller. A artista contaminou-se pela energia literária da poeta brasileira para ganhar novos contornos e perspectivas dramatúrgicas em sua dança. Nasceu então o espetáculo “Nada Pode Tudo”, livremente inspirado na obra de Alice Ruiz, que faz curta temporada.

Serviço: Teatro Sergio Cardoso, R. Rui Barbosa, 153, Bela Vista, tel. 3288-0136. De quinta (22) a sábado (24) às 20h; domingo (25) às 19h. Ingressos: 10 e 5 (meia).

Horóscopo

Cícero Augusto – Na Internet: http://ciceroaugusto.areavip.com.br

Esta segunda, o oitavo dia da lunação torna o momento bom para o amor, os interesses econômicos e as viagens, embora possa prejudicar um pouco a saúde. Com a Lua plena em Capricórnio desaconselhável se buscar apoio, solidariedade ou tentar despertar simpatia nas pessoas. Fazer o que se deve e não o que se quer é o que vai predominar na disposição de todos. Uma preocupação maior com a segurança material leva à preferência por investimentos seguros, conservadores, à compra de bens duráveis e à retração de consumo de bens supérfluos ou de lazer. A Lua ainda na fase nova em Capricórnio dá persistência e coragem para encontrar soluções.

Áries (21/3 u 19/4)
Este é um bom momento para melhorar sua relação em geral. Será mais fácil mudar de hábitos. Evite as atitudes egoístas que geram rompimentos com as pessoas. Troque ideias com a pessoa amada, se há insatisfação na relação sexual, poderá encontrar entendimento e obter soluções. 78/678 – verde.

Touro (20/4 a 20/5)
Controle as emoções que tendem a provocar situações tensas que afastam a pessoa amada. Precisa aceitar as situações do jeito que elas são ou convencer alguém a mudar de opinião. Procure conceber planos em comum acordo com uma grande energia e força. 52/152 – amarelo.

Gêmeos (21/5 a 21/6)
Você está ingressando numa fase nova no casamento ou na relação sentimental. Use o talento criativo acentuado para o que pretende realizar. Terá definição dos rumos que sua vida deve tomar. A sua habilidade ajuda a manter relacionamento cada vez mais prazeroso. 33/133 – verde.

Câncer (22/6 a 22/7)
O relacionamento amoroso passa por transformações, enquanto aumentam seus sentimentos. Sentirá maior segurança, tranquilidade e harmonia no seu lar. Certas dúvidas podem trazer perturbações no trabalho e no lar. Evite alimentar fantasia íntima que afasta a realidade. 92/392 – azul.

Leão (23/7 a 22/8)
Esta é uma fase em que mostra a versatilidade no pensar e o bom uso da palavra na comunicação humana. O Sol entrando na casa da família, o aproxima de suas raízes. A Lua ainda na fase nova em Capricórnio dá persistência e coragem para encontrar soluções. 90/590 – branco.

Virgem (23/8 a 22/9)
Uma perturbação passageira pode acontecer na relação amorosa. Através da organização e de uma maneira mais direta de agir, a vida financeira irá melhorar. As suas relações devem melhorar através do diálogo, que não deve ser crítico ou detalhista. 42/142 – amarelo.

Libra (23/9 a 22/10)
Antigas amarras devem ser deixadas de lado, cultive o desapego. Cuidado com conflitos nas relações com amigos e a pessoa amada. Um novo ciclo de vida começa na sua vida, devendo usar de muita força de vontade e persistência. Use de otimismo ao tomar suas atitudes. 46/446 – cinza.

Escorpião (23/10 a 21/11)
O Sol transitando no seu signo começa a aumentar o seu interesse pela vida, pela relação a dois e a realização material. Procure saber quais são seus principais desejos e dê um passo para realizá-los. Será mais fácil hoje mudar de hábitos. Aproveite para viagens programadas. 03/103 – cinza.

Sagitário (22/11 a 21/12)
Algumas transformações pessoais serão necessárias. Fazer o que se deve e não o que se quer é o que vai predominar na disposição de todos. Evite confusões causadas pelo seu modo de pensar, mantendo o equilíbrio nas relações. Dedique-se ao trabalho e terá um bom retorno dele. 34/734 – verde.

Capricórnio (22/12 a 19/1)
O desenvolvimento de suas atividades torna você mais forte e com enorme disposição. O forte interesse por atividades agradáveis pode ajudar a aumentar seus ganhos materiais. Irá alcançar uma posição mais firme e segura em suas atividades pessoais. 93/293 – amarelo.

Aquário (20/1 a 18/2)
Pode haver uma ou outra mudança, mas terá chance de melhorar e prosperar. Precisa manter a calma numa situação difícil no ambiente de trabalho. Se souber agir tudo será vencido. Caso contrário, pode ser levado a rompimentos bruscos, sem o diálogo. 39/239 – verde.

Peixes (19/2 a 20/3)
Uma atitude positiva pode ser responsável por mudanças positivas na relação sexual. Supere as dificuldades com coragem e a cabeça erguida. Procure o laser e a diversão, que aproximam alguém de seu convívio. Aguarde, em breve terá chance de vislumbrar novos horizontes. 49/149 – azul.

Dicionário dos sonhos

DEUS – É um sonho que tem sempre relação com o estado mental e espiritual de quem sonha. Rezar a Deus, consolo. Ser abençoado por ele, elevação, prosperidade e fortuna. Falar-lhe, grande alegria. Vê-lo com as mãos estendidas em sua direção, indica riqueza inesperada, sorte no jogo. Números de sorte: 05, 15, 56, 89 e 95.

Simpatias que funcionam

Realizar desejos de amor: Ingredientes: um prato branco virgem, uma vela branca e um papel branco liso. Como fazer: no dia em que entra a Lua Nova ao acordar não coma nada, até fazer a simpatia. Por volta das 11:30, recorte o formato do prato no papel e escreva nele o nome de seu amor, o seu nome e o desejo. Ao meio dia, acenda a vela e reze um Pai Nosso e ofereça ao seu Anjo da Guarda. Ai poderá se alimentar. Mentalize toda tarde o seu desejo e jogue o papel às 18:00 em um lugar verde bem cuidado.

Comemorações e aniversariantes do dia

SEGUNDA 19 de Outubro de 2015. Dia de Santo Aquilino, São Pedro de Alcântara, São João Brébeuf, Isaac Jogue e companheiros e Dia do Anjo Habuhiah, cuja virtude é a nobreza. Hoje aniversaria a atriz Glória Menezes que chega aos 81anos, o ator gaúcho Paulo César Pereio que nasceu em 1940, a jornalista e apresentadora Patrícia Poeta que completa 39 anos e o jogador de futebol Valdivia que nasceu em 1983.

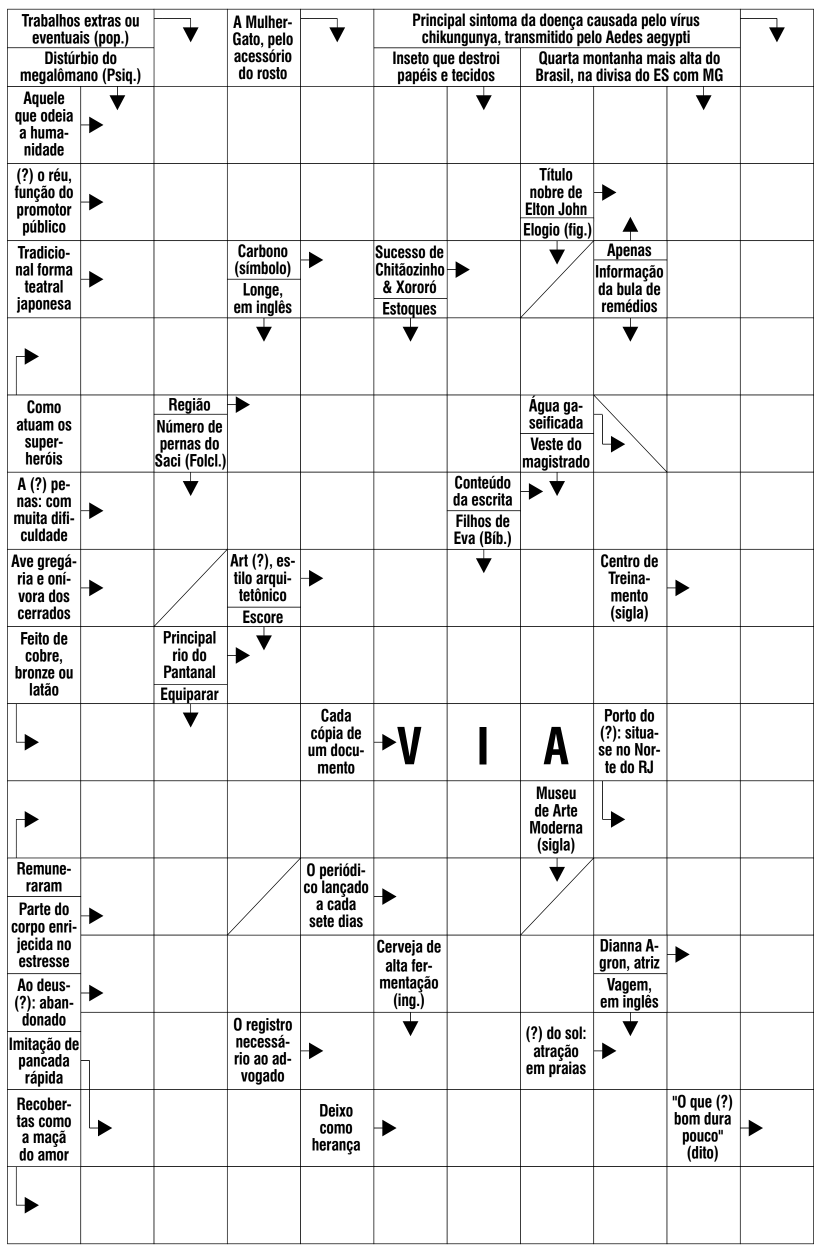
O nativo do dia

O nativo de **Libra** deste dia e grau é charmoso e diplomata obtém sucesso nas relações sociais, mas pode reagir de uma maneira explosiva quando encontra uma resistência forte aos seus desejos. Outra característica de pessoas deste dia é a fascinação por segredos ou as verdades escondidas. Não descansa enquanto não consegue esclarecer completamente uma situação. Cheio de recursos tem uma visão forte, mas também o lado sonhador, compreensivo e idealista. Pode querer ser o centro das atenções pela necessidade que sente de ser alguém o levando a ser muitas vezes individualista demais.

Adquira seu MAPA ASTRAL – SINASTRIA – PREVISÃO ANUAL (2015) – aiba o SEXO DO BEBÊ – fone (11) 5585-4000.
Pedidos também na Internet: http://areavip.com.br/cicero.augusto

PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS

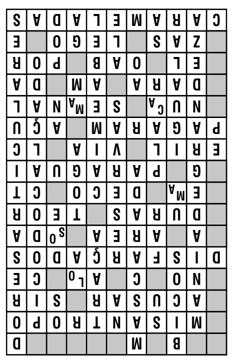
www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL


Trabalhos extras ou eventuais (pop.)
Distúrbio do megalômano (Psiq.)
A Mulher-Gato, pelo acessório do rosto
Principal sintoma da doença causada pelo vírus chikungunya, transmitido pelo Aedes aegypti
Inseto que destroi papéis e tecidos
Quarta montanha mais alta do Brasil, na divisa do ES com MG
Aquele que odeia a humanidade
(?) o réu, função do promotor público
Título nobre de Elton John
Elogio (fig.)
Tradicional forma teatral japonesa
Carbono (símbolo)
Longe, em inglês
Sucesso de Chitãozinho & Xororó
Estoques
Apenas
Informação da bula de remédios
Como atuam os super-heróis
Região
Número de pernas do Saci (Folcl.)
Água gaseificada
Veste do magistrado
A (?) penas: com muita dificuldade
Conteúdo da escrita
Filhos de Eva (Bíb.)
Ave gregária e onívora dos cerrados
Art (?), estilo arquitetônico
Escore
Centro de Treinamento (sigla)
Feito de cobre, bronze ou latão
Principal rio do Pantanal
Equiparar
Cada cópia de um documento
V I A
Porto do (?): situa-se no Norte do RJ
Museu de Arte Moderna (sigla)
Remuneraram
Parte do corpo enrijecida no estresse
O periódico lançado a cada sete dias
Cerveja de alta fermentação (ing.)
Dianna Agron, atriz
Vagem, em inglês
Ao deus-(?): abandonado
O registro necessário ao advogado
(?) do sol: atração em praias
Imitação de pancada rápida
Recobertas como a maçã do amor
Deixo como herança
"O que (?) bom dura pouco" (dito)

BANCO 3/açu — ale — far — pod — zás. 4/déco — lego. 11/carameladas. 13/pico do calçado. 7

EDIÇÕES DE LUXO EM FORMATO POCKET.
+ de 100 páginas de passatempos.
NAS LIVRARIAS
PALAVRAS CRUZADAS
CRIPTO GRAMAS
MÉDIO
COQUETEL

Solução



RG Estaleiro ERG 2 S.A.

CNPJ/MF nº 08.607.005/0001-99

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e às normas estatutárias, submetemos à vossa apreciação as Demonstrações Contábeis referentes ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. Barueri, 15 de outubro de 2015. *A Diretoria*

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	Notas	2014	2013
Ativo circulante		**239.203**	**100.263**
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.472	28.789
Contas a receber de partes relacionadas	5	11.660	12.641
Empréstimos à partes relacionadas	5	–	19.400
Tributos a compensar	6	709	12.864
Adiantamentos à fornecedores	7	212.360	25.359
Outros ativos	–	2	1.210
Ativo não circulante		**849.741**	**730.234**
Outros ativos	–	195	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	4.308	2.315
Imobilizado	8	288.486	634.998
Propriedade para investimento	9	556.741	92.921
Intangível	–	11	–
Total do ativo		**1.088.944**	**830.497**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2014	2013
Passivo circulante		**407.405**	**446.932**
Fornecedores	10	176.067	23.985
Empréstimos e financiamentos	11	18.380	16.984
Obrigações tributárias	12	5.547	1.577
Partes relacionadas	5	207.373	404.346
Outros passivos	–	38	40
Passivo não circulante		**559.794**	**216.253**
Empréstimos e financiamentos	11	558.646	216.253
Provisão para demandas judiciais	–	1.148	–
Patrimônio líquido		**121.745**	**167.312**
Capital social	13.a	64.000	64.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.a	96.942	96.942
Reserva legal	13.b	539	539
Reserva de retenção de lucros	13.c	–	5.831
Prejuízos acumulados	–	(39.736)	–
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.088.944**	**830.497**

Demonstrações dos Resultados	Notas	2014	2013
Receita líquida operacional	14	96.337	16.935
Custo dos serviços prestados	15	(48.583)	(708)
Lucro bruto		47.754	16.227
Despesas administrativas	16	(12.293)	(8.011)
Outras receitas e despesas operacionais	–	1.493	(450)
Lucro operacional		36.954	7.766
Receitas financeiras	17	10.804	2.069
Despesas financeiras	17	(95.318)	(4.158)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(84.514)	(2.089)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		(47.560)	5.677
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	–	(1.762)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	1.993	176
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(45.567)	4.091

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	2014	2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(45.567)	4.091
Total do resultado abrangente	**(45.567)**	**4.091**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(45.567)	4.091
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.993)	(176)
Provisão para demandas judiciais	1.148	(57)
Juros sobre financiamentos	44.333	19
Depreciação e amortização	30.081	203
(Aumento)/Redução dos ativos operacionais		
Contas a receber de partes relacionadas	981	(11.200)
Tributos a compensar	12.155	(12.444)
Adiantamentos à fornecedores	(187.001)	(25.345)
Depósitos judiciais	–	1.015
Outros ativos	1.012	(1.210)
Fornecedores	152.082	(9.378)
Obrigações tributárias	3.970	628
Outros passivos	(2)	40
Caixa proveniente das (usado nas) atividades operacionais	**11.199**	**(53.814)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e propriedade para investimento	(147.388)	(337.349)
Aquisição de Intangível	(11)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(147.399)**	**(337.349)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos (líquido)	299.456	29.534
Empréstimos de partes relacionadas	(177.573)	384.765
Aumento de capital	–	5.031
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**121.883**	**419.330**
Aumento(redução) de Caixa e equivalentes de caixa	**(14.317)**	**28.167**
Demonstração da variação de Caixa e equivalentes de Caixa		
No início do exercício	28.789	622
No final do exercício	14.472	28.789
Aumento(redução) de Caixa e equivalentes de caixa	**(14.317)**	**28.167**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Reservas Legal	Reservas Retenção de lucro	Prejuízos acumulados	Total
	32.875	**123.036**	**334**	**1.945**	**–**	**158.190**
Aumento de capital (Nota Explicativa 13)	31.125	(26.094)	–	–	–	5.031
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	4.091	4.091
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	–	–	205	–	(205)	–
Retenção de lucros	–	–	–	3.886	(3.886)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**64.000**	**96.942**	**539**	**5.831**	**–**	**167.312**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(45.567)	(45.567)
Realização de retenção de lucros	–	–	–	(5.831)	5.831	–
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**64.000**	**96.942**	**539**	**–**	**(39.736)**	**121.745**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional – A RG Estaleiro ERG 2 S.A., é uma sociedade de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede em Barueri/SP. A Companhia tem como objeto social deter a propriedade de terrenos e neles construir estaleiros e instalações de apoio às construções navais, administrando e explorando comercialmente estas instalações por meio de arrendamento. A Companhia teve seu controle acionário transferido para a RG Estaleiros S.A. em 15/10/2010, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações firmadas em 2/06/2010 entre WTorre S.A. e RG Estaleiros S.A. Nessa mesma data a Companhia firmou Termo de Compromisso entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Superintendência do Porto de Rio Grande, no qual ficaram ratificados os compromissos entre as partes para execução de ações articuladas voltadas à implantação da segunda Unidade Industrial voltada à construção de cascos, plataformas *offshore* e embarcações de grande porte. Entre os compromissos lá expressos encontram-se os de ocupação do imóvel pela Companhia, a realização de investimentos e de geração de empregos e receitas tributárias para o Estado. Em 3/05/2011 a Companhia iniciou a implantação de quatro galpões de acabamento dos blocos (pintura), a fábrica de painéis e blocos, subestação principal e utilidades. Foi celebrado em 28/11/2011 Contrato de Locação de área de 145.750 metros quadrados com a parte relacionada Ecovix-Engevix Construções Oceânicas S.A. No decorrer do quarto mês de vigência do Contrato de Locação, a Companhia disponibilizou a edificação dos dois primeiros Galpões de Acabamento de Blocos (GABs), no estado em que se encontravam, possibilitando, a partir deste momento, a utilização dos referidos GABs por parte da Locatária, conforme primeiro aditamento deste contrato, celebrado em 15/04/2012. A fábrica de blocos e painéis entrou em funcionamento no 1º semestre de 2013, principalmente direcionada para o aumento de capacidade de fabricação para os contratos da FPSO. Em 01/03/2012, a Companhia iniciou a implantação de prédios administrativos, outros 04 galpões de acabamento dos blocos (pintura), um galpão para fabricação de blocos curvos e oficinas de apoio, uma área para pré-edificação e carreira. Os galpões e a área de edificação entraram em operação no 1º semestre de 2014 e essa fase está direcionada a construção dos DRILL – navios sonda. Em 8/05/2012, a Fepam – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler -RS, nos termos do processo nº 19419-05.67/10-9, emitiu a Licença de Instalação LI nº527/2012-DL para a Companhia, envolvendo o empreendimento 174893-Fábrica de Blocos e Painéis, situada à Avenida Almirante Maximiano da Fonseca nº4.301 Superporto Rio Grande (RS). Em 14/11/2014, a Fepam – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler-RS, nos termos do processo nº 2416-05.67/12-0, emitiu a Licença de Operação LO nº 6569/2014-DL para a Companhia, envolvendo o empreendimento 174893-Fábrica de Blocos e Painéis, situada à Avenida Almirante Maximiano da Fonseca nº 4.301 Superporto Rio Grande (RS). **Partes relacionadas**: As receitas da Companhia decorrem substancialmente do contrato de aluguel das instalações destinada à Construção, Montagem e Reparo das Unidades Estacionárias de Produção (UEPs) para a controladora indireta Ecovix-Engevix Construções Oceânicas S.A. firmado em 2013, da qual possui dependência para a realização da citada operação. A Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. é controlada direta da Jackson Empreendimentos S.A., que, por sua vez, também controla a Engevix Engenharia S.A. e a Engevix Sistemas de Defesa Ltda. (dentre outras). A Companhia considera que a citada operação comercial com a controladora indireta Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. será mantida em condições normais, nos termos previstos contratualmente. **2. Base de preparação – a) Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil**: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 5/08/2015, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações contábeis e o consequente envio à AGO para aprovação. **b) Base de mensuração**: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação**: Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **d) Uso de estimativas e julgamentos**: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Os reflexos decorrentes de modificações nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Principais políticas contábeis** – As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis: **a) Moeda estrangeira**: As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações contábeis são aquelas que não realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio vigente na da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações. **b) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos**: A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras e bancos conta vinculada registrado no ativo não circulante. **Empréstimos e recebíveis**: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber e empréstimos com partes relacionadas. **Caixa e equivalentes de caixa**: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **Passivos financeiros não derivativos**: Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. Em 31/12/2014 e de 2013, os passivos financeiros não derivativos da Companhia estavam representados por fornecedores, empréstimos de partes relacionadas e outros passivos. **Capital social: Ações ordinárias**: São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, exceto quando retidos por deliberação unânime dos acionistas da Companhia. **c) Imobilizado: i) Reconhecimento e mensuração**: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e demais condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, além dos juros e encargos financeiros incorridos nos financiamentos atribuíveis à construção do ativo qualificável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **ii) Custos subsequentes**: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **iii) Depreciação**: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, pelo método linear, de acordo com as taxas de depreciação descritas na Nota Explicativa 8. **d) Redução ao valor recuperável ("impairment"): Ativos financeiros**: Os Ativos financeiros classificados como "empréstimos e recebíveis" são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios findos em 31/12/2014 e de 2013, a Administração não identificou a necessidade de ajustes de seus ativos financeiros ao valor recuperável. **e) Propriedade para investimento**: Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo método do custo. Custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito. A Administração entende que, pelo fato dos ativos relacionados ao total do saldo de propriedade para investimentos serem novos, o valor justo destes ativos se aproximam ao valor contábil das propriedades para investimentos. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor liquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente. **f) Redução ao valor recuperável (impairment): i) Ativos financeiros**: Os ativos financeiros classificados como "empréstimos e recebíveis" são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução ao valor recuperável. **ii) Ativos não financeiros**: Os Ativos financeiros classificados como "empréstimos e recebíveis" são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios findos em 31/12/2014 e de 2013, a Administração não identificou a necessidade de ajustes de seus ativos financeiros ao valor recuperável. **g) Provisões**: Provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **h) Receita operacional e receitas/despesas financeiras: i) Receitas financeiras e despesas financeiras**: As receitas financeiras abrangem basicamente variações cambiais ativas e receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem basicamente juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivo. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **ii) Receitas de aluguel**: Receita referente ao Contrato de locação das instalações destinada à Construção, Montagem e Reparo das Unidades Estacionárias de Produção (UEPs), conforme mencionado na Nota Explicativa 1. A receita de aluguel é reconhecida no resultado na base da linha reta durante o prazo do contrato. **i) IRPJ e CSLL**: O IRPJ e a CSLL do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de IRPJ e CSLL diferido ativo é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Em 31/12/2014, a Companhia registrou IRPJ diferido ativo líquido (Nota Explicativa 19). A Companhia espera recuperar o IRPJ diferido ativo em exercícios futuros na medida em que sejam gerados os lucros futuros previstos no seu plano de negócios. **j) Novas normas, alterações e interpretações de normas : Alterações/novas normas contábeis que entraram em vigor em 2014**: As seguintes normas contábeis estão em vigor desde 1/01/2014 e não trouxeram efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia: • Alterações ao CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2) – Entidades de Investimento; • CPC 39 – Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos; • Alterações ao CPC 01 (R1) – Divulgação de Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros; • ICPC 19 – Tributos. **Alterações/novas normas contábeis que entrarão em vigor após 2014**: Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **4. Caixa e equivalentes de caixa** – O saldo de caixa e equivalentes de caixa está representado por:

	2014	2013
Depósitos bancários	23	413
Aplicações financeiras	14.449	28.376
Total	**14.472**	**28.789**

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no seu valor justo. As aplicações financeiras mantidas nos bancos nacionais são remuneradas por taxas que variam entre 20% e 101,80% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). As aplicações financeiras mantidas no exterior são remuneradas à taxa média de 0,10% a 0,20% ao mês, mais a variação cambial do dólar norte-americano. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento, sem penalizações. **5. Partes relacionadas – 5.1. Contas a receber partes relacionadas**: O saldo de contas a receber de partes relacionadas decorre do Contrato de locação de Galpões de acabamento, Fábrica de blocos e painéis e Fábrica de blocos curvos destinados à Construção, Montagem e Reparo das Unidades Estacionárias de Produção (UEPs), conforme mencionado na Nota Explicativa 1.

Contas a receber – Partes relacionadas	2014	2013
Ativo circulante		
Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A.	11.660	12.641
Total	**11.660**	**12.641**

5.2. Empréstimos partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31/12/2014 e 2013, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a empréstimos com partes relacionadas (mútuos), decorrem de transações entre a Companhia e sua controladora e empresas ligadas. **Controladora e controladora indireta**: A controladora direta da Companhia é a RG Estaleiros S.A. e a controladora indireta é a Jackson Empreendimentos S.A. Os principais saldos de ativos e passivos em 31/12/2014 e 2013, relativos as operações de empréstimos com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Empréstimos – Partes relacionadas	2014	2013
Ativo circulante: RG Estaleiros S.A. **(ii)**	–	19.400
Total	**–**	**19.400**
Passivo circulante		
Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. **(i)**	10.102	9.765
RG Estaleiros S.A. **(ii)**	197.271	394.581
Total	**207.373**	**404.346**

(i) Empresa do mesmo grupo econômico; e **(ii)** Controladora direta. Contratos de mútuo com encargos financeiros de 100% do CDI. As operações de mútuo geraram despesas financeiras líquidas de R$ 40.078 em 2014 (R$ 248 em 2013). **5.3. Remuneração da Administração**: Por decisão dos acionistas da Companhia, a remuneração do pessoal-chave da Administração é paga pela controladora RG Estaleiros S.A. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentados abaixo:

	2014	2013
Benefícios de curto prazo (salários e bônus)	1.024	1.194

6. Tributos a compensar	**2014**	**2013**
IRRF	414	182
PIS	–	885
COFINS	–	4.613
CSSL	13	51
IRPJ	282	384
ICMS	–	4.064
Outros	–	2.685
Total	**709**	**12.864**

7. Adiantamentos à fornecedores – O saldo de adiantamento a fornecedores refere-se majoritariamente aos adiantamentos efetuados pela Companhia à fornecedores estrangeiros e nacionais relacionados ao processo de construção de suas instalações industriais:

	2014	2013
Adiantamentos – fornecedores nacionais	169.795	25.359
Adiantamentos – fornecedores estrangeiros	42.565	–
Total	**212.360**	**25.359**

8. Imobilizado – a) Composição do imobilizado

Imobilizado	Taxas Anuais de depreciação %	Imobilizado bruto	Depreciação acumulada	2014 Imobilizado líquido	2013 Imobilizado líquido
Terrenos	–	–	–	–	7.248
Móveis e utensílios	10	159	(36)	123	9
Equipamentos de informática	20	14	(3)	11	22
Veículos	20	389	–	389	259
Ferramentas, máquinas e equipamentos	10	–	–	–	2.744
Instalações	10	–	–	–	67
Imobilizado em andamento	–	211.016	–	211.016	552.532
Adiantamento para aquisição de imobilizado/nacional		65.915	–	65.915	61.085
Adiantamento para aquisição de imobilizado/exterior		11.032	–	11.032	11.032
Total		**288.525**	**(39)**	**288.486**	**634.998**

b) Movimentação do custo

	2013	Adições	Transferências	2014
Terrenos	7.248	–	(7.248)	–
Móveis e utensílios	9	114	–	123
Equipamentos de informática	22	–	(11)	11
Veículos	259	130	–	389
Ferramentas, máquinas e equipamentos	2.744	–	(2.744)	–
Instalações	67	–	(67)	–
Imobilizado em andamento	552.532	–	(341.516)	211.016
Adiantamento para aquisição de imobilizado – nacional	61.085	4.830	–	65.915
Adiantamento para aquisição de imobilizado – exterior	11.032	–	–	11.032
Total	**634.998**	**5.074**	**(351.586)**	**288.486**

Durante o exercício de 2014 foram realizadas transferências para a rubrica Propriedade para investimento. **c) Movimentação da depreciação**

	Taxas anuais de depreciação %	2013	Adições	Transferências	2014
Móveis e utensílios	10	(1)	(35)	–	(36)
Equipamentos de informática	20	(14)	–	11	(3)
Veículos	20	(130)	–	130	–
Ferramentas, máquinas e equipamentos	10	(245)	–	245	–
Instalações	10	(9)	–	9	–
Total		**(399)**	**(35)**	**395**	**(39)**

9. Propriedade para investimento – Foi celebrado, na data de 28/11/2011, Contrato de Locação de área de 145.750 metros quadrados com a parte relacionada Ecovix-Engevix Construções Oceânicas S.A. Durante o exercício de 2014, a Companhia disponibilizou as Instalações de oito Galpões de Acabamento, Fábrica de blocos e painéis e Fábrica de Blocos curvos para utilização por parte da locatária.

a) Composição do imobilizado

Imobilizado	Taxas Anuais de depreciação %	Imobilizado bruto	Depreciação acumulada	2014 Imobilizado líquido	2013 Imobilizado líquido
Máquinas e equipamentos	10	114.637	(11.508)	103.129	–
Terrenos	–	7.248	–	7.248	–
Instalações	10	7.967	(2.099)	5.868	–
Edificações	–	456.933	(16.437)	440.496	92.921
Total		**586.785**	**(30.044)**	**556.741**	**92.921**

b) Movimentação do custo

	2013	Adições	Transferências	2014
Máquinas e equipamentos	–	111.648	2.989	**114.637**
Terrenos	–	–	7.248	**7.248**
Instalações	–	7.900	67	**7.967**
Edificações	**92.921**	22.766	341.246	**456.933**
Total	**92.921**	**142.314**	**351.550**	**586.785**

c) Movimentação da depreciação

	Taxas anuais de depreciação %	2013	Adições	Transferências	2014
Máquinas e equipamentos	10	–	(11.122)	(386)	**(11.508)**
Instalações	10	–	(2.090)	(9)	**(2.099)**
Edificações	4	–	(16.437)	–	**(16.437)**
Total		**–**	**29.649**	**395**	**30.044**

10. Fornecedores – Os saldos estão basicamente representados por fornecedores referentes à construção da infraestrutura do estaleiro da Companhia.

	2014	2013
Fornecedores nacionais	149.063	21.064
Fornecedores estrangeiros	27.004	2.921
Total	**176.067**	**23.985**

11. Empréstimos e financiamentos – Em 15/04/2011, a Companhia firmou um contrato de financiamento junto ao Banco do Brasil S.A. com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), no montante de R$ 210.307. Em 07/10/2013 firmou-se um aditivo de suplementação no montante de R$ 113.177, totalizando R$ 323.484, com prazo de pagamento de 20 anos a partir de 15/05/2013, e taxa de juros de 3,5% ao ano mais variação da TJLP. Em 21/12/2012 a Companhia firmou contrato de financiamento junto à Caixa Econômica Federal com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), no montante de R$ 466.153, com prazo de pagamento de 20 anos a partir do prazo de carência (48 meses) e taxa de juros de 2,0% ao ano mais variação da TJLP destinado a aquisições de conteúdo nacional e taxa de juros de 4,0% ao ano mais variação do PTAX 800, opção 5 do Bacen destinado a aquisições de conteúdo importado. Estes créditos destinam-se à construção do RG Estaleiro ERG2 S.A., onde serão implantadas instalações industriais necessárias ao processamento de aço, pré-edificação, edificação e acabamento de blocos estruturais de cascos marítimos para atender ao projeto do Pré-Sal da Petrobras. Até o momento a Companhia obteve do Banco do Brasil S.A. a liberação do montante de R$ 66.153 através de aporte financeiro realizado em 23/12/2011, R$ 137.356 durante o exercício de 2012, R$ 29.728 durante o exercício de 2013 e R$ 86.946 durante o exercício de 2014. Da Caixa Econômica Federal, a Companhia obteve a liberação do montante de R$ 240.990 durante o ano de 2014. As garantias acordadas nos Contratos de Financiamentos com Recursos do Fundo da Marinha Mercante – FMM são representadas por: **i)** Carta de Fiança na proporção de 100% do montante financiado (Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal); **ii)** Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sobre os créditos provenientes do Contrato de Locação Comercial celebrado com a parte relacionada Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. (Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal); **iii)** Alienação fiduciária dos bens nacionais e importados a serem adquiridos e utilizados no projeto de expansão objeto de financiamento, indicados e descritos no orçamento (Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal); **iv)** Penhor de primeiro grau de 100% das Ações da Companhia em favor da Caixa Econômica Federal, com expresso consentimento do Banco do Brasil S.A.; **v)** Conta reserva de serviço da dívida junto ao Financiador, contendo o saldo mínimo de 6 (seis) meses futuros, para pagamento do principal e juros, a ser constituída até fevereiro de 2013 para o Banco do Brasil S.A. e de 6 prestações mensais vincendas, a ser constituída até o último dia do prazo de carência para a Caixa Econômica Federal; **vi)** A partir de 2016, a Companhia deverá apresentar anualmente, até o final do mês de janeiro de cada ano, novos contratos em carteira e seus respectivos cronogramas de recebimentos para que juntos sejam suficientes para gerar, no mínimo, R$ 600.000 de faturamento anual durante todo o período de vigência do contrato de aluguel referente contrato do Banco do Brasil S.A.; **vii)** Apresentação, a partir de 2016, de novo Contrato de Comodato para utilização da estrutura do RG Estaleiro ERG1 S.A. para construções de novas embarcações pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos ou até o vencimento do contrato de arrendamento com o cliente Petrobras referente contrato do Banco do Brasil S.A.; **viii)** Não realizar, sem anuência prévia do Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal, alterações societárias na tomadora, no FIP RG Estaleiros e controladora RG Estaleiros S.A; e **ix)** Inadimplemento cruzado (cross default) e vencimento antecipado cruzado (cross acceleration) em relação às obrigações, principais ou acessórios, da tomadora e das demais empresas do grupo referente contrato do Banco do Brasil S.A. Em 8/03/2012 a Companhia firmou um contrato de financiamento junto ao Banco do Brasil S.A. com recursos do BNDES, no montante de R$ 350, com prazo de pagamento de 96 meses a partir de 15/08/2012, e taxa de juros de 8,7% ao ano mais variação da TJLP; esse crédito destinou-se à aquisição de 3 (três) Tratores para suporte nas obras do RG Estaleiro ERG2 S.A. (ERG 2). As garantias acordadas no contrato de financiamento com recursos do BNDES são representadas por Alienação Fiduciária dos bens adquiridos.

	2014	2013
Passivo circulante	18.380	16.984
Passivo não circulante	558.646	216.253
Total	**577.026**	**233.237**

A seguir estão as maturidades contratuais dos empréstimos pelos seus valores contábeis:

Banco	Tipo Contrato	Valor Nominal	Valor Contábil	Até 06 meses	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos	Mais de 05 anos
Banco do Brasil	FINAME	350	238	23	23	46	139	7
Banco do Brasil	FMM	304.112	316.281	9.144	9.190	18.380	55.185	224.382
Caixa E.F.	FMM	240.995	260.507	–	–	–	23.823	236.684
Total		**545.457**	**577.026**	**9.167**	**9.213**	**18.426**	**79.147**	**461.073**

12. Obrigações tributárias	**2014**	**2013**
ISS retido de terceiros a recolher	5	18
PIS	894	45
COFINS	4.118	220
IRRF de terceiros	75	–
INSS retido de terceiros	452	77
CSRF retido de terceiros	–	28
IRPJ	–	967
CSSL	–	220
Outras contribuições a recolher	3	2
Total	**5.547**	**1.577**

13. Patrimônio líquido – a) Capital social: O capital social subscrito em 31/12/2014 e de 2013 é de R$ 64.000, divididos em 64.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 2013 houve aporte de capital social no montante de R$ 31.125, cuja a fonte foi: R$ 5.031 proveniente da Controladora e R$ 26.094 referente a capitalização do Adiantamento de Futuro Aumento de Capital – AFAC. **b) Reserva legal**: Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social. **c) Reserva de lucros**: Refere-se a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimento, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. **d) Remuneração dos acionistas**: O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76. O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. A Administração da Companhia decidiu que o pagamento do dividendo mínimo obrigatório dos exercícios de 2014 e 2013 é incompatível com a necessidade de manutenção dos investimentos no ERG2 e, consequentemente, não procedeu com o registro do mesmo. **14. Receita líquida operacional**

	2014	2013
Receita de serviços	101.260	17.086
Impostos incidentes	(4.923)	(151)
Total	**96.337**	**16.935**

Foi celebrado, na data de 28/11/2011, Contrato de Locação de área de 145.750 metros quadrados com a parte relacionada Ecovix-Engevix Construções Oceânicas S.A. No decorrer do 4º mês de vigência do Contrato de Locação, a companhia disponibilizou as instalações de oito Galpões de Acabamento, Fábrica de blocos e painéis, e Fábrica de Blocos curvos para utilização por parte da locatária Ecovix-Engevix Construções Oceânicas S.A.

15. Custos dos serviços prestados	**2014**	**2013**
Custos com pessoal	–	(600)
Custos de ocupação	(33.534)	(61)
Custos com materiais	(1.039)	(36)
Custos gerais	(12.528)	(5)
Custos tributários	(1.482)	(6)
Total	**(48.583)**	**(708)**

16. Despesas administrativas	**2014**	**2013**
Despesas tributárias	(558)	(2.221)
Serviços prestados por terceiros	(2.262)	(1.569)
Despesas com Materiais	(5)	(33)
Despesas com Ocupação	(95)	(1.745)
Despesas Indedutíveis	(8.778)	(1.591)
Despesas com utilidades e serviços	(595)	(463)
Despesas gerais	–	(389)
Total	**(12.293)**	**(8.011)**

17. Resultado financeiro líquido – O resultado financeiro líquido é composto por:

Receitas financeiras	**2014**	**2013**
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.859	573
Variação cambial ativa	336	1.480
Juros auferidos ou recebidos sobre mútuos	8.609	16
Total	**10.804**	**2.069**
Despesas financeiras	**2014**	**2013**
Juros de mora	(922)	(521)
Comissão de fiança	–	(625)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(44.333)	(19)
IOF – Imposto sobre operações financeiras	(1.244)	(2.693)
Tarifas bancárias	(7)	(36)
Juros pagos ou incorridos sobre mútuos	(48.687)	(264)
Variação cambial passiva	(125)	–
Total	**(95.318)**	**(4.158)**
Resultado financeiro	**(84.514)**	**(2.089)**

18. IRPJ e CSLL corrente – A Companhia calculou o IRPJ e a CSLL sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de IRPJ e CSLL debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2014	2013
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(47.560)	5.677
Compensação prejuízo fiscal	–	(496)
Base de cálculo	(47.560)	5.181
Alíquota nominal	34%	34%
	–	**1.762**

As declarações de IRPJ e CSLL estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e as demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando, em cada caso, o prazo de prescrição. **19. IRPJ e CSLL diferidos** – O IRPJ e a CSLL diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base de cálculo dos tributos e os seus respectivos valores contábeis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja algum fator relevante que venha modificar as projeções, estas serão revisadas durante o exercício social da Companhia. O IRPJ e a CSLL diferidos têm a seguinte origem:

	2014	2013
Prejuízo fiscal e Base de cálculo Negativa de CSLL	5.861	6.809
	5.861	**6.809**
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL diferidos ativos	**1.993**	**2.315**
A movimentação do IRPJ diferido é a seguinte:	**2014**	**2013**
No início do período	2.315	2.139
Com contrapartida no resultado	1.993	176
No fim do exercício	**4.308**	**2.315**

Os créditos tributários decorrentes da existência de saldos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL na data das demonstrações contábeis foram reconhecidos como ativo da Companhia. Com base nas projeções de lucro tributável para os próximos anos, a Companhia espera realizar os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL nos próximos cinco anos. **20. Instrumentos financeiros** – A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros	2014 Valor justo através do resultado	2014 Custo amortizado	2014 Total	2013 Valor justo através do resultado	2013 Custo amortizado	2013 Total
Ativos						
Aplicações financeiras	14.449	–	14.449	28.376	–	28.376
Empréstimos com partes relacionadas	–	–	–	–	19.400	19.400
Contas a receber de clientes partes relacionadas	–	11.660	11.660	–	12.641	12.641
Passivos						
Empréstimos com partes relacionadas	–	207.273	207.273	–	404.346	404.346
Empréstimos e financiamentos	–	577.026	577.026	–	233.237	233.237
Fornecedores	–	176.067	176.067	–	23.985	23.985

As aplicações financeiras estão sendo apresentadas pelo valor justo, devido à sua classificação na categoria de valor justo através do resultado, precificação com preços observáveis (Nivel II). A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis. **Estrutura do gerenciamento de risco**: As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. **Risco de crédito**: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. **Contas a receber de clientes**: A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais dos clientes. **Investimentos**: A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas em instituições financeiras de grande porte. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em títulos com classificações altas de crédito, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. **Contas a receber de clientes**: A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais dos clientes. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. Em 31/12/2014 e de 2013 não foi necessária a provisão para redução ao valor recuperável. **Risco de liquidez**: Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

	Valor	Até 2 meses	Acima de 02 meses
Fornecedores	176.067	176.067	–

A Companhia conta ainda com o suporte financeiro da sua matriz, caso tenha alguma dificuldade em cumprir com suas obrigações financeiras de curto prazo, conforme demonstrado na Nota Explicativa 5. **Risco de mercado**: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração monitora ativamente as oscilações de mercado, mas não opera com instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção contra riscos de mercado. **Risco de moeda**: A Companhia está sujeita ao risco de moeda em transações com fornecedores estrangeiros para realizar as obras na construção do RG Estaleiro ERG 2 S.A., em uma moeda diferente da moeda local e de apresentação da Companhia, o Dólar Norte-Americano ou o Euro. A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável. **Risco de taxa de juros**: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **Riscos operacionais**: A abordagem de gestão de riscos adotada pela Companhia é realizada por um grupo especificamente dedicado, e baseia-se em um processo permanente e retroalimentado de planejamento para a gestão de riscos; identificação dos riscos; planejamento de respostas a riscos; e monitoramento e controle das respostas a riscos. Todo esse processo é efetuado por uma empresa terceira pertencente ao mesmo grupo econômico da Companhia. O processo de planejamento para a gestão de riscos consiste em decidir a forma de abordagem, estabelecer padrões, definir as ferramentas adequadas e executar as atividades associadas à gestão de riscos do empreendimento. O processo de identificação dos riscos é permanente, e começou no início do empreendimento. As ferramentas e técnicas utilizadas no processo de incluem reuniões, entrevistas, observação, workshops, *brainstorming*, entre outros. O processo de planejamento de respostas a risco constitui na definição das estratégias mais adequadas para enfrentar e mitigar os riscos de acordo com sua natureza e classificação de prioridade. O monitoramento e controle de riscos é uma atividade contínua que tem como objetivos principais: a reavaliação dos riscos identificados, monitoramento da efetividade das respostas aplicadas, identificação de novos riscos, execução de auditorias de risco entre outras. **Riscos sócio-ambientais**: Os riscos sócio-ambientais decorrem da associação entre os riscos naturais e os riscos resultantes de aspectos naturais agravados pela atividade humana e pela ocupação da infraestrutura da Companhia. Dada a natureza e porte das construções aí desenvolvidas, as exposições a substâncias químicas e processos mecânicos podem causar danos ao meio ambiente e aos indivíduos, dependendo de sua concentração, intensidade, suscetibilidade e tempo de exposição. Estes riscos são permanentemente tratados através de sistemática de gestão baseada nas Normas ISO 14.001 e OHSAS 18.001 de análise de aspectos e impactos; e perigosos e riscos a que a Companhia está sujeita no dia a dia, na preparação das respostas e no monitoramento e medição das características principais de suas operações que possam ter impacto significativo. O processo se completa pela análise pela alta administração do sistema de gestão que é realizada em periodicidade planejada. **Riscos de engenharia**: Com o início da utilização da infraestrutura construída a Companhia está sujeita a obras de finalização ou de retificação nas áreas e equipamentos que compõem seu imobilizado. **Mensuração dos instrumentos financeiros**: Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis. **21. Cobertura de seguro** – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31/12/2014, as coberturas de seguros contra Riscos Operacionais e Lucros Cessantes somam R$ 808.572, Responsabilidade Civil R$ 49.389, Danos Materiais R$ 16.866 e Riscos de Engenharia R$ 520.927.

Composição da Diretoria

José Antunes Sobrinho – Diretor Presidente

Roberto Luiz Bogado Duarte – Diretor

Marcelo Milk da Silva – Contador CRC RS 75.992/O-RS

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Acionistas e Administradores da **RG Estaleiro ERG 2 S.A.** – Barueri-SP. Examinamos as demonstrações contábeis da RG Estaleiro ERG 2 S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes**: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Registro dos juros sobre empréstimos de partes relacionadas (Mútuos) Conforme descrito na Nota Explicativa 5.2, a Companhia possui registrado na rubrica "Partes relacionadas", no passivo circulante, o montante de R$ 207.373 mil relacionado a empréstimos obtidos junto a partes relacionadas. Durante o exercício findo em 31/12/2014, a Companhia procedeu ao reconhecimento de juros sobre as citadas operações (procedimento não adotado anteriormente), resultando no registro, em 2014, de R$ 11.848 mil referente à juros de exercícios anteriores. Como consequência, o prejuízo do exercício está registrado a maior pelo citado montante em 31/12/2014. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**: Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RG Estaleiro ERG 2 S.A. em 31/12/2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase**: Partes relacionadas: Conforme apresentado na Nota Explicativa 1, os negócios da Companhia estão substancialmente relacionados às operações de sua controladora indireta Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. Desta forma, as demonstrações contábeis referidas no 1º § consideram a manutenção das operações comerciais da Companhia com a citada controladora indireta. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**: O exame das demonstrações contábeis da RG Estaleiro ERG 2 S.A. referentes ao exercício findo em 31/12/2013 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, cujo relatório, datado de 20/06/2014, não continha ressalvas.

São Paulo, 05 de agosto de 2015.

Octavio Zampirollo Neto – Contador CRC 1SP 289.095/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes – CRC 2SP 025.583/O-1

Em debate, o fim do imposto sindical

As fontes de custeio dos sindicatos são o tema da audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos do Senado promove nesta segunda-feira (19). A Constituição determina no artigo 8º que é livre a associação profissional ou sindical. O mesmo artigo prevê a cobrança de contribuição sindical obrigatória em favor das associações que formam o sistema confederativo de representação sindical.

Foram convidados para o debate o presidente da CUT, Vagner Freitas de Moraes, e o presidente em exercício da Força Sindical, Miguel Eduardo Torres. A audiência foi proposta pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

No Senado, uma proposta apresentada pelo senador Blairo Maggi (PR-MT) acaba com a contribuição sindical obrigatória, mais conhecida por imposto sindical. O parlamentar justifica que a liberdade sindical é uma conquista social e que, para que essa liberdade seja efetiva, é preciso dar total autonomia às entidades sindicais. A proposta está em análise na Comissão de Constituição e Justiça.

O financiamento sindical também está em discussão na Câmara dos Deputados. Um comissão especial foi instalada no começo de outubro com o propósito de elaborar um projeto que regulamente as contribuições aos sindicatos (Ag.Senado).

Ouvidos pré-históricos

Os ossos do ouvido interno de duas espécies de hominino de 2 milhões de anos atrás, Australopithecus africanus e Paranthropus robustus, indicam uma capacidade auditiva semelhante à dos modernos chimpanzés, mas já tendendo para as peculiaridades atuais do ouvido humano. A audição humana é mais sensível que a dos chimpanzés numa faixa de frequência que inclui os sons mais comuns da fala.

Os exemplares de 2 milhões de anos atrás também tinham a acuidade aumentada em parte dessa faixa, diz artigo publicado no periódico Science Advances e assinado por autores de instituições dos EUA, Espanha e África do Sul (Jornal da Unicamp).

Um novo manto de invisibilidade

Pesquisadores baseados nos Estados Unidos e na Arábia Saudita apresentam, na revista Science, a construção de uma "pele" ultrafina, com 80 nanômetros de espessura, capaz de revestir um objeto tridimensional e torná-lo invisível para uma frequência determinada de luz. Essa "pele" representa um avanço sobre os chamados "mantos de invisibilidade" já criados, dizem os autores, por sua pouca espessura e volume. Ela é flexível, capaz de acomodar pontas e arestas, e tem potencial para ser ampliada.

Assim como os demais mantos, a pele é um metamaterial, nome dado a materiais artificiais fabricados de modo altamente preciso, e que apresentam propriedades inexistentes na natureza. No caso, a pele nanométrica é recoberta de minúsculas antenas que fazem com que a intensidade da luz defletida pela superfície seja idêntica à da luz recebida.

Desse modo, mesmo recobrindo um objeto tridimensional, a superfície interage com a luz como se fosse um espelho plano, tornando o objeto coberto efetivamente invisível. O teste descrito na Science foi realizado com um objeto 3D de 36 micrômetros de lado, e um feixe de luz com comprimento de onda de 730 nanômetros (Jornal da Unicamp).

Empresas & Negócios

Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para

TEL: 3106-4171

Primavera abre temporada de alergias sazonais

Coceira e irritação nos olhos, coriza e garganta 'raspando'. Além de embelezar o visual das cidades, o início da primavera marca também a temporada de alergias sazonais

Divulgação

Os sintomas, que aumentam consideravelmente nessa época do ano, são causados por diferentes fatores, entre eles a baixa umidade do ar, a inversão térmica, o aumento da poluição atmosférica e a polinização das árvores floríferas.

"A manifestação alérgica é a forma de o organismo responder que algo não está bem. Obstrução nasal, espirros e coceiras são sintomas comuns, porém, casos que demoram em desaparecer, como falta de ar e desconforto respiratório, podem indicar que é hora de buscar atendimento médico", ressalta Paulo Paes Silvado, médico pneumologista do Hospital Santa Catarina.

O especialista esclarece que, em grande parte das vezes, as manifestações alérgicas acontecem nesta época com as pessoas potencialmente sensíveis porque é na primavera que o pólen - conjunto de minúsculos grãos produzidos pelas flores das plantas – penetra nas mucosas aéreas e ativa o processo alérgico reacional. Consequentemente, o nariz começa a coçar, surgem os espirros e a irritação na garganta e nos olhos. "Embora pareça que o único 'vilão da história' seja o pólen, também importantes são os outros alérgenos inaláveis como ácaros, fungos e epitélio de animais domésticos, que fazem parte dos agentes desencadeantes das alergias respiratórias", diz o especialista.

Doutor Silvado elenca quatro dicas para auxiliar a combater rinites e crises respiratórias que aparecem junto com a estação das flores:

- **Hidrate-se**: ao tomar bastante água a mucosa nasal é hidratada, evitando, assim, que fique ressecada e que alergênicos (substâncias dos alimentos, plantas ou de animais que provocam uma reação do sistema imunológico) entrem na circulação sanguínea;
- **Limpeza diária**: lugares acarpetados, como escritórios, por exemplo, devem ser limpos com aspirador de pó diariamente, principalmente se tiverem pessoas alérgicas que circulam ou habitam o local. Evitar tapetes e cortinas no quarto também pode auxiliar;
- **Atenção especial na hora de dormir**: se o clima estiver muito quente, umedeça o ambiente. Aparelhos umidificadores podem garantir uma boa noite de sono e atenuar os sintomas das alergias sazonais.
- **Evite a automedicação**: ao contrário do que muitos pensam, utilizar descongestionante nasal por conta própria pode potencializar os efeitos da alergia. Antes de qualquer medicação, é de suma importância procurar o médico.

Poupatempo completa 18 anos

O programa Poupatempo, criado há 18 anos para desburocratizar a vida dos cidadãos que precisam de serviços públicos em São Paulo, completa 18 anos neste mês de outubro, com 460 milhões de atendimentos já realizados. Após dobrar de tamanho desde o início do ano passado, o programa entra agora em uma nova fase que terá como prioridade os serviços eletrônicos prestados pela internet.

"Com as novas tecnologias hoje existentes, vamos poupar cada vez mais o tempo dos cidadãos", acrescenta Júlio Semeghini, que foi um dos criadores do programa na gestão do ex-governador Mário Covas, em 1997, quando era presidente da Prodesp, que administra o programa Poupatempo.

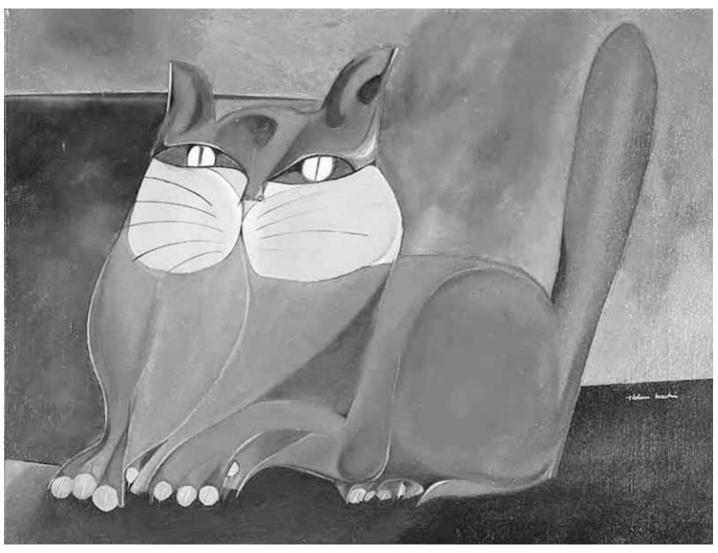
Inaugurado no dia em 20 de outubro de 1997, com a abertura da unidade da Praça da Sé, o Poupatempo tem hoje 66 unidades que trabalham de segunda a sábado para simplificar a vida das pessoas que precisam dos serviços públicos, tendo como meta um atendimento público com qualidade, rapidez e cordialidade.

Atualmente, o Poupatempo tem cerca de 170 mil atendimentos por dia, 30 mil a mais que no ano passado, quando 31 novas unidades foram inauguradas, praticamente dobrando o tamanho do programa. Em 2015, mais três postos foram abertos em Santo André, Taboão da Serra e Itaquaquecetuba, e hoje o Poupatempo está em todas as regiões administrativas do Estado.

Crise brasileira amplia interesse pela arte

Com as incertezas nos cenários político e econômico, o brasileiro tenta economizar para preservar seu capital. Transformar o dinheiro em algo físico, de valor equivalente e duradouro é um dos fatores que tornam as artes opção interessante neste momento. Rodrigo Brant, da Canvas Galeria de Arte, tem mais de 40 anos de vivência na área. Para ele, comprar arte pode ser uma excelente alternativa. "Com a taxa de juros nas alturas e a disparada do dólar, o valor das artes se mantém. Normalmente com valores atrelados ao dólar, os valores em real sempre são mantidos e com o passar do tempo há historicamente a tendência de haver um acompanhamento da moeda forte e, portanto, uma valorização real deste ativo".

Ele condena os que defendem a arte como investimento. "Arte é algo perene, como uma casa, um imóvel, que representa uma ótima reserva de mercado. Acontece que quando há crises econômicas como esta, quando o mercado imobiliário possui um estoque muitas vezes acima da capacidade de absorção, o segmento de arte acaba aparecendo com destaque". Rodrigo lembra que diferente de imóveis, os quadros e esculturas de qualidade e de autores consagrados não se reproduzem, continuam numericamente a mesma coisa, o que permite a manutenção de preços num primeiro momento e valorização real num segundo. "Quadros de pintores como Portinari, Di Cavalcante, Volpi, Tomie Ohtake ou Djanira, por exemplo, são verdadeiras reservas de capitais.


Reprodução

O Gato, de Aldemir Martins.

Entenda que essas obras são cotadas ao preço de dólar e assim, tanto o colecionador quanto o apreciador pode encontrar um quadro por um preço em real acessível e, com o tempo, essa peça vai se valorizar em dólar, buscar a paridade história com a moeda forte. Desta forma, é um ótimo negócio", explica Rodrigo Brant. Ele considera que o momento favorece as galerias e os leilões de arte. "Já realizamos três leilões este ano e alcançamos resultados superiores em 50% na média", conta Brant. Outro ingrediente que torna esse mercado atraente, na sua opinião, é que o valor das obras de arte no Brasil ainda é muito baixo comparativamente com outras partes do mundo.

Desta forma, quem coleciona ou simplesmente compra arte como uma reserva de capital, como forma de preservar seu capital, tem sempre a possibilidade de fazer excelentes negócios. O 4.º Leilão da Canvas Galeria de Arte, último do ano, será realizado no dia 10 de novembro, às 21h15, na Av. Europa, 715. Obras de Portinari, Tomie Ohtake e Aldemir Martins fazem parte desta edição.

As exposições sempre são gratuitas e abertas ao público em geral

'Nova Serra Pelada' provoca corrida do ouro em Mato Grosso

Getty Images

Atraídos pelo o que estão chamando de "nova Serra Pelada", milhares de forasteiros chegam todos os dias à cidade de Pontes e Lacerda, em Mato Grosso.

Pontes e Lacerda - Homens e mulheres sobem aos montes pelas serras da Borda e Santa Bárbara em busca de algum pontinho que brilhe em meio a terra. Ali, o que reluz realmente é ouro. Atraídos pelo o que estão chamando de "nova Serra Pelada", milhares de forasteiros chegam todos os dias à cidade de Pontes e Lacerda, em Mato Grosso.

Com cerca de 40 mil habitantes, o município, que fica na divisa com a Bolívia, surgiu da garimpagem. "Até na cidade dá pra achar ouro, mas como fazia tempo que não achavam nada, a população foi desenvolvendo outras formas de ganhar dinheiro", explica Gilmar Souza, assessor da prefeitura. Agora, quase 3 mil pessoas já estão em Pontes e Lacerda atrás da sorte.

A "corrida do ouro" começou há cerca de um mês, quando um homem encontrou uma pepita de ouro de 20 kg, como conta a história que tem circulado pelo WhatsApp. "Dizem que ele andava de biz velha, agora tem uma caminhonete", conta Houston Santos, morador de Aragarças, em Goiás, na divisa com Mato Grosso. Os "aventureiros", como os moradores têm chamado quem está se instalando no garimpo, vêm de diversos Estados, como Bahia, Pará e Rondônia.

Santos resolveu não se aventurar no garimpo, mas desde então tem recebido mensagens com fotos e relatos. "Um homem já teria tomado facada por causa de uma pedra de 5 kg e tem pontos de prostituição no entorno", conta. Nas fotos, as lonas e cabanas feitas ao pé da serra se espalham e é fácil perder a conta de quantas sejam. A prefeitura nega que tenham acontecido casos de violência e que haja prostituição, mas afirma que não pode agir. "A serra fica em uma Área de Proteção Ambiental, mas as pessoas entram por fazendas particulares. Um deles já colocou porteira para barrar o acesso. Outros cobram estacionamento, e a pessoa sobe mais 600 metros", diz o assessor.

Em entrevistas a jornais locais, o prefeito Donizete Barbosa (PSDB) diz que o maior problema na cidade tem sido para os empresários. Apesar de ter aquecido o comércio, a descoberta das jazidas tem levado muitos funcionários a abandonarem seus postos de trabalho.

"É bom que tem dinheiro girando, mas os funcionários estão em falta", relata um comerciante. Nas lojas, faltam pás e picaretas, as concessionárias trocam carros pelas pedrinhas brilhantes, e os hotéis estão cheios de novos hóspedes.

Na tarde da última terça-feira (13), o Ministério Público de Mato Grosso ajuizou uma ação civil pública na Justiça Federal pedindo o fechamento do garimpo ilegal e a retirada das pessoas que estão na região. De acordo com o MP-MT, a exploração da área é ilegal, pois não há autorização ou licença para lavra emitida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral. A decisão estava prevista para a última sexta-feira (16) (AE).

A importância da Contabilidade no Terceiro Setor

Jair Gomes de Araújo (*)

A Contabilidade tem papel fundamental para as empresas, governo, órgãos normatizadores e também para as igrejas, associações e demais entidades do terceiro setor

Por meio dela, é possível evidenciar as formas de captação e aplicação de recursos, bem como obtenção e manutenção de certificações. São os profissionais da Contabilidade que garantem o crescimento e a continuidade das entidades, possibilitando melhor atuação perante a sociedade, uma vez que ninguém fornecerá recursos financeiros à instituição que não tem crédito, informações confiáveis ou não demonstra a real situação patrimonial.

Vale lembrar que as associações do terceiro setor têm acesso ao que muitos chamam de "facilidades" ou "financiamento indireto", uma forma de subsídio público a partir de isenções tributárias, em relação ao setor privado. Recebem ainda doações e contribuições de empresas ou pessoas físicas. Por isso, há necessidade de realizar a prestação de contas, tanto à sociedade quanto ao fisco, bem como àqueles que contribuem direta ou indiretamente com a atividade.

Um dos propósitos das organizações sem fins lucrativos, popularmente conhecidas como ONG's, é gerar serviços de caráter público, como os sociais, filantrópicos, culturais, recreativos, religiosos e artísticos. Uma vez que o terceiro setor têm obrigações legais a cumprir, principalmente as tributárias, é fato que necessita da Contabilidade para planejar, executar e manter um sistema de informação, provendo-a com dados econômicos e financeiros sobre seu patrimônio e suas variações.

A IN nº 1.252/2012, que dispõe sobre a EFD-Contribuições, aponta que estão obrigadas ao cumprimento desta obrigação as ONGs, igrejas e associações nos casos que ultrapassar o valor de R$ 10 mil de contribuições no mês, relativa ao PIS, Cofins e Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta – CPRB, até o 10º dia útil do segundo mês subsequente ao que se refira à escrituração, de forma eletrônica, e assinada digitalmente pelo representante legal da empresa ou procurador.

As entidades beneficentes que prestam serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, de que trata a Lei nº 12.101/2009, que não estão sujeitas às contribuições para o PIS e para a Cofins, estão dispensadas da entrega. Outra obrigação é a Escrituração Contábil Digital – ECD, que substitui a escrituração em papel dos livros Diário, Razão e seus auxiliares, se houver, e os livros Balancetes Diários, Balanços e as fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

A ECD deve ser enviada anualmente até 30 de junho, de forma centralizada pela matriz. É recomendável cautela na hora de transmitir o documento, pois as informações omitidas, inexatas ou incompletas podem gerar multa de 3% do valor das transações comerciais ou operações financeiras. Não precisam enviar a ECD as instituições de educação e de assistência social, bem como as pessoas jurídicas que prestem serviços em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

Há ainda a Escrituração Contábil Fiscal – ECF, que deve ser enviada até 30 de setembro, por todas as empresas, inclusive as imunes e isentas, independente de serem tributadas pelo lucro real, arbitrado ou lucro presumido, com exceção das enquadradas no Simples Nacional. Conforme a IN n°1524/2014, estão dispensadas da entrega da ECF as empresas do Simples Nacional, bem como as autarquias, fundações e órgãos públicos, as empresas inativas e as imunes e isentas que não tenham sido obrigadas à entrega da EFD-Contribuições ou Sped PIS-Cofins.

(*) - É presidente do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo – Sindcont-SP.

Governo paulista revoga decisões sobre sigilo de dados

As empresas estatais paulistas e demais órgãos públicos não poderão mais impor sigilo de informações da administração pública. Segundo decreto, o governador Geraldo Alckmin determinou a revogação de medidas neste sentido. Em sua justificativa, o governador afirmou que "dados e informações nos graus de sigilo reservado, secreto e ultrassecreto" deverão ser ratificados pela Comissão Estadual de Acesso à Informação.

Em um mês, os secretários e o procurador-geral do Estado deverão encaminhar à comissão de acesso as tabelas de Classificação de Sigilo de Documentos, Dados e Informações relativos às respectivas secretarias e autarquias, fundações e empresas vinculadas. A comissão será responsável pela deliberação da ratificação dos atos.

Essas mesmas autoridades terão de reavaliar os pedidos de acesso a informações formulados e negados com base em sigilo instituído pelos atos normativos ora revogados. De acordo com o governo paulista, a Comissão Estadual de Acesso à Informação, ligada ao Arquivo Público do Estado, analisará o teor dos documentos.

Tamires Santos/A2

Alckmin assina decreto que revoga todas as resoluções sobre sigilo de documentos.

Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo

CNPJ Nº. 62.149.000/0001-05

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

O Presidente da Diretoria Executiva, no uso de suas atribuições estatutárias e regulamentares, considerando a necessidade de melhor adequar o Estatuto Social da Entidade, adaptando-o às suas atividades, **Convida** os associados incluídos na letra **"c"** do artigo **13** do Estatuto Social para **Assembleia Geral Extraordinária**, a realizar-se em seu Edifício Sede, sito à rua Doutor Bettencourt Rodrigues, 155 - 3º. andar, São Paulo, Capital, às 10h do dia **06 de novembro de 2015**, em 1ª. convocação, e às 10h30, em 2ª. convocação com qualquer número de associados, deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**:- alterar a alínea "g" e §2º e incluir §3º no artigo 7º; alterar alínea "a" do artigo 13; suprimir artigo 38, mantida a sua numeração; alterar a alínea "d" do artigo 55; alterar as alíneas "n", "o" e "r" do artigo 62; alterar a alínea "i" do artigo 66 e alterar os artigos 75 e 125, do Estatuto Social da AFPESP. Convocação com observância aos termos da letra **"d"** do artigo **40**, combinado com o artigo **126**, ambos do Estatuto Social da AFPESP. São Paulo, **16 de outubro de 2015.** a) **Antônio Carlos Duarte Moreira -** Presidente.

SÉRGIO APARECIDO FORTES - FAZENDA SÃO JOSÉ. torna público que **recebeu da CETESB** a Licença de Instalação **nº 65000251** para Posto de Abastecimento, sito à Rodovia SP-225. Pirassununga/Aguaí, s/nº. Km 28,5. Cascalho. Pirassununga/SP.

AUTO POSTO LENNO LTDA. torna público que **requereu na CETESB** a Licença Prévia e de instalação para Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes, sito à Avenida Pedro Friggi, nº 53. Cidade Vista Verde. São José dos Campos/SP.